



# Desenvolvimento Sustentável Autodeterminado dos Povos Indígenas (IPSSDD)

## UM CURSO DE TREINAMENTO PARA INSTRUTORES COMUNITÁRIOS

REVISADO EM 2021

**Desenvolvimento Sustentável Autodeterminado dos Povos Indígenas (IPSSDD):  
Um curso de treinamento para instrutores comunitários (revisado em 2021)**

**Copyright © Fundação Tebtebba 2021**

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida de qualquer forma  
ou por qualquer meio sem a permissão por escrito  
do proprietário dos direitos autorais e do editor.

As opiniões expressas pelos escritores não refletem necessariamente as da editora.

Publicado por:

Fundação Tebtebba

No. 1 Roman Ayson Road, 2600 Baguio City, Filipinas

Tel. +63 74 4447703

E-mail: [tebtebba@tebtebba.org](mailto:tebtebba@tebtebba.org) / Site: [www.tebtebba.org](http://www.tebtebba.org)

Escritores: Helen Magata, Victoria Tauli-Corpuz, Ellen Dictaan-Bang-oa,  
Grace Balawag, Jo Ann Guillao, Florence Daguitan, Jennifer Corpuz,  
Maria Elena Regpala, Joji Cariño, Judy Cariño, Maribeth Bugtong-Biano

Editor: Doris Borna Mae Esteban

Revisores: Ardeth Kaya Cacayuran e Jayford Sacla

Layout, design do livro e produção: Paul Michael Nera

Desenvolvimento Sustentável Autodeterminado dos Povos Indígenas (IPSSDD):  
Um curso de treinamento para instrutores comunitários (revisado em 2021)

# **Desenvolvimento Sustentável Autodeterminado dos Povos Indígenas (IPSSDD): Um Curso de Treinamento para Instrutores Comunitários (Revisado em 2021)**

*Publicado por:*



*Com o apoio de:*

**Brot**  
**für die Welt**  
Brot für die Welt –  
Evangelischer  
Entwicklungsdienst

---

# TABLE OF CONTENTS

|                                                                                                    |       |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| MÓDULO I: Compreender as mudanças globais contemporâneas e as múltiplas crises dos povos indígenas | 0     |
| Sessão I: Compreender as mudanças globais contemporâneas                                           | 0     |
| Sessão II: Filme: FEVER (parte I)                                                                  | 0     |
| <br>MÓDULO II: Abordagem baseada nos Direitos Humanos (HRBA, siglas em inglês)                     | <br>0 |
| Sessão I: Introdução aos Direitos Humanos                                                          | 0     |
| Sessão II: Direitos dos povos indígenas                                                            | 0     |
| Sessão III: Abordagem baseada nos Direitos Humanos                                                 | 0     |
| Sessão IV: Mecanismos e ferramentas de Direitos Humanos                                            | 0     |
| Sessão V: Exercício prático                                                                        | 0     |
| Encerramento do módulo                                                                             | 0     |
| <br>MÓDULO III: Integração da mulher indígena e seus direitos humanos em IPSSDD.                   | <br>0 |
| Sessão I: Compreender a situação das mulheres indígenas                                            | 0     |
| Sessão II: Compreender a situação dos Direitos Humanos das mulheres indígenas                      | 0     |
| Sessão III: Mecanismo para promover os Direitos Humanos das mulheres indígenas                     | 0     |
| Sessão IV: Integração das mulheres indígenas no desenvolvimento sustentável dos povos indígenas    | 0     |
| <br>MÓDULO IV: Abordagem baseada no conhecimento e abordagem intercultural                         |       |
| Sessão I: Cultura, diversidade cultural e conhecimentos dos indígenas                              |       |

---

Sessão II: Alcance e valor, status e tendências, reconhecimento e proteção dos conhecimentos indígenas

Sessão III: Desafios e iniciativas na proteção dos conhecimentos tradicionais indígenas.

Sessão IV: Abordagem intercultural

#### MÓDULO V: Enfoque dos sistemas de gestão territorial dos povos indígenas pelo IPSSDD

Sessão I: Sistemas de gestão territorial dos Povos Indígenas

Sessão II: Situação atual e desafios à gestão territorial dos Povos Indígenas

Sessão III: Alianças para apoiar/reforçar os sistemas de gestão territorial dos Povos Indígenas

Sessão IV: Mecanismos de apoio aos sistemas de gestão territorial dos Povos Indígenas.

#### MÓDULO VI: Economias locais sustentáveis e bem-estar dos Povos Indígenas

Sessão I: Perspectivas do bem-estar dos Povos Indígenas

Sessão II: Economias Locais Sustentáveis dos Povos Indígenas

Sessão III: Temas e desafios para economias locais sustentáveis e de bem-estar

Sessão IV: Aproveitamento das nossas conquistas

#### SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Questionário Pré e Pós-Testes

Avaliação das necessidades de treinamento

Respostas pré e pós-testes



# INTRODUÇÃO

## A. Justificativa

---

As entidades que trabalham com povos indígenas acreditam que agora é o momento mais oportuno para elaborar, propor e implementar uma estrutura com visão mais holística, equitativa e abrangente que pode aumentar as possibilidades de concretização da justiça social, da equidade intergeracional e intrageracional e da sustentabilidade. Essa estrutura é baseada em um equilíbrio de integração de objetivos socioculturais, econômicos e ambientais. Autodeterminação significa que os próprios povos indígenas decidirão como os recursos econômicos, sociais e o desenvolvimento cultural devem acontecer em seus territórios. Isso inclui a necessidade de respeitar os seus direitos à suas terras, territórios e recursos, respeito pelas suas culturas e respeito ao seu direito de consentimento livre, prévio e informado.

Essa estrutura holística integra a abordagem baseada em direitos humanos, a abordagem dos ecossistemas, a abordagem baseada no conhecimento – nas quais todos respeitam os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas, e que todos esses conhecimentos e outros relevantes se integram apropriadamente, numa abordagem intercultural. Essa estrutura coloca os direitos dos povos indígenas no centro de desenvolvimento enquanto garante a proteção, o uso sustentável e o gerenciamento do meio ambiente dando o apoio aos meios de subsistência tradicionais e sustentáveis e o respeito pela diversidade cultural. Isso também dá importância ao papel vital das mulheres indígenas e jovens no avanço do desenvolvimento sustentável intergeracional e intercultural.

A abordagem holística integrada não é uma estrutura recém-desenvolvida, mas é baseada na visão de mundo dos povos indígenas. Este guia de treinamento sistematiza a referida estrutura durante o curso de treinamento.

Com base em nossos longos anos de trabalho na promoção dos direitos humanos, desenvolvimento sustentável, e apoio ao empoderamento dos povos indígenas, chegamos à conclusão que quanto mais integrada estiver a elaboração e operacionalização desta estrutura holística, melhor será para garantir a sobrevivência contínua dos povos indígenas como povos e culturas distintas. Num mundo que se moderniza e globaliza a um ritmo muito acelerado e onde o crescimento econômico é a principal preocupação, há um clamor para a existência desta estrutura holística para o desenvolvimento e

sustentabilidade dos povos indígenas. Essa abordagem holística ajudará aos povos indígenas prevalecerem e florescerem sobre as múltiplas crises globais atuais além de contribuir na solução dessas crises.

Assim, este curso de treinamento para instrutores comunitários foi concebido para responder as necessidades particulares das comunidades indígenas à medida que reforçam sua estrutura para desenvolvimento, com base na sua autodeterminação, proporcionando espaços para os formadores virem e aprenderem juntos. Pilotado pela primeira vez entre os parceiros da Tebtebba em outubro de 2011, o curso desde então foi compartilhado pelos parceiros com suas respectivas comunidades (Nicarágua, África, Tanzânia, Quênia e Nepal). Também foi testado com parceiros globais em Chiangmai, Tailândia em 14 de julho de 2013. Durante os testes piloto da comunidade, os facilitadores parceiros foram capazes de ajustar o guia do curso em módulos localizados usando seus idiomas locais e levando em consideração as necessidades específicas de cada comunidade.

Com a criação do Instituto de Formação de Povos Indígenas ELATIA (siglas em inglês) em 2018, este curso de treinamento passou por uma análise mais aprofundada e com contribuições adicionais provenientes dos principais parceiros da associação ELATIA. Também foram enriquecidos os conteúdos principais, as mensagens e metodologias.

Após uma série de testes piloto e de um treinamento de facilitadores em 2019, obtiveram-se resultados das lições que foram aprendidas e que enriqueceram a estrutura. Dados os resultados positivos dos treinamentos comunitários sob o enfoque da abordagem holística integrada, este curso de formação continuará utilizando e melhorando as suas práticas e experiências em base as realidades das comunidades indígenas.

## B. Objetivos do Curso

---

Geralmente, o curso de formação visa fortalecer e apoiar a abordagem da visão holística dos povos indígenas para o desenvolvimento sustentável e autodeterminado dos povos indígenas IPSSDD (siglas em inglês). Especificamente, no final do curso de formação, espera-se que os participantes sejam capazes de:

1. Compartilhar e aprofundar sua compreensão sobre os conceitos e princípios centrais das várias abordagens que sustentam o IPSSDD - a abordagem baseada nos direitos humanos, abordagem baseada no conhecimento, abordagem dos ecossistemas, economia sustentável suficiência, dimensões interculturais, intergeracionais e de gênero;
2. Relacionar as múltiplas crises globais com a situação dos povos indígenas;
3. Enfatizar o papel e as contribuições dos povos indígenas como atores locais-globais em resposta aos desafios contemporâneos;
4. Usar o curso de treinamento na condução de treinamentos comunitários na implementação IPSSDD.

## C. Conteúdo

---

Este curso de formação destina-se a instrutores que tenham realizado ou já estejam realizando treinamentos em suas respectivas comunidades indígenas. Está composto por módulos que servirão de guias do facilitador ao fazer planos de aula.

Nos módulos são propostos os fluxos de vários temas (ou sessões) com base nas necessidades e histórico dos participantes, o fluxo dos módulos pode ser alterado. São sugestões que podem ser usadas e de acordo entre os participantes e o facilitador ou na prerrogativa do facilitador.

O primeiro módulo do curso, **Compreender a mudança global contemporânea e as múltiplas crises** dos povos indígenas, trata sobre os atuais desafios globais que povos indígenas estão enfrentando e como os problemas são enfrentados. Este tema vai servir como uma visão geral dos principais conceitos e princípios de abordagens estratégicas em apoio à IPSSDD e apresentará como as atividades humanas contribuíram para as atuais crises do mundo que, por sua vez, afetam os povos indígenas.

O segundo módulo, **Abordagem baseada em direitos humanos (HRBA, siglas em inglês)**, considera o respeito, a proteção e o cumprimento dos direitos humanos contidas nos diferentes órgãos das Nações Unidas, mais especificamente na Declaração da ONU sobre Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP). Nele se descreve o significado dos direitos humanos e dos direitos indígenas. Também contém aplicações práticas dos direitos dos povos indígenas e do desenvolvimento autodeterminado.

O terceiro módulo é sobre **Integração das Mulheres Indígenas e seus Direitos Humanos** em IPSSDD. Destaca a multifacetada e complexa situação das mulheres indígenas e seus direitos humanos conforme o estabelecido na Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, siglas em inglês) e na UNDRIP. Também discute a existência de mecanismos e sistemas de apoio para o empoderamento das mulheres indígenas e da eliminação da violência de gênero. As abordagens possíveis para garantir a segurança indígena as mulheres e os seus direitos humanos, que são integrados no IPSSDD, também são focados neste módulo.

O quarto módulo, **Abordagem Baseada no Conhecimento e Abordagem Intercultural**, apresenta os vários conceitos sobre cultura e conhecimento tradicional dos povos indígenas (TK, traditional knowledge) e seu significado para IPSSDD, bem como os desafios na prática e proteção do TK. Também trata sobre o status e as tendências na promoção e reconhecimento do conhecimento tradicional e a abordagem intercultural para o desenvolvimento.

O quinto módulo, **Abordagem dos Sistemas de Gestão Territorial dos Povos Indígenas para IPSSDD**, enfatiza as diferentes abordagens dos povos indígenas na gestão de suas terras, territórios e recursos, incluindo o status e as tendências dos sistemas de gestão. Também fornece diferentes opções disponíveis e as possíveis parcerias para que as comunidades indígenas fortaleçam seus sistemas de gestão territorial e promovam a

abordagem dos ecossistemas em seu próprio contexto.

O último módulo, **Economia Local Sustentável e Bem-Estar dos Povos Indígenas**, discute as concepções de bem-estar dos povos indígenas e discorre sobre economias locais sustentáveis e sua correspondente relação com as IPSSDD. Além disso, enfatiza as questões e desafios a serem alcançados nessas economias locais sustentáveis e as conquistas que os povos indígenas obtêm ao enfrentar a sistemas econômicos dominantes.

Segue abaixo o resumo dos módulos e seus conteúdos específicos:

### **Módulo I Compreender as mudanças globais contemporâneas e as múltiplas crises dos povos indígenas**

- Sessão I Compreender as mudanças globais contemporâneas
- Sessão II Filme : FEVER (parte I)
- Sessão III: Povos indígenas como atores políticos

### **Módulo II Abordagem baseada em direitos humanos (HRBA, siglas em inglês)**

- Sessão I Introdução aos Direitos Humanos
- Sessão II Direitos dos povos indígenas
- Sessão III Abordagem baseada nos direitos humanos
- Sessão IV Mecanismos e ferramentas dos Direitos Humanos
- Sessão V Exercício prático

### **Módulo III Integração da mulher indígena e seus direitos humanos em IPSSDD.**

- Sessão I Compreender a situação das mulheres indígenas
- Sessão II Compreender a situação dos direitos humanos das mulheres indígenas
- Sessão III Mecanismo para promover os direitos humanos das mulheres indígenas
- Sessão IV Integração das mulheres indígenas no desenvolvimento sustentável dos povos indígenas

### **Módulo IV Abordagem baseada no conhecimento e abordagem intercultural**

- Sessão I Cultura, diversidade cultural e conhecimentos dos povos indígenas
- Sessão II Alcance e valor, status e tendências, reconhecimento e proteção dos conhecimentos indígenas
- Sessão III Desafios e iniciativas na proteção dos conhecimentos tradicionais indígenas.

- Sessão IV Abordagem intercultural

## **Módulo V Abordagem dos sistemas de gestão territorial dos povos indígenas pelo IPSSDD**

- Sessão I Sistemas de Gestão Territorial dos Povos Indígenas
- Sessão II Situação atual e Desafios à Gestão Territorial dos Povos Indígenas
- Sessão III Alianças para Apoiar/Reforçar os sistemas de gestão territorial dos povos indígenas
- Sessão IV Mecanismos de Apoio aos Sistemas de Gestão Territorial dos povos indígenas.

## **Módulo VI Economias Locais Sustentáveis e Bem-Estar dos Povos Indígenas**

- Sessão I Perspectivas de Bem-Estar dos Povos Indígenas
- Sessão II Economias Locais Sustentáveis dos Povos Indígenas
- Sessão III Temas e desafios para economias locais sustentáveis e de bem-estar
- Sessão IV Aproveitamento das nossas conquistas
- 

### **Sessão de encerramento (Conclusão)**

O curso de formação, composto por seis módulos, está dividido em várias sessões com diferentes atividades. As sessões têm um tempo determinado. Observe que as atividades são divididas de acordo com métodos (tais como, mas não limitando-se a apresentações, dinâmicas de grupo e fóruns abertos).

Há sessões no curso que requerem materiais como papéis de artesanato, metacards e canetas para escrever. Alguns também precisam de recursos como apresentações em PowerPoint (PPTs) e materiais de leitura. Todos os recursos do curso encontram-se nos anexos para facilitar referência e recuperação.

Nos módulos, você encontrará os seguintes ícones:

### **Significado dos Ícones**

| Icons                                                                               | Meaning                                                                                                                                                                              |
|-------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  | Input, important statement or key messages to be provided by the trainer-facilitator.                                                                                                |
|  | This is a note to the facilitator and not an input or activity.                                                                                                                      |
|  | Input or example that needs to be shown to the participants either through Power Point presentation, flip chart, illustrations in Manila paper or a tangible document, among others. |

## D. Metodologia

---

Este curso de treinamento foi concebido como uma sessão de aprendizagem ao longo de cinco dias. No entanto, o número de dias pode ser estendido ou encurtado com base nas necessidades e prioridades percebidas dos participantes envolvidos. A duração dos módulos também não é prescritiva e depende totalmente do ritmo e da experiência da comunidade.

Como todas as outras estratégias de aprendizagem, este treinamento é projetado para ser centrado no aluno ou no participante. É necessário um facilitador de treinamento geral para garantir que o ritmo, design, e a condução do curso sejam bem implementadas. Também é importante um co-facilitador porque ele/ela ajudará na moderação das dinâmicas de grupo e do fórum aberto. Ele/ela também se certificará de que ninguém domine a discussão e que todos possam participar.

Um facilitador de documentos garantirá que os procedimentos sejam registrados e documentados, e que acordos e destaques das discussões sejam guardados para futuras referências. Propõe-se que as boas práticas dentro da formação e os desafios encontrados também sejam escritas para servir como orientação para outros treinadores.

O curso usará diferentes tipos de metodologias de aprendizagem que vão desde palestras, discussões e apresentações em grupo, revisões de literatura a simulações. Enquanto que, com base nas necessidades de aprendizagem das comunidades indígenas, podem ser exploradas estratégias alternativas tais como visitas de campo externas, exercícios de comunicação, criação de perfil da comunidade e mapeamento das partes interessadas, se for necessário.

Os módulos deste curso de treinamento foram projetados para serem conduzidos em um local interno com comodidades e equipamentos como laptops, projetores LCD, lousa e canetões para a lousa, flip charts e mesas e cadeiras extras para dinâmicas de grupo. No entanto, essas especificações podem não ser necessárias quando um treinamento é realizado em uma comunidade com recursos e metodologias alternativas.

Embora haja um módulo separado sobre integração de mulheres indígenas (Módulo 3), solicitamos gentilmente que nas discussões de todos os outros módulos o gênero seja integrado.

Não existe uma metodologia única prescrita no curso de formação. As metodologias descritas acima podem servir como guias, porém podem ser projetadas outras estratégias alternativas com base na peculiaridade da comunidade indígena envolvida.

Um guia complementar, Guia Essencial para Facilitação Eficaz de Treinamento, pode fornecer ideias adicionais para facilitar o treinamento desde o estágio preliminar até a sessão de encerramento.

Ressalta-se particularmente que na seleção dos participantes, costumamos procurar o equilíbrio de gênero e intergeracional. É importante que haja um equilíbrio na participação de homens e mulheres, jovens e idosos e indígenas de diferentes ecossistemas (ou regiões).

Com essas informações, você está mais do que pronto para começar a facilitar o primeiro módulo. Tenha em mente que, em caso de dúvida, é melhor consultar os participantes. Este curso é não sobre você nem sobre o módulo do curso - é sobre os participantes, como eles estão se sentindo e se saindo, e como eles acham que deve ser!

# MÓDULO

## 1

## Compreender as Mudanças Globais Contemporâneas e as Múltiplas Crises dos Povos Indígenas

Este módulo define a base de como os participantes percebem e compreendem as crises globais e múltiplas e como elas impactam os povos indígenas (PIs). Além disso, nos dá uma visão geral do desenvolvimento das relações homem-natureza que o mundo testemunhou na história.

**Duração do Módulo: 4 horas e 45 minutos**

### **Objetivos do Módulo:**

No final do módulo, os participantes deverão ser capazes de:

1. Explicar as facetas das múltiplas crises globais e suas inter-relações;
2. Identificar os desafios sociais e ecológicos fundamentais que os povos e o planeta enfrentam no século 21 e relacioná-los com os contextos econômico, sociocultural e sistemas políticos dos povos indígenas; e
3. Comunicar o papel e as contribuições dos povos indígenas como atores locais/globais em resposta aos desafios contemporâneos nos vários contextos sociais e na arena política.



É importante preparar apostilas que possam ser distribuídas aos participantes antes do treinamento.

## Sessão I: Compreender as múltiplas crises globais

Esta sessão permite que os participantes identifiquem as questões urgentes em suas comunidades, analisar e observar a interconexão de seus problemas com o resto do mundo.

**Duração da sessão: 2 horas**

**Materiais: Flip charts, canetões e fitas adesivas**



Prior to the training, ask the participants to bring with them data (community level or national data), videos, posters of their communities, or other references related to indigenous peoples, as these may be needed during the course of the training. If they choose to bring posters, the posters will have to show the physical/geographical maps indicating vital resources and geographical landmarks. These will be used during the whole duration of the training and will also be used as a base map for Modules 1, 2, and 3.

Após a apresentação dos objetivos, prossiga para a Atividade 1.



### ATIVIDADE 1

#### Cumprimentando Uns Aos Outros E Compartilhando O Que Há Nas Notícias

**Duração:** 45 minutos

**Objetivos da atividade:**

No final da atividade, os participantes deverão ser capazes de:

1. Estar familiarizados uns com os outros;
2. Identificar os problemas mais urgentes em suas comunidades; e
3. Analisar e conectar os problemas de sua comunidade a outros problemas em seu país ou região

**Materiais:** marcadores, papéis artesanais, flip charts ou metacartões (metacards) e fitas adesivas  
**Instructions:**

**Instruções:**

1. Divida os participantes em grupos de acordo com o lugar onde estão sentados,

mas certifique-se de que cada um grupo não terá membros vindos da mesma comunidade/aldeia/distrito/ distrito/cidade. Ao ocuparem assentos ao redor de uma mesa, você já terá formado um grupo.

2. Em suas mesas, cada participante cumprimentará um colega de grupo e fará essa pergunta “Como estão suas comunidades? Quais são as notícias ultimamente? Qual é a questão ou o desafio mais importante enfrentado pelos povos indígenas na sua comunidade?” Em resposta, cada participante compartilhará um desafio que suas comunidades estão enfrentando. Cada participante anota o desafio em um metacartão (metacards) usando uma palavra ou várias palavras-chave para descrever o desafio. Cada pessoa deve ter pelo menos um metacartão (metacards).
3. Cada participante deve compartilhar com seus respectivos grupos as histórias por trás dos desafios/notícias que escreveram em seus metacartões (metacards).
4. Usando mapas mentais, os participantes vão reforçar sua compreensão e farão conexões entre questões subjacentes aos desafios que eles compartilharam. Para facilitar a discussão, pergunte o seguinte:
  - Observe os desafios que você escreveu. Eles estão relacionados entre si?
  - Existe algo em comum entre os desafios? Quais são essas semelhanças?
  - Existem diferenças entre os desafios? Quais são essas diferenças?
  - Como eles estão interconectados entre si?
5. Permita que os grupos mostrem a inter-relação dos desafios que compartilharam usando o mapa mental.
6. Após a sessão esses mapas serão afixados na sala para serem vistos por todos os participantes.
7. Para finalizar a atividade, cada grupo terá um relator que vai apresentar seus mapas mentais. Dê menos de 5 minutos para cada apresentação.



Consulte o Anexo 1 para o procedimento do mapa mental e discuta-o claramente com os participantes antes da atividade.



Durante a apresentação, liste os desafios específicos mencionados pelos relatores (por exemplo: assassinato de defensores dos direitos humanos, problema da água, falta de políticas sobre povos indígenas, etc.) em metacartões (metacards) separados e coloque-os em um quadro diante de todos. Faça isso para todas as apresentações.

Após as apresentações, mostre a lista de desafios na lousa. Deixe os participantes adicionar os desafios por temas. Pergunte o seguinte:

1. Quais os desafios da lista que você vê são os mesmos ou estão relacionados um ao outro? (Coloque desafios iguais ou relacionados juntos.)
2. Você pode dar um título ou categoria a cada um dos metacartões (metacards) agrupados? (Exemplos de categorias podem incluir políticas, ambientais, econômicas, problemas socioculturais, emergentes/contemporâneos, etc.)



Após a apresentação, mostre a lista de desafios dos povos indígenas com as adições feitas. Discuta os desafios das inter-relações de meio ambiente, sociocultural e político. Peça outros exemplos de desafios das diferentes regiões/comunidades. É importante observar na discussão o seguinte:

1. Os povos indígenas estão vivenciando muitos problemas ambientais, socioculturais, crises políticas e econômicas. Essas crises estão tão interligadas que não podem apontar para uma única causa ou efeito. Essas crises estão acontecendo em muitas aldeias, comunidades e regiões indígenas diferentes no mundo. Portanto, é uma crise global, múltipla.
2. Os povos indígenas são mais vulneráveis a essas crises por causa da discriminação histórica e outros fatores, incluindo socioeconômicos e situações políticas em muitos países e no mundo. É importante notar que a colonização de muitos territórios indígenas mudou a história que contribuiu para essas mudanças.
3. Essas crises estão sendo exacerbadas por problemas emergentes, como a mudança climática, violência relacionada à terra, criminalização dos defensores de direitos humanos e de direitos indígenas, entre outros.



Forneça textos explicativos que possam ilustrar alguns fatos e números importantes sobre as crises globais – pobreza, distribuição de riqueza, perda de biodiversidade, situação da água, propriedade, degradação ambiental e mudança climática. Observe que os textos podem ser revisados e aprimorados com dados relevantes para a região ou país dos participantes. Os textos também podem ser usados como ponto de partida para apresentação de uma ideia quando as discussões estiverem travadas.

Encerre a sessão incentivando todos a assistir ao vídeo “Fever” na próxima sessão para uma compreensão mais abrangente das mudanças climáticas como um exemplo das múltiplas crises que o mundo enfrenta hoje.

## Sessão II: Filme: Febre (Parte 1)

**Duração da Sessão:** 45 minutos (30 minutos para a visualização do filme e 15 minutos para Fórum aberto)

O vídeo “Fever” é um documentário dividido em quatro partes que descreve o que é a mudança climática e como ela está afetando os povos indígenas. Foi filmado nas Filipinas, Indonésia e América Latina. A primeira parte mostra que as atividades humanas causam mudanças climáticas. Também mostra o paradigma dos povos indígenas sobre o desenvolvimento que pode desacelerar, senão reverter seus impactos. A segunda parte mostra os impactos das indústrias extrativistas para os povos indígenas. A terceira e última parte mostra como os povos indígenas estão se organizando, desde a base das comunidades até o nível internacional, para resolver seus problemas. O vídeo também mostra as boas práticas dos povos indígenas na adaptação às mudanças climáticas e seus impactos.



Dependendo do limite de tempo, você pode mostrar apenas a primeira parte ou a primeira e segunda parte, para depois prosseguir com as discussões.

Após a exibição do filme, peça a opinião dos participantes sobre o filme e como se relaciona com as múltiplas crises globais pelas quais os povos indígenas estão passando.

Observe que a apresentação em vídeo é apenas UM exemplo das muitas crises que os povos indígenas enfrentam. Embora seja verdade que a mudança climática piora todas as outras crises, NÃO é seu único ou principal problema.

## Sessão III: Os povos indígenas como atores políticos

Esta sessão enfatiza o papel dos povos indígenas como atores políticos em diferentes cenários políticos.

**Duração da sessão:** 2 horas

**Contribuição:** Povos Indígenas como Atores Políticos

**Material:** Apresentação em Power Point sobre “Povos Indígenas como Atores Políticos”



A discussão deve estar atrelada à apresentação dos grupos na sessão anterior.



Devido ao forte movimento e afirmação dos povos indígenas, as múltiplas crises pelas quais passaram influenciaram os desenvolvimentos no nível internacional. A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas Povos (UNDRIP) surgiu das diferentes experiências políticas de povos indígenas como

outros mecanismos internacionais o seguiram, respondendo assim a muitos dos problemas dos povos indígenas, tais como o Fórum Permanente da ONU sobre Questões Indígenas (UNPFII), Mecanismo de Peritos sobre os Direitos dos Povos Indígenas Povos (EMRIP).

Os espaços para os povos indígenas se abriram não apenas em nível global, mas também, em muitos casos, até mesmo a nível regional e nacional. É importante para povos indígenas entender e perceber que eles precisam assumir esses espaços e ser o agente de cambio que eles querem ver em suas próprias comunidades.



É importante enfatizar na discussão a seguir que os povos indígenas podem ser atores políticos que mudem a maneira em que o atual sistema dominante está funcionando. Há uma necessidade de dissipar a noção de que atores “políticos” só podem se referir a políticos ou aquelas pessoas que foram eleitas para estar no poder. Enfatize que os atores políticos podem ser qualquer um que está trabalhando para um bem-comum.

Você pode fazer uma pesquisa avançada sobre os cenários políticos locais da comunidade. Isso pode ser útil para facilitar este módulo.

## ATIVIDADE 2

### Quais são as Comunidades Existentes nos Cenários Políticos?

**Duração: 20 minutos**

**Objetivos da atividade:** No final da atividade, os participantes deverão ser capazes de:

1. Identificar iniciativas lideradas pelos povos indígenas (PIs) respondendo a várias questões que os povos indígenas encaram;
2. Explicar como homens, mulheres e jovens se envolvem nessas iniciativas nos cenários locais e nacionais;
3. Discutir como os povos indígenas (PIs) funcionam coletivamente no cenário social, política e econômica da comunidade; e
4. Examinar os resultados das iniciativas lideradas pelos povos indígenas (PIs).



Para esta atividade, consulte os mapas mentais que eles fizeram na primeira atividade e os cartazes que eles fizeram na atividade dos sistemas comunitários.

### Instruções:

1. Divida os participantes em grupos de acordo com as regiões de onde vêm e use

as seguintes perguntas para sua discussão:

- a. Com base no mapa mental (das questões que você apresentou), identifique as iniciativas que incluam as organizações envolvidas na abordagem dessas questões.
  - b. Com base na apresentação do pôster da atividade anterior, como os homens, as mulheres e os jovens se engajam nesses sistemas no âmbito local e nacional?
  - c. Como você trabalha coletivamente nos cenários social, político e econômico na sua comunidade?
  - d. Quais são os resultados desses movimentos, caso houverem?
2. Each group will assign a rapporteur to share the highlights of their discussion in the plenary.



Resuma e sintetize o relatório do plenário. Enfatize os exemplos de atividades que os povos indígenas fazem tanto no âmbito local quanto nacional:

- Organização e educação
- Informação pública
- Mídia e comunicações
- Redes
- Campanhas
- Trabalho de lobby
- Pesquisar
- Trabalho de desenvolvimento comunitário/meios de subsistência e economias
- Trabalho cultural

Faça referência também aos exemplos das atividades dos povos indígenas indicados nos relatórios dos grupos.



## POVOS INDÍGENAS COMO ATORES POLITICOS

### Quem é um ator político?

Um ator político é alguém que reivindica o direito de participação ou faz algo para influenciar a tomada de decisões políticas. Isso não se refere apenas a um político ou a um governo entidade que foi eleito.

### Objetivos dos povos indígenas como atores internacionais

Esses objetivos inter-relacionados falam diretamente sobre os principais desafios sociais e ecológicos que hoje a humanidade enfrenta - o refazer das relações sociais e ecológicas em harmonia com a rede natural da vida.

### Os povos indígenas como atores internacionais

Os povos indígenas têm uma grande contribuição a dar para enfrentar esses desafios, e, portanto, têm um papel central, não marginal, a desempenhar nos debates contemporâneos sobre o futuro.

### Povos indígenas como aprendizes/atores sociais

- a. O importante é que os povos indígenas se vejam conscientemente como aprendizes/atores sociais, ao lado de outros na busca de soluções para as crises, incluindo as crises sociais.
- b. Um processo de “aprender a sair” da atual crise ecológica global está ocorrendo dentro das unidades de aprendizagem apropriadas, tais como aldeias, comunidades, cidades e instituições.

### Povos indígenas como aprendizes/atores sociais

*“Não existe um lugar puro a partir do qual se possa desenvolver uma política de resistência ou uma política de identidade. De fato, a luta pela voz e pelo empoderamento coletivo deve ser forjada dentro, não fora das tradições e histórias mediadoras que ligam o centro e o margens do capitalismo tardio”.*

### Participação Popular

*“Esforços organizados para aumentar o controle sobre recursos e instituições reguladoras em determinadas situações sociais, por parte de grupos e movimentos daqueles até então excluídos de tal controle”. - Instituto de Pesquisa das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Social (UNRISD)*



## **POVOS INDÍGENAS, DEFESA POLITICA E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO CENARIO POLITICO**

### **Os povos indígenas e a defesa política**

Fortalecendo as vozes dos povos indígenas sobre nosso futuro social e ecológico em instituições decisórias são necessárias.

A defesa inclui atividades para mudar o equilíbrio político em apoio aos povos indígenas:

- Organização e fortalecimento da comunidade
- Educação e conscientização pública
- Propaganda
- Comunicações
- Pesquisa associada
- Trabalho de lobby

**As relações internacionais nos cenários políticos são focadas, mas não limitadas ao seguinte:**

- Direitos humanos e paz
- Ambiente
- Economia, comércio e investimento, finanças
- Desenvolvimento sustentável
- Direitos da terra
- Das Alterações Climáticas
- Biodiversidade
- Gênero, jovens e crianças
- Migrações trabalhistas
- Indústrias extrativistas
- Conhecimento Tradicional
- Financiamento Climático
- Outros

É preciso que cada cenário seja submetido a uma análise de pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças.

## O que é um cenário político?

- Um cenário político é um “processo de tomada de decisão definido na intersecção de diferentes níveis de governança, espaço geográfico, língua e cultura política”. (Carinho, 2010)
- A maioria dos cenários políticos é geograficamente limitado - local, nacional e regional.
- Alguns são multicamadas, por exemplo, União Europeia.
- Alguns são institucionais, por exemplo, a Comissão Nacional dos Povos Indígenas (NCIP) das Filipinas.



Encerre a sessão reiterando que os povos indígenas continuam sua relação com a natureza, por isso os seus sistemas de conhecimento e modos de vida continuam se desenvolvendo até hoje. Enquanto muitos povos indígenas já se divorciaram dos sistemas citados, o fato de muitos serem produtores de agricultura de subsistência, tendo a natureza como principal recurso de subsistência, permitiu-lhes desenvolver uma relação mais estreita com a natureza.



Para encerrar o módulo, revise os seguintes pontos-chave do módulo.



### Ponto-chave:

- O mundo está passando por muitas mudanças econômicas, políticas, socioculturais, e crises ambientais por isso os povos indígenas são mais vulneráveis devido à sua discriminação histórica e sistêmica.
- As múltiplas crises globais estão sendo exacerbadas pelos desafios trazidos pelo câmbio climático.
- Os povos indígenas desempenham um papel crítico como atores políticos na abordagem dessas múltiplas crises nos níveis local, nacional e global.

## Anexo 1: O que é Mindmapping e como começar imediatamente?

Um mapa mental é uma maneira gráfica de representar ideias e conceitos. É uma ferramenta de pensamento visual que ajuda estruturar informações e aprimorar a capacidade de análise, compreensão, sintetização, memórias para gerar novas ideias.

Assim como em toda grande ideia, o poder está em sua simplicidade.

Em um mapa mental, ao contrário das anotações tradicionais ou texto linear, a informação é estruturada em uma maneira que se assemelha, muito mais próxima, como seu cérebro realmente funciona. Por ser uma atividade que é analítica e artística, envolve seu cérebro de uma forma muito, muito mais rica, ajudando em todas as suas funções cognitivas. E, o melhor de tudo, é divertido!

Então, como é um mapa mental? Melhor do que explicar é mostrar um exemplo.

Este é um mapa mental sobre - convenientemente - o próprio mapa mental. Apresenta, de forma visual, os principais elementos e técnicas sobre como desenhar mapas mentais. Sim, eu sei que isso pode parecer um pouco muito confuso inicialmente, mas tenha paciência comigo: depois de quebrar o hábito arraigado de fazer anotações lineares, você não vai voltar atrás.

### Benefícios e usos

Acho que já revelei os benefícios do mapa mental e por que os mapas mentais funcionam. Basicamente, o mindmapping evita o pensamento monótono e linear. Ele estimula sua criatividade e torna as anotações divertidas novamente.

Mas para que podemos usar mapas mentais?

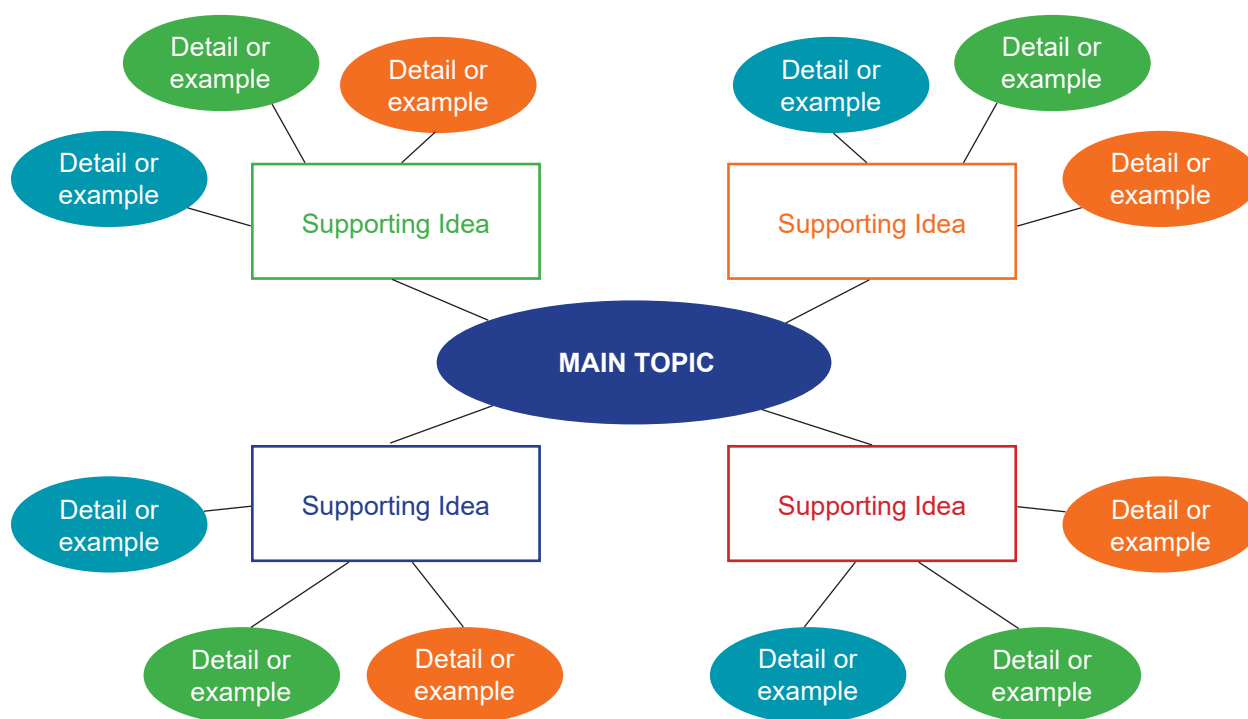
- Fazer anotações
- Brainstorming/ Chuva de ideias (individualmente ou em grupo)
- Solucionar problemas
- Estudar e memorizar
- Planejar
- Pesquisar e consolidar informações de várias fontes
- Apresentar informações
- Obter conhecimentos sobre assuntos complexos
- Exercitar a criatividade

É difícil fazer justiça ao número de usos que os mapas mentais podem ter - a verdade é que eles podem ajudar a esclarecer seu pensamento em praticamente qualquer coisa, em muitos contextos diferentes: pessoal, familiar, educacional ou empresarial. Planejar seu dia ou planejar sua vida, resumir um livro, lançar um projeto, planejamento e criação de apresentações, redação de postagens em blog - bem, você entendeu - qualquer coisa, realmente.

## Como desenhar um mapa mental

Desenhar um mapa mental é tão simples quanto 1-2-3:

- Comece no meio de uma página em branco, escrevendo ou desenhando a ideia que pretende desenvolver. Eu sugeriria que você usasse a página na orientação horizontal.
- Desenvolva os subtópicos relacionados em torno deste tópico central, conectando cada um deles ao centro com uma linha.
- Repita o mesmo processo para os subtópicos, gerando subtópicos de nível inferior conforme você vê, conectando cada um deles ao subtópico correspondente.



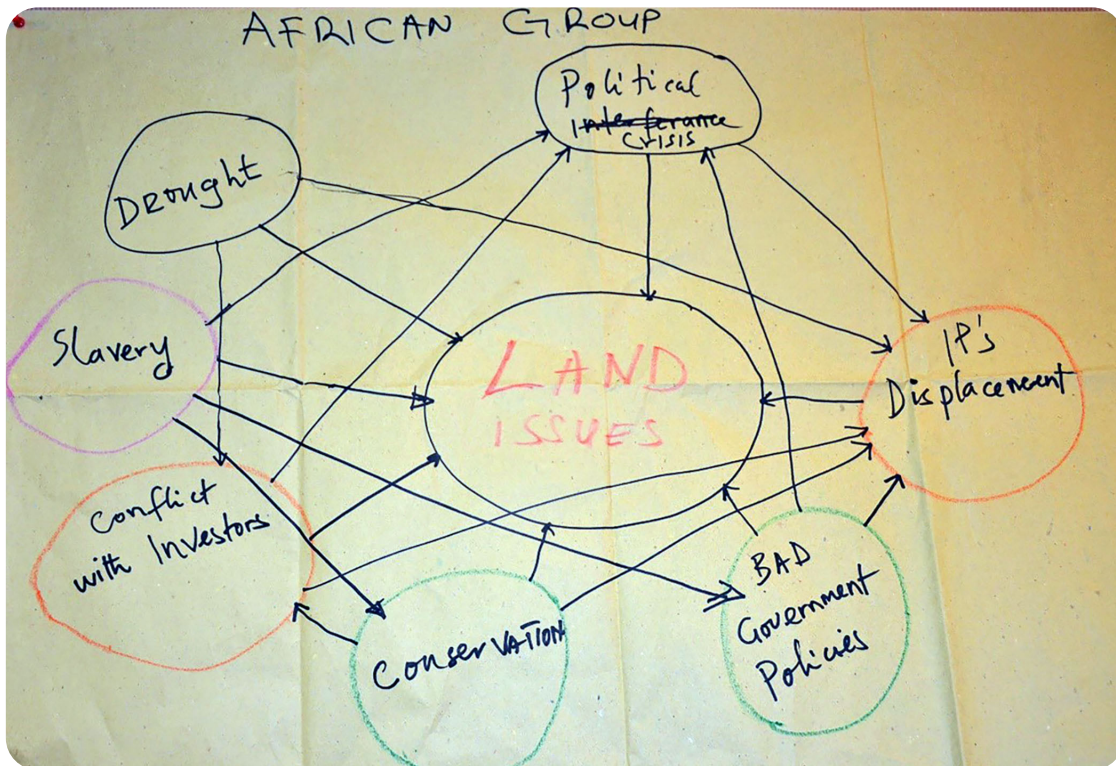
Fonte: <https://templatelab.com/mind-map/>

## Mais algumas recomendações:

- Use e abuse de cores, desenhos e símbolos. Seja o mais visual possível e seu cérebro vai agradecer. Conheci muitas pessoas que nem tentam, com a desculpa de que “não são artistas”. Não deixe que isso o impeça de experimentar!
- Mantenha os rótulos dos tópicos o mais curto possível, mantendo-os em uma única palavra—ou, melhor ainda, apenas uma imagem. Especialmente em seus primeiros mapas mentais, a tentação de escrever uma frase é enorme, mas sempre procure oportunidades de encurtá-la para uma única palavra ou figura - seu mapa mental será muito mais eficaz dessa forma.
- Varie o tamanho, a cor e o alinhamento do texto. Varie a espessura e o comprimento das linhas. Forneça muitas dicas visuais que deem ênfase aos pontos importantes. Cada pedacinho ajuda a envolver seu cérebro.



## Exemplos de mapas mentais



**Referências bibliográficas:**

Cariño, J. (2010). *An Education Resource Book on Indigenous Peoples and the Convention on Biological Diversity*. Baguio City: Tebtebba Foundation.

Limemind. (2007). *What is Mindmapping and how to get started immediately?* Retrieved March 27, 2014, from: <http://litemind.com/what-is-mind-mapping/>.

# MÓDULO

## 2

## Abordagem baseada em Direitos Humanos (HRBA)

*Os povos indígenas têm direito ao pleno gozo, em caráter coletivo ou como indivíduos, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais reconhecidos na Carta das Nações Unidas, na Declaração dos Direitos Humanos e direito internacional dos direitos humanos.*

- Artigo 1, UNDRIP

*Os povos e indivíduos indígenas são livres e iguais a todos os outros povos e indivíduos, e têm o direito de estar livres de qualquer tipo de discriminação no exercício de seus direitos, em particular em base em sua condição indígena origem ou identidade*

- Artigo 2, UNDRIP

**Duração do Módulo:** 8 horas

**Objetivos do Módulo:**

Ao final deste módulo, espera-se que os participantes sejam capazes de:

1. Articular os principais conceitos de direitos humanos, com foco nos direitos dos povos indígenas, e a Abordagem Baseada em Direitos Humanos (HRBA);
2. Compreender como usar ferramentas e mecanismos de direitos humanos em vários níveis; e
3. Aplicar o HRBA ao seu trabalho no IPSSDD.

## Sessão I: Direitos Humanos - Introdução

Esta sessão apresenta os conceitos de direitos humanos, seu desenvolvimento histórico e características

**Duração da sessão:** 1 hora e 30 minutos

**Materiais:** Materiais de atividades, por exemplo, curtas-metragens, apresentações em PowerPoint, laptop, projetor LCD.



### ATIVIDADE 1

#### CHARADAS E Pictionary: Atuação e Desenho

**Duração:** 45 minutos

**Objetivos da atividade:** Ao final da atividade, os participantes deverão ser capazes de articular os direitos humanos básicos.

**Materiais:** Pedacos de papel dobrados contendo os direitos humanos básicos, caixa, flip chart para manter pontuação, cronômetro, canetões permanentes, uma lista de verificação de direitos humanos básicos em um flip chart ou papel pardo, 4 flip charts para desenho

#### Instruções:

1. Os participantes serão subdivididos aleatoriamente em 4 grupos.
2. Cada grupo criará um nome de grupo e identificará quais participantes encenarão ou desenharão as palavras ou frases selecionadas e quais adivinharão as palavras ou frases.
3. Os grupos se revezarão para escolher uma folha de papel contendo a palavra ou frase; eles vão representar ou desenhar nos flip charts; e o resto do grupo vai adivinhar a palavra/frase.
4. Cada volta não pode demorar mais de 1 minuto (60 segundos). Um cronômetro oficial e anotador será designado.
5. A equipe com o maior número de pontos ganha o jogo



#### Processando a atividade:

- Todas as palavras ou frases na caixa que correspondem aos direitos humanos básicos serão coladas no papel pardo ou no flip chart que contém uma lista de todos os direitos humanos (ver abaixo).
- O facilitador perguntará aos participantes quais palavras foram as mais fáceis

de adivinhar, quais eram os mais difíceis e quais nunca tinham ouvido falar antes.

- A atividade será encerrada ao ser vinculada às próximas 2 atividades onde os conceitos básicos de direitos humanos serão apresentados e discutidos.



### Pontos-chave:

- Os direitos humanos básicos universalmente acordados estão contidos no Declaração dos Direitos Humanos (DUDH), o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Direitos Políticos (PIDCP) e o Pacto Internacional sobre Políticas Econômicas, Sociais e Direitos Culturais (PIDESC), também conhecido como Carta Internacional de Direitos (IBHR).

|  DUDH | PIDCP                                                                           | PIDESC              |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------|---------------------|
| Direito à igualdade                                                                     | Igualdade perante a lei                                                         | Direito à igualdade |
| Livre de Discriminação                                                                  |                                                                                 |                     |
| Direito à Vida, Liberdade, Segurança Pessoal                                            | Direito à Vida<br>Direito à liberdade e à segurança da pessoa                   |                     |
| Livre de Escravidão                                                                     | Direito de não ser escravizado                                                  |                     |
| Livre de Tortura e Tratamento Degradante                                                | Livre de Tortura                                                                |                     |
| Direito ao Reconhecimento da Pessoa Física perante a lei                                | Direito ao Reconhecimento da Pessoa Física perante a lei                        |                     |
| Direito à igualdade perante a lei                                                       | Igualdade perante os tribunais                                                  |                     |
| Direito de Recurso perante Tribunal Competente.                                         |                                                                                 |                     |
| Livre de prisão e exílio arbitrário                                                     | Livre de prisão arbitrária ou Interferência ilegal                              |                     |
| Direito a Audiência Pública Justa                                                       | Direito a um julgamento justo                                                   |                     |
| Direito de ser considerado inocente até que se prove a culpa                            | Ninguém pode ser culpado de um ato que não se classifique como ofensa criminal. |                     |
| Livre de Interferência na Privacidade, Família, Residência e correspondência.           |                                                                                 |                     |
| Direito à livre circulação dentro e fora do país                                        | Liberdade de circulação e escolha de residência para residentes legais.         |                     |
| Direito de asilo em outros países devido à perseguição                                  |                                                                                 |                     |

|  <b>DUDH</b> | <b>PIDCP</b>                                                                                  | <b>PIDESC</b>                                                       |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|
| Direito a uma nacionalidade e liberdade para mudá-la.                                         |                                                                                               |                                                                     |
| Direito ao casamento e à família                                                              | Direito ao casamento                                                                          | Direito ao casamento e à constituição de família                    |
| Direito à Propriedade                                                                         |                                                                                               |                                                                     |
| Liberdade de Crença e Religião                                                                | Liberdade de pensamento, consciência e religião                                               |                                                                     |
| Liberdade de opinião e informação                                                             | Direito de ter opiniões sem interferência                                                     |                                                                     |
| Direito de reunião e associação pacífica                                                      | Direito à liberdade de associação com outras pessoas                                          | Direito de constituição e filiação em sindicatos, direito de greve. |
| Direito de participar no Governo e Eleições livres.                                           | Direito à participação política                                                               |                                                                     |
| Direito à Seguridade Social                                                                   |                                                                                               | Direito à Seguridade Social                                         |
| Direito ao Trabalho Desejável e à Associação Sindical                                         |                                                                                               | Direito ao Trabalho<br>Direito a Condições Justas de Trabalho       |
| Direito ao Descanso e Lazer                                                                   |                                                                                               |                                                                     |
| Direito a um padrão de vida adequado                                                          |                                                                                               | Direito a um padrão de vida adequado                                |
| Direito à educação                                                                            |                                                                                               | Direito à educação<br>Direito ao ensino fundamental                 |
| Direito de participar da vida cultural da comunidade                                          |                                                                                               | Direito de participar da vida cultural                              |
| Direito a uma Ordem Social segundo este Documento                                             |                                                                                               |                                                                     |
| Deveres comunitários essenciais para Gratuidade e Integridade                                 |                                                                                               |                                                                     |
| Livre de interferência do Estado ou interferência Pessoal nos direitos acima citados.         |                                                                                               |                                                                     |
|                                                                                               | Direito à Autodeterminação                                                                    | Direito à Autodeterminação                                          |
|                                                                                               | Direitos dos detidos                                                                          |                                                                     |
|                                                                                               | Direito de não ser preso apenas no motivo de incapacidade de cumprir um contrato ou obrigação |                                                                     |
|                                                                                               | Direitos dos estrangeiros                                                                     |                                                                     |
|                                                                                               | Será proibida por lei propaganda de guerra                                                    |                                                                     |
|                                                                                               | Direitos das crianças                                                                         | Direitos das crianças                                               |
|                                                                                               | Proteção de minorias                                                                          |                                                                     |
|                                                                                               |                                                                                               | Realização progressiva                                              |
|                                                                                               |                                                                                               | Limitações aos direitos de promoção de bem-estar geral.             |
|                                                                                               |                                                                                               | Sem direito de destruir direitos                                    |
|                                                                                               |                                                                                               | Direito à saúde                                                     |

## ATIVIDADE 2

**EXIBIÇÃO DE FILME: Os Direitos Humanos em 2 Minutos**

2

**Duração:** 15 minutos**Objetivos da atividade:**

Ao final da atividade, os participantes deverão ser capazes de relatar a história e articular as características dos direitos humanos e a justificativa para o desenvolvimento da DUDH.

**Materiais:** Curta-metragem, projetor LCD, laptop, alto-falantes**Instrução:** Reproduza o vídeo “Direitos humanos em 2 minutos”

**Processando a Atividade:** Pergunte aos participantes o que eles acharam do filme. Você também pode perguntar a eles o seguinte:

- Quando e por que a DUDH foi desenvolvida?
- O que são direitos humanos?
- Os direitos humanos são iguais às necessidades?
- O que aconteceria se não tivéssemos direitos humanos?
- Quais foram alguns dos direitos identificados no filme que você não conhecia antes?
- Quais são as características básicas dos direitos humanos?
- Que exemplo foi citado ilustrando essas características? Você pode pensar em seu próprio exemplo?
- Quem faz o quê? Quem é responsável por garantir que os direitos humanos sejam observados?
- A DUDH é executável?

As seguintes características devem ser identificadas:

- **Universal** - Isso significa que os direitos humanos são os mesmos para todos os seres humanos independentemente do sexo, idade e raça. Isso significa que todas as pessoas, independentemente de sua condição social, status e origem, nascem iguais em liberdade, dignidade e direitos.
- **Inalienáveis** - Isso significa que os direitos humanos são direitos das pessoas por causa de sua humanidade e não são dados a eles. Portanto, ninguém pode tirar esse direito de uma pessoa. Também significa que uma pessoa tem direitos humanos mesmo que seu país não reconheça ou viole

esses direitos. Por exemplo, quando a escravidão é praticada, os escravos ainda têm direitos, mesmo que esses direitos estejam sendo violados pelo Estado.

- **Inerente** - Isso significa que os direitos humanos não são comprados nem dados por ninguém. Eles pertencem às pessoas simplesmente porque são humanos.
- **Indivisíveis e interdependentes** - Os direitos humanos não podem ser divididos em partes e não podem ser negados porque são menos importantes ou não essenciais. Os Direitos humanos

**são interdependentes:** todos os direitos humanos fazem parte de um marco complementar. Por exemplo, sua capacidade de participar no governo é diretamente afetada pelo seu direito de se expressar para obter uma educação, e até mesmo para obter as necessidades de vida.



#### **Pontos-chave:**

- Todos os seres humanos têm direitos que são universais, inalienáveis, inerentes, indivisíveis e interdependentes.



## ATIVIDADE 3

**EXIBIÇÃO DE FILME: “A Obrigação de Respeitar, Proteger, Cumprir”**

**Duração:** 30 minutos

**Objetivos da atividade:** Ao final da atividade, os participantes deverão ser capazes de compreender as obrigações de direitos humanos do Estado.

**Materiais:** Curta-metragem, projetor LCD, laptop, alto-falantes

**Instrução:** Reproduza o vídeo “A Obrigação de Respeitar, Proteger, Cumprir”



**Processando a Atividade:** Pergunte aos participantes o que eles acharam do filme. Você também pode perguntar a eles o seguinte:

- Quem são os portadores de deveres?
- Quem é legalmente responsável pelas violações dos direitos humanos?
- A quem nos referimos quando dizemos “o Estado”?
- Como diferenciamos obrigações negativas e positivas? Você pode dar alguns exemplos de cada uma?
- Qual é a obrigação do Estado quando particulares violam os direitos uns dos outros?
- Que exemplos foram dados sobre a obrigação de cumprir os direitos humanos? Você pode pensar em outros exemplos?
- Existe uma demarcação clara entre obrigações negativas e positivas?

**Pontos-chave::**

- O Estado é conhecido como o portador de deveres e tem obrigações tanto positivas quanto negativas.
- O Estado tem a obrigação de respeitar, proteger e cumprir os direitos humanos. Como tal, o Estado é legalmente responsável ao não cumprir suas obrigações de direitos humanos

## Sessão II: Direitos dos povos indígenas

Esta sessão apresenta os conceitos de direitos dos povos indígenas e a relação com os Direitos Humanos.

**Duração da sessão:** 1 hora.

**Materiais:** Materiais de atividades.

### ATIVIDADE 4

#### EXIBIÇÃO DA CURTA: “UNDRIP Animation”

4

**Duração:** 15 minutos

**Objetivos da atividade:** Ao final da atividade, os participantes deverão ser capazes de articular, usar e fazer valer seus direitos na UNDRIP.

**Materiais:** Curta-metragem, projetor LCD, laptop, alto-falantes

**Instrução:** Reproduza o vídeo “UNDRIP Animation”



**Processando a Atividade:** Pergunte aos participantes o que eles acharam do filme. Você também pode perguntar a eles o seguinte:

- Quem escreveu a UNDRIP? Este é um processo único para a ONU?
- Quais países adotaram a UNDRIP? Qual não adotou? Os países que não concordaram com a UNDRIP ainda mantêm sua objeção?
- Que direitos são protegidos na UNDRIP? Quantos artigos?
- Como a UNDRIP difere da DUDH?
- O que é consentimento livre, prévio e informado (FPIC)?
- Como a UNDRIP pode ser usada para afirmar os direitos indígenas? O que é que as pessoas indígenas precisam fazer?



#### Pontos-chave:

- Os povos indígenas redigiram e negociaram a UNDRIP, documento que contém seus direitos.
- Os povos indígenas devem descobrir o que a UNDRIP contém para que possam ser defensores eficazes dos seus direitos.

5

## ATIVIDADE 5

**Encenações Criativas Sobre os Direitos Humanos dos Povos Indígenas****Duração:** 45 minutos

**Objetivos da atividade:** Ao final da atividade, os participantes deverão ser capazes de articular como os diferentes direitos humanos se aplicam aos povos indígenas, levando em conta seu contexto, história e valores.

**Materiais:** papel pardo ou flip chart, cores pastéis, canetões permanentes, papéis coloridos, microfone, alto-falante.

**Instruções:**

1. Divida os participantes, aleatoriamente, em 4 grupos.
2. Cada grupo selecionará 3 pedaços de papel contendo diferentes direitos humanos e conversarão como esses direitos se aplicam no contexto dos povos indígenas.
3. Cada grupo determinará como apresentar o resultado de sua discussão de forma criativa – através de uma música, poema, rap, desenho, pintura, dança ou pequeno vídeo, noticiário, rádio, etc.
4. Cada grupo terá 5 minutos para apresentar os resultados do seu trabalho.

**Processando a Atividade:**

- Pergunte aos participantes se desejam acrescentar algo às apresentações.

**Pontos-chave:**

- Os direitos dos povos indígenas são direitos humanos individuais e coletivos que se aplicam a povos indígenas, levando em consideração seus contextos, histórias e valores distintos. Esses direitos não são direitos especiais, são os mesmos direitos humanos que se aplicam a todos, porém são distintos e diferenciados para levar em conta contexto, história e valores das pessoas.

## Sessão III: Abordagem baseada nos Direitos Humanos (HRBA)

Esta sessão apresenta a abordagem baseada em direitos humanos (HRBA) para o desenvolver e examinar a forma como usar o HRBA a fim de garantir o reconhecimento e o respeito aos povos indígenas, apresenta os conceitos de direitos dos povos indígenas e a relação com os Direitos Humanos.

**Duração da sessão:** 1 hora e 30 minutos

**Materiais:** Materiais de atividades apresentação em PowerPoint.

### ATIVIDADE 6

**EXIBIÇÃO DO FILME:** “Abordagem dos Direitos Humanos E Abordagem para o Desenvolvimento Baseada nos Direitos”

6

**Duração:** 60 minutos

**Objetivos da atividade:** Ao final da atividade, os participantes deverão ser capazes de apresentar e discutir a Abordagem para o Desenvolvimento Baseada nos Direitos Humanos

**Materiais:** Curtas-metragens, projetor LCD, laptop, alto-falantes.

**Instrução:** Reproduzir os vídeos curtos “Abordagem de Direitos Humanos” e “Abordagem para o Desenvolvimento Baseados em Direitos”



**Processando a Atividade:** Pergunte aos participantes o que eles acharam do filme. Você também pode perguntar a eles o seguinte:

- O que é HRBA? Para que pode ser usado?
- Como o HRBA foi desenvolvido dentro do sistema da ONU?
- Que valores são privilegiados no sistema baseado em necessidades? E no sistema baseado em direitos?



### Pontos-chave:

A HRBA identifica os detentores de direitos e portadores de deveres. Ele articula passos necessário para que os titulares de direitos reivindiquem seus direitos e desenvolvam sua capacidade enquanto apoia a necessidade dos portadores de deveres de cumprir as suas obrigações.



## ATIVIDADE 7

**Conceito de Desenvolvimento dos Povos Indígenas**

**Duração:** 30 minutos

**Objetivos da atividade:** Ao final da atividade, os participantes deverão ser capazes de discutir os conceitos de desenvolvimento dos povos indígenas e tradicionais.

**Materiais:** papel pardo ou flip chart, cores pastéis, canetões permanentes, fita crepe, papel colorido.

**Instrução:**

1. Divida os participantes em 4 grupos de acordo com sua comunidade, país ou origem regional.
2. Cada grupo deve selecionar um facilitador que administrará o fluxo da discussão e garantir que as questões do workshop sejam discutidas.
3. Cada grupo deve discutir o seguinte:
  - Identificar e discutir um projeto de desenvolvimento liderado ou executado por o governo dentro de sua comunidade?
  - Quais são os direitos afetados no projeto e a forma como está sendo realizado?
  - Como você acha que o projeto que você identificou na primeira pergunta é apropriado ou não para as pessoas em sua comunidade? Se não for apropriado, que tipo de projetos de desenvolvimento você prefere ter? Por que?
4. Os grupos devem ilustrar os resultados de suas discussões e afixá-los na parede adjacentes a eles para visualização do grupo.

**Processando a atividade:**

- Peça aos participantes para ver os resultados dos outros grupos e refletir sobre as diferenças no conceito de desenvolvimento. Peça também para observar os direitos envolvidos nos principais projetos identificados.

**Pontos-chave:**

- O HRBA pode ser usado por povos indígenas para defender o respeito e reconhecimento de seu conceito de desenvolvimento.

## Sessão IV: MECANISMOS E FERRAMENTAS DOS DIREITOS HUMANOS

A sessão apresenta as várias ferramentas e mecanismos de direitos humanos a nível nacional, regional e global e examina como os diferentes mecanismos de direitos humanos têm sido usados para abordar questões e preocupações dos povos indígenas.

**Duração** da sessão: 1 hora e 30 minutos

**Materiais:** Materiais de atividades, projetor LCD, laptop, apresentação em PowerPoint.

### ATIVIDADE 8

#### O que é o Tratado de Direitos Humanos?

8

**Duração:** 30 minutos

**Objetivo da Atividade:** Ao final da atividade, os participantes devem ser capazes de discutir os mecanismos de direitos humanos nos níveis nacional, regional e global.

**Materiais:** Curta-metragem, projetor LCD, laptop, alto-falantes

**Instrução:** Mostre o vídeo curto “O que é o Tratado de Direitos Humanos?”



#### Processando a atividade:

- Pergunte aos participantes o que eles acharam do filme.
- Reafirme que os tratados são mecanismos acessíveis aos povos indígenas.



#### Pontos-chave:

- Os tratados de direitos humanos podem emitir recomendações e decisões que podem ajudar os povos indígenas na defesa do respeito, proteção e cumprimento de seus direitos.

## 9

## ATIVIDADE 9

**Ferramentas e Mecanismos de Direitos Humanos**

**Duração:** 60 minutos

**Objetivo da Atividade:** Ao final da atividade, os participantes deverão ser capazes de examinar como os vários mecanismos de direitos humanos têm sido usados para abordar questões dos povos indígenas.

**Materiais:** projetor LCD, laptop, casos impressos no Anexo 1 (distribuídos como dever de casa o dia anterior)

**Instrução:** Chame os participantes para responder a perguntas sobre os casos atribuídos.

**Processando a atividade:**

- O que aconteceu neste caso? Quem eram os denunciantes? Quais eram os direitos violados? Como?
- Qual foi a decisão do caso? Que direitos foram respeitados? A decisão foi justa e correta? Qual é a importância do caso?
- Qual foi o efeito do julgamento no terreno? E quais foram os comportamentos e políticas do governo?

**Pontos-chave de aprendizagem:**

- Existem mecanismos acessíveis aos povos indígenas para garantir que os padrões e instrumentos de direitos humanos sejam adotados e implementados nos níveis nacional, regional e global. Também a forma em que as violações a esses direitos são tratados.

## Sessão V: EXERCÍCIOS PRÁTICOS

Esta sessão oferece uma oportunidade para os participantes praticarem as habilidades necessárias para usar os mecanismos de direitos humanos.

**Duração da sessão:** 2 horas e 30 minutos

**Materiais:** Materiais de atividades

### ATIVIDADE 10

#### ROLE PLAY / SIMULADO

10

**Duration:** 2 hours and 15 minutes

**Objective of the Activity:** At the end of the activity, the participants should be able to use human rights mechanisms.

**Materials:** Colored paper, permanent markers, pastel color, craft paper

**Instruções (Mais detalhes Anexo 2):**

1. Os participantes serão divididos aleatoriamente em 3 grupos. O primeiro grupo serão os juízes da Corte Pangea de Direitos Humanos, o segundo grupo será composto pelos povos indígenas Wardan e organizações de apoio de Jakanda que têm entrado com um processo na Corte contra o Estado de Jakanda, e o terceiro grupo irá ser representantes do governo de Jakanda. Instruções escritas para o simulado serão distribuídas aos grupos.
2. O primeiro grupo designará um juiz que conduzirá a audiência e será responsável da decisão do fato apresentado. O grupo abrirá e gerenciará o fluxo da audiência. Os juízes ouvirão primeiro as testemunhas dos povos indígenas que entraram com o caso e das organizações que estão apoiando os povos indígenas. Os juízes, então, ouvirão os representantes do governo de Jakanda que são acusados de violar os direitos dos povos indígenas. Os juízes podem fazer perguntas esclarecedoras aos representantes de ambos: povos indígenas e representantes do governo. Por fim, encerrarão a audiência com algumas observações preliminares e decisões sobre o caso.
3. O segundo grupo é composto por representantes dos povos indígenas e organizações de apoio. Eles atribuirão aos seus membros o papel de reclamante principal e testemunhas, que falarão sobre como seus direitos foram violados pelo governo de Jakanda quando uma zona econômica chamada New Jack City foi

construída em território indígena. O reclamante principal e as testemunhas podem ser as lideranças políticas, indígenas, fazendeiros, mulheres, jovens, lideranças espirituais, etc. O grupo também pode ter representantes de organizações de apoio (grupos de direitos humanos, organizações ambientais, grupos religiosos, etc.) que podem ser designados como testemunhas.

4. O terceiro grupo é composto por representantes do governo de Jakanda. Eles designarão um advogado principal para o governo de Jakanda. O grupo pode também designar membros para desempenhar as funções de funcionários dos vários governos, ministérios (povos indígenas, educação, saúde, mulher, justiça, meio ambiente, etc). Eles podem desempenhar o papel de testemunhas que apresentarão o posicionamento do governo sobre o caso e quem vai rebater as apresentações dos denunciante indígenas e testemunhas.
5. O grupo terá 45 minutos para preparar suas declarações, apresentações e estratégias; 60 minutos para a simulação do processo; e 30 minutos para o relatório.



#### **Processando a atividade:**

- Pergunte aos participantes quais eles acham que são os destaques da atividade de simulação. Também podem ser feitas as seguintes perguntas:
  - » Qual era o argumento dos indígenas Warden? Você acha que foi um argumento forte?
  - » Qual foi o argumento do governo de Jakanda? Você acha que estão apoiados pela Carta Internacional dos Direitos Humanos e pela UNDRIP?
  - » Quem você acha que ganhou o caso? Quem apresentou o argumento mais convincente?



#### **Pontos-chave de aprendizagem:**

- Existem mecanismos acessíveis aos povos indígenas, para garantir que padrões e instrumentos de direitos humanos sejam adotados e implementados nos níveis nacional, regional e global. Também se existem mecanismos para a forma em que as violações a esses direitos são tratadas.

## ENCERRANDO O MÓDULO

---



Resuma a sessão revisando os tópicos abordados no módulo. Destaque os pontos-chave do módulo encontradas abaixo.



### **Pontos-chave:**

1. Todos os seres humanos têm direitos que são universais, inalienáveis, inerentes, indivisíveis e interdependentes.
2. Os Estados têm a obrigação de respeitar, proteger e cumprir esses direitos humanos.
3. Os direitos dos povos indígenas são direitos humanos individuais e coletivos que se aplicam aos povos indígenas, levando em consideração seus contextos, histórias e valores diferentes.
4. A HRBA identifica os titulares de direitos e os titulares de deveres. Ele articula os passos necessários para que os detentores de direitos reivindiquem seus direitos e desenvolvam a capacidade e apoio aos portadores de deveres em cumprir suas obrigações.
5. Existem mecanismos em vigor, acessíveis aos povos indígenas, para garantir que padrões e instrumentos de direitos humanos sejam adotados e implementados nos níveis nacional, regional e global. Também a forma em que as violações a esses direitos são tratadas.

**Anexo 1: Casos (ver em pastas separadas)**

1. Case of the Mayagna (Sumo) Awas Tingni Community v. Nicaragua
2. 276 / 2003 – Centre for Minority Rights Development (Kenya) and Minority Rights Group International on behalf of Endorois Welfare Council v Kenya
3. Ángela Poma Poma v. Peru
4. Case of the Saramaka People v. Suriname
5. Tiina Sanila-Aikio v. Finland

## Anexo 2: Cenário / Pano de fundo.

O cenário:

Uma comunidade em busca de dignidade, Paradise Village, faz parte do território indígena dos povos indígenas Wardan no país de Jakanda. É uma comunidade remota localizada em uma área montanhosa, a 4 horas de caminhada da cidade mais próxima ou a 1,5 horas em motocicleta por uma estrada de terra traiçoeira.

Não há escolas públicas em Paradise Village, então a comunidade depende de uma escola indígena estabelecida por uma organização não governamental chamada FIMIS, Inc. A escola da organização FIMIS oferece educação primária gratuita, educação sobre a cultura indígena, bem como alfabetização de adultos para indígenas Wardan mais velhos que não conseguiram terminar os estudos. A licença do governo para o funcionamento da escola FIMIS ainda está sendo processada.

Da mesma forma, não há centro de saúde em Paradise Village, então a comunidade continua contando com o conhecimento médico tradicional de seus curandeiros, bem como com a ajuda de parteiras tradicionais. Devido a que os partos domiciliares são desaprovados e penalizados pelo governo local, a maioria dos membros da comunidade Wardan não possuem certidões de nascimento emitidas pelo governo ou qualquer outra carteira de identidade do governo.

Os Wardan têm um pedido de demarcação e titulação de seu território indígena, que está em tramitação no Ministério dos Povos Indígenas. No entanto, eles foram informados de que o pedido foi submetido a um processo do governo para harmonizar reivindicações de terra porque uma grande parte da área reivindicada como território indígena se sobrepõe a uma reserva militar chamada Camp Delaney. Os Wardan manifestaram ao Ministério dos Povos Indígenas problemas de acesso a determinadas áreas de seus domínios ancestrais usadas para a lavoura, as quais estão tendo as plantas desenraizadas pelos militares do Camp Delaney.

Recentemente, houveram propostas do governo para a criação de uma zona econômica especial chamada New Jack City, uma expansão de outro acampamento militar próximo. Os povos indígenas vizinhos teriam dado seu consentimento para a criação de New Jack City. No entanto, os povos indígenas Wardan da Vila Paraíso não deram sua aprovação. A construção das estruturas de New Jack City começou sem o consentimento do povo indígena Wardan. Parte da sua floresta foi demolida e cercada, incluindo um local sagrado onde eles realizam rituais para garantir a produtividade de suas terras. A comunidade perdeu o acesso às suas plantas medicinais, sua comida tradicional e as plantas que usam para tecer seus cestos e tecidos para roupas. O governo alega que não há necessidade de obter o consentimento do Wardan porque a maioria das comunidades indígenas já consentiram. Além disso, construíram uma escola do governo e centro de saúde em Paradise Village, e designaram militares e policiais para ensinar a comunidade e prestar serviços de saúde.

Os povos indígenas Wardan e as organizações que os apoiam entraram com uma ação perante a autoridade dos tribunais locais, mas foi rejeitado. Foi igualmente negado um recurso perante o tribunal nacional. Agora o caso foi apresentado ao Tribunal Pangea de Direitos Humanos, um Mecanismo Regional de Direitos Humanos. Uma audiência foi convocada e agora eles precisam se preparar para a audiência.

**Instruções para o Grupo 3 (Representantes do Governo de Jakanda)/Deputados**

- Seu grupo está composto por representantes do governo de Jakanda. Você vai atribuir quem será um dos principais defensores do governo de Jakanda e outros membros que desempenharão o papel de funcionários dos diferentes ministérios do governo (povos indígenas, educação, saúde, mulheres, justiça, ambiente, etc.). Seu grupo receberá as denúncias, os depoimentos e as testemunhas que apresentarão a posição do governo sobre o caso e, também receberão os depoimentos e testemunhas que apresentarão a posição dos povos indígenas.
- Tendo em mente o cenário apresentado acima, seu grupo deve discutir os direitos e interesses da comunidade, do proponente e do governo. Você vai preparar uma estratégia para a audiência.
- Ao preparar sua estratégia para a reunião, considere o seguinte:
  - » Identifique os direitos específicos dos diferentes participantes.
  - » Discuta brevemente se a proposta de New Jack City seria ou não consistente com o Plano de Desenvolvimento de Jakanda ou com os planos de desenvolvimento local e suas leis.
  - » Como você garantiu que New Jack City tivesse uma licença social para operar (aceitabilidade social), especialmente no que diz respeito ao povo indígena Wardan?
  - » Crie estratégias e planeje como você defenderá suas ações durante a audiência.

**Instruções para o Grupo 1 (Juizes do Tribunal Pangea de Direitos Humanos)/Detentores de Direitos**

- Seu grupo está composto por Juizes do Tribunal Pangea de Direitos Humanos, um Tribunal Regional para o Mecanismo de Direitos Humanos. Você designará um juiz que conduzirá a audiência e será o encarregado de decidir sobre o caso. Os outros membros do grupo serão os outros juizes que apoiarão o trabalho do juiz principal.
- Seu grupo abrirá e administrará o fluxo da audiência. Os juizes primeiro ouvirão os depoimentos e testemunhas que os povos indígenas apresentarão sobre o caso e das organizações que estão apoiando os povos indígenas. Os juizes também ouvirão os representantes do governo de Jakanda que estão sendo acusados de violar os direitos dos povos indígenas. Os juizes podem fazer perguntas esclarecedoras aos representantes de ambos grupos, os povos indígenas e o governo. Por último, encerrarão a audiência com algumas observações preliminares e decisões sobre o caso.

**Instruções para o Grupo 2 (indígenas Wardan e organizações de apoio)**

- Seu grupo está composto por representantes dos povos indígenas e as organizações de apoio. Você atribuirá o papel de denunciante principal e de testemunhas aos membros do grupo, quem vai falar sobre como seus direitos foram violados pelo governo de Jakanda, quando foi construída em seu território indígena uma zona econômica denominada New Jack City. O principal reclamante e as testemunhas podem ser as lideranças políticas indígenas, fazendeiros, mulheres e jovens líderes, líderes espirituais, etc. O grupo também

pode ter representantes de organizações de apoio (pessoas dos grupos de direitos humanos, organizações ambientais, grupos religiosos, etc.) que podem ser designados como testemunhas.

- Tendo em mente o cenário apresentado acima, seu grupo deve discutir os direitos e interesses da comunidade e preparar uma estratégia para a audiência no Tribunal de Pangea dos Direitos Humanos.
- Ao preparar sua estratégia para a reunião, considere o seguinte:
  - » Identifique seus direitos específicos como titulares de direitos / povos indígenas.
  - » Discuta brevemente sua visão para o desenvolvimento de seu grupo: o que faria da sua comunidade ser um bom lugar para viver e criar seus filhos?
  - » O empreendimento prometido por New Jack City está alinhado com a visão do Wardan?
  - » Seu grupo consentirá com a operação de New Jack City em seu território? Se for assim, sob quais condições?
  - » O que seu grupo exigiria de New Jack City para consentir com o projeto?
  - » Quem são os principais reclamantes e testemunhas? O que eles vão dizer?
  - » Existe alguma organização de apoio que Wardan gostaria que estivesse presente na audiência? Qual seria o(s) seu(s) papel(is)?
  - » Entre os responsáveis que estarão na audiência, quem são os potenciais aliados e prováveis adversários do Wardan?

# MÓDULO

## 3

## Integração da Mulher Indígena e seus Direitos Humanos no IPSSDD

*“Afirmando que, os Povos Indígenas como todos os Povos sob uma lei, nosso direito inerente à autodeterminação garante nossa capacidade de determinar nosso status político e perseguir o desenvolvimento de nossos objetivos econômicos, sociais e culturais. Isso inclui nossos direitos coletivos à terra e ao território, aos recursos naturais, à biodiversidade e à propriedade intelectual.”*

- Declaração do Fórum Internacional de Mulheres Indígenas (Pequim+5)  
Adotado por Ocasão da Sessão Extraordinária da Assembleia Geral nas Nações Unidas em Pequim + 5, 9 de junho de 2000 em Nova York.

**Duração do Módulo:** 6 horas e 30 minutos.

### Introdução

Mulheres e meninas indígenas desempenham várias funções com papéis significativos nas suas comunidades usando seus conhecimentos, práticas e habilidades tradicionais, inovando continuamente para criar novos ou melhores resultados, não só para elas e suas famílias, mas também para as próximas gerações. Este bem-estar, próprios e de outros, portanto, não podem ser negligenciados na busca de empoderamento da comunidade.

No entanto, as meninas e mulheres indígenas são desproporcionalmente afetadas pelas múltiplas crises que suas comunidades enfrentam. Ser mulher, ser indígena e ser jovem (meninas) são as camadas identitárias que as tornam vulneráveis à discriminação e violação de seus direitos humanos básicos. Estando entre os pobres nas suas comunidades, elas também experimentam discriminação onde a sua participação na tomada de decisões é limitada ou nula.

Com todos os contextos multifacetados de meninas e mulheres indígenas ao redor do mundo, nem tudo está perdido ou sem esperança. Houveram passos gigantescos e grandes marcos conquistados para o avanço da condição das mulheres indígenas do nível local para o internacional. As próprias mulheres indígenas estão na vanguarda, abrindo novos caminhos e forjando novas oportunidades para si mesmas e para a próxima geração de mulheres. Esses ganhos e oportunidades, com iniciativas em andamento e planos de ação para seu desenvolvimento sustentável exigem apoio conjunto de comunidades indígenas, governos, agências da ONU, e entidades privadas para tornar a mudança uma realidade e que apoiem a todas as meninas e mulheres indígenas.

**Objetivo do Módulo:** Ao final do módulo, os participantes devem:

1. Ter uma compreensão mais profunda da complexa situação das meninas e mulheres indígenas, suas causas e consequências para elas;
2. Ter uma melhor compreensão dos direitos humanos das meninas e mulheres indígenas consagrados na CEDAW e na UNDRIP;
3. Ter maior conhecimento sobre os mecanismos e sistemas de apoio disponíveis e usá-los e acessá-los para o empoderar as meninas e mulheres indígenas e eliminar a violência de gênero; e
4. Ser mais sensíveis e proativos para garantir o significado e eficácia da participação de meninas e mulheres indígenas e integrar seus direitos, seus papéis e contribuições em todos os aspectos do fortalecimento da comunidade e do desenvolvimento sustentável.



As sessões podem ser trocadas dependendo das necessidades dos participantes. Dar mais ênfase no que é essencial para os participantes; portanto, você pode pular uma sessão, caso for necessário. As atividades são opções que podem ser utilizadas e modificadas para atender às capacidades dos participantes.

## Sessão I: COMPREENDER A SITUAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS

O Módulo I investiga as crises mais gerais que os povos indígenas estão enfrentando em suas comunidades. Esta sessão oferece um olhar sobre a situação das meninas e mulheres indígenas ao redor do mundo.

**Duração da sessão:** 1 hora e 30 minutos

**Materiais:** Apresentação em PowerPoint sobre alguns fatos sobre as mulheres indígenas, materiais para a atividade.



Para introduzir a sessão, compartilhe os seguintes fatos e números.



### Alguns fatos e números sobre mulheres indígenas

- Os povos indígenas representam 5% da população mundial, sendo que 15 por cento vivem na pobreza. Outro tanto, 33 por cento, de todas as pessoas que vivem em extrema pobreza rural globalmente são povos indígenas (ou de comunidades).<sup>1</sup>
- Existem cerca de 185 milhões de mulheres indígenas no mundo.<sup>2</sup>
- A expectativa de vida dos povos indígenas é até 20 anos menor que a da contraparte não indígenas.<sup>3</sup>
- Meninas e mulheres indígenas enfrentam violência dentro e fora de seus ambientes domésticos/comunitários.<sup>4</sup>
- Quase 20 por cento das mulheres maori são relatadas como pessoas que estão sendo agredidas ou ameaçadas por parceiro íntimo, três vezes mais que a média nacional.<sup>5</sup>
- Agressão é uma causa significativa de morte para mulheres indígenas australianas - nove a 23 vezes maior do que as taxas específicas de idade equivalentes para mulheres não indígenas.<sup>6</sup>
- Em comunidades indígenas onde existe atividade de mineração, meninas e mulheres, têm mais risco de violência e problemas de saúde. Nos campos de petróleo do Equador, o câncer constitui 32 por cento das mortes, três vezes mais do que a média nacional (12 por cento), afetando principalmente mulheres.<sup>7</sup>
- Muitas mulheres indígenas não possuem documentos de identificação e isso afeta suas oportunidades de acessar (ser beneficiárias de) serviços públicos básicos, incluindo crédito e aquisição de ativos.<sup>8</sup>
- As mulheres foram supostamente sujeitas a assédio, extorsão e estupro por Funcionários do Estado nas passagens de fronteira. Por exemplo, as mulheres misquitas, cujos territórios atravessam a Nicarágua e Honduras, atravessam fronteiras nacionais todos os dias para trabalhar a terra ou para colher plantas medicinais, são rotineiramente expostas

à violência sexual.<sup>9</sup>

- Mulheres indígenas têm sofrido violência sexual por parte de homens de outros grupos indígenas. Na região dos Grandes Lagos da África, uma mulher Batwa relatou que homens bantu violaram mulheres pigmeus do Congo, alegando que eles fizeram isso para tratar problemas médicos.<sup>10</sup>
- Em vários países asiáticos, incluindo Camboja, Índia, Nepal e Tailândia, mulheres indígenas são traficadas pelas suas comunidades para a trabalho doméstico ou prostituição forçada.<sup>11</sup>
- Os povos indígenas, principalmente as mulheres indígenas, estarão entre os mais afetadas pelas mudanças climáticas, embora atualmente tenham uma baixa participação nas mesas de negociação sobre mudanças climáticas.<sup>12</sup>
- Existem altos níveis de violência de gênero—assassinatos (feminicídio), violência sexual, ataques e desaparecimentos de meninas e mulheres indígenas em países desenvolvidos e países em desenvolvimento.<sup>13</sup>



Embora em linhas gerais existam dados relevantes para as mulheres indígenas, deve-se enfatizar que, em muitos aspectos, há uma escassez de dados desagregados sobre as meninas e mulheres indígenas. Muitas vezes, os relatórios omitem fatores reais sobre as identidades de meninas e mulheres indígenas, invisibilizando a verdadeira realidade. Os movimentos de mulheres indígenas têm pedido consistentemente aos governos e outras agências que apresentem dados desagregados em suas estatísticas demográficas nacionais e todos outros relatórios.

Da mesma forma, organizações de mulheres indígenas e grupos de apoio devem desenvolver capacidades para realizar pesquisas e documentar informações em tempo real contendo dados específicos das comunidades e das mulheres.

Você pode mostrar mais dados dos seguintes recursos para demonstrar dados aos participantes:

- Fórum Ásia-Pacífico sobre Mulheres, Direito e Desenvolvimento (APWLD). 2008. Defendendo os direitos das mulheres indígenas na Ásia-Pacífico: Rumo a uma Futuro inclusivo e sem violência.
- OIT, ONU Mulheres, UNICEF, UNFPA, OSRSG/VAC. 2013. Quebrando o Silêncio sobre a Violência contra Meninas, Adolescentes e Mulheres Jovens Indígenas: Uma chamada à ação com base em uma visão geral das evidências existentes de África, Ásia-Pacífico e América Latina.
- Grupo de Apoio Penan, FORUM-ASIA e AIWN. 2010. Um contexto mais amplo de Exploração sexual de meninas e mulheres de Penan em Middle e Ulu Baram, Sarawak, Malásia: um relatório independente da missão de apuração de fatos do Grupo de Apoio Penan, FORUM-ÁSIA e AIWN.

1

## ATIVIDADE 1

**Análise da Árvore de Problemas  
Sobre a Situação das Mulheres  
Indígenas****Duração:** 45 minutos**Objetivos da Atividade:** No final da atividade, os participantes deverão ser capazes de:

1. Articular as múltiplas questões e problemas que as mulheres indígenas enfrentam em suas comunidades;
2. Identificar as causas dessas questões e problemas; e
3. Reconhecer os impactos dessas questões e problemas nas mulheres.

**Materiais:** papéis pardos, canetas, canetas coloridas**Instruções:**

1. Divida os participantes em quatro grupos: homens com menos de 35 anos, homens até 35 anos, mulheres até 35 anos e mulheres não superior a 35 anos. (Quando os participantes pertencem a diferentes aldeias ou comunidades, agrupá-los de acordo com sua aldeia/comunidade de origem.)
2. Forneça os materiais a cada grupo.
3. Durante 20 minutos, cada grupo discutirá a situação premente das mulheres indígenas em suas comunidades. Abaixo estão as perguntas-guia para a discussão em grupo:
  - a. *Quais são as questões e problemas que as mulheres indígenas enfrentam em sua comunidade?*
  - b. *Quais são as causas dessas questões e problemas?*
  - c. *Como essas questões e problemas afetam as mulheres?*

Nos próximos 15 minutos, cada grupo processará suas discussões usando a árvore de problemas ilustrada à direita.

4. Cada grupo colocará seu pôster na parede. Cada um também



identificará um relator para compartilhar o resultado da sua discussão durante o plenário.

5. No plenário, cada grupo terá 8 minutos para apresentar o conteúdo de seus pôsteres.
6. Enquanto os relatores estiverem compartilhando, observe o seguinte para a síntese:
  - a. Problemas comuns, únicos ou peculiares
  - b. Causas comuns, únicas ou peculiares
  - c. Consequências comuns, únicas ou peculiares
7. Antes da síntese, determine se há problemas ou questões, suas causas e consequências sobre as mulheres que não foram trazidas durante a discussão. Isso pode ser uma situação de “saia justa”, mas talvez tente discutir quem são os prováveis perpetradores para que estes também sejam considerados quando falem sobre os caminhos a seguir ou as ações em resposta às violações dos direitos das mulheres e das meninas.



Você pode usar outra atividade encontrada no Anexo 1. Pode ser importante dar uma explicação aprofundada caso haja participantes que se emocionem durante o processo.



Abaixo estão as principais mensagens gerais que devem ser enriquecidas com as mensagens específicas conteúdos derivados dos cartazes e/ou apresentações dos grupos.



### **Pontos -chave:**

- As mulheres indígenas em nossas comunidades enfrentam situações variadas e interconectadas com problemas, preocupações e outras questões. Estes incluem pobreza, discriminação, incluindo discriminação de gênero, injustiças socioculturais que vêm em diferentes faces, abuso sexual, violação de seus direitos individuais e coletivos, tais como o direito de suas terras, territórios e recursos, direitos culturais e assim por diante.
- A discriminação histórica dos povos indígenas, o patriarcado, não reconhecimento de sua identidade e seus direitos como povos indígenas e as políticas de desenvolvimento e programas são entre outros, fatores que contribuem aos problemas das mulheres indígenas e suas experiências nas comunidades. Um ou dois problemas estão se reforçando um ao outro ou reforçando outros fatores.
- Aprofundamento da pobreza e da fome, analfabetismo contínuo, aumento da vulnerabilidade e exposição ao abuso, aumento da incidência de doenças e enfermidades, incluindo transtornos mentais, problemas de saúde e comportamentais, perda de autoestima, disfunção familiar, aumento vulnerabilidade ao abuso sexual, drogas e álcool, tráfico e prostituição são entre outras, consequências trazidas por esses problemas para as mulheres indígenas.

## Sessão II: COMPREENDER A SITUAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES INDÍGENAS

Esta sessão destaca os princípios fundamentais da CEDAW e os direitos humanos das mulheres indígenas na CEDAW e na UNDRIP. Também serão discutidas as expressões nacionais e locais das disposições da CEDAW e da UNDRIP como atos facilitadores.

**Duração da sessão:** 2 horas

**Materiais:** Apresentação em PowerPoint sobre os direitos humanos das mulheres indígenas



### Breve Histórico da CEDAW

- Conhecida como a Convenção das Mulheres ou a lei internacional dos direitos das mulheres, a Assembleia Geral da ONU adotou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) em 18 de dezembro de 1979.
- Tornou-se um tratado internacional em 3 de setembro de 1981, quando o 20º país ratificou. É um dos tratados de direitos humanos amplamente endossados. Até hoje, apenas Palau e os Estados Unidos da América não ratificaram a convenção.<sup>14</sup>
- Possui 30 artigos:
  - » Artigos 1-5: Estrutura geral da Convenção.
  - » Artigo 6-16: Questões substantivas específicas.
  - » Artigos 17-23: Comitê e Procedimentos.
  - » Artigos 24-30: Administração e interpretação.



Forneça a cada participante um resumo impresso da CEDAW, incluindo os três princípios fundamentais da CEDAW. Um resumo da CEDAW e as disposições específicas da UNDRIP sobre as mulheres estão no Anexo 2. Se o texto da CEDAW estiver disponível no idioma local, é aconselhável que esta versão seja fornecida aos participantes.

## ATIVIDADE 2

**Exibição do Filme os Tres  
Princípios de Cedaw**

2

**Duração:** 30 minutos**Objetivos da Atividade:** No final da atividade, os participantes terão melhor compreensão dos três princípios fundamentais da CEDAW.**Materiais:** Vídeos, laptop, projetor (na falta de energia, materiais de escrita)**Instruções:**

1. Mostre os vídeos fornecidos com este curso ou, na falta deles, os vídeos podem ser acessados através dos seguintes links:
  - Para o Princípio da Obrigação do Estado, mostre o vídeo em <https://www.youtube.com/watch?v=umETapJ4b8o>
  - Para o Princípio da Não Discriminação, mostre o vídeo em <https://www.youtube.com/watch?v=OBdDB5PKrmk>
  - Para o Princípio da Igualdade Substantiva, mostre o vídeo em <https://www.youtube.com/watch?v=rl8INB-XMIk>
2. Na falta de meios para exibir o filme, escreva os princípios em folhas de papéis pardo e afixá-los na parede.
3. 15 minutos após a exibição do filme, elabore os 3 princípios antes de prosseguir para a Atividade 3. Caso houver falta de luz para utilizar os vídeos, prossiga para a discussão dos princípios fundamentais da CEDAW.

**Princípios Fundamentais da CEDAW<sup>15</sup>**

- **(Princípio da) Obrigação do Estado**
  - » O Estado Parte estará aceitando voluntariamente uma série de obrigações vinculativas juridicamente para eliminar a discriminação contra as mulheres e promover a igualdade entre mulheres e homens.
  - » O Estado Parte tem duas obrigações: a) uma obrigação de meios através da lei, ou a garantia formal da prestação de direitos e b) uma obrigação de resultados, ou a garantia da realização prática dos direitos.
  - » O Estado Parte cumprirá as normas e padrões acordados coletivamente pelos Estados Partes. Também estará submetido à fiscalização de um comitê de

especialistas internacionais com base nessas normas e padrões. É necessário que o Estado Parte faça um relatório periódico, a cada quatro anos, sobre o progresso feito na implementação do tratado. Também é responsável nacional e internacionalmente sobre o cumprimento de suas responsabilidades.

- **(Princípio da) Igualdade Substantiva**

- » Isso não significa que as mulheres devam ser tratadas exatamente como os homens nem ser tratadas de acordo com os padrões masculinos. Homens e mulheres podem precisar de ser tratados de forma diferente.
- » A diferença entre mulheres e homens é levada em conta, reconhecida e respondida por medidas estatais para alcançar a igualdade. A igualdade real entre homens e mulheres vai além da igualdade formal (de jure), mas em fato (de facto) como na lei.
- » Existem duas abordagens centrais<sup>16</sup> para alcançar a igualdade real:
  - a. Igualdade de oportunidades em termos e acesso aos recursos de um país, a ser garantido por uma estrutura de leis e políticas, e apoiados por instituições e mecanismos para o seu funcionamento.
  - b. Igualdade de resultados no acesso e na oportunidade, para alcançar mudança verdadeira para as mulheres. Os Estados Partes da CEDAW têm a responsabilidade de garantir a realização prática dos direitos e, portanto, estão obrigados a mostrar resultados.

- **(Princípio da) Não discriminação**

- » A discriminação não é natural, mas é construída socialmente, o que significa que há necessidade de ações contra a desigualdade e os sistemas ou instituições que o perpetuam.
- » Deve-se reconhecer que as mulheres continuam sofrendo seja sob o efeito do passado ou da discriminação histórica. Existem leis ou políticas que têm o efeito de discriminar mesmo que se destinem a combater a discriminação.
- » A CEDAW baseia-se em princípios fundamentais que devem<sup>17</sup>:
  - a. *exigir as relações de poder entre mulheres e homens em todos os níveis, da família à comunidade, mercado e estado;*
  - b. *descartar a distinção entre as esferas privada e pública, ao reconhecer as violações das mulheres na esfera privada como violações dos direitos humanos das mulheres; e*
  - c. *reconhecer o impacto negativo das mudanças sociais, consuetudinárias e culturais que na prática estão baseadas na percepção de inferioridade ou superioridade de ambos os sexos ou em papéis estereotipados para mulheres e homens.*



## ATIVIDADE 3

**Exibição do Filme os Direitos Humanos das Mulheres Indígenas no CEDAW e UNDRIP**

**Duração:** 10 minutos.

**Objetivos da Atividade:** No final da atividade, os participantes terão uma melhor compreensão dos direitos humanos das mulheres indígenas articulados no Cedaw e o Undrip.

**Materiais:** Vídeos, laptop, projetor (na falta de energia, materiais de escrita)

**Instruções:**

1. Após a visualização do filme, faça algumas das seguintes perguntas:
  - a. *Quais são os instrumentos internacionais de direitos humanos que definem como as mulheres indígenas devem ser tratadas?*
  - b. *As mulheres indígenas têm direitos iguais com homens indígenas?*
  - c. *Quais são os direitos das mulheres indígenas mencionadas no filme?*
  - d. *Quais são as disposições que garantem o direito das mulheres de compartilhar sua cultura para seus filhos?*
  - e. *Como é a prática na sua comunidade dos direitos das mulheres indígenas em matéria de contrato?*
  - f. *As mulheres indígenas na sua comunidade usam os medicamentos tradicionais sem restrições?*
2. A contribuição segue para elaborar mais pontos sobre os direitos humanos das mulheres indígenas no CEDAW E NO UNDRIP, 20 minutos.
3. Na falta de meios para exibir o filme, escreva o resumo dos direitos humanos das mulheres, no CEDAW e no UNDRIP, em folhas de papéis pardo e afixá-los na parede para ajudar a discussão, também podem ser utilizados como apoio a lousa ou quadro negro e giz.

**Direitos humanos das mulheres indígenas**

As mulheres indígenas têm direito aos direitos humanos previstos em todos os instrumentos internacionais de direitos humanos assim como os elaborados no CEDAW. Elas têm direito a ambos direitos: individuais e coletivos. Como povos indígenas, as mulheres indígenas têm direitos coletivos inerentes à terra e ao território, à cultura, aos recursos naturais, à biodiversidade, e à propriedade intelectual.

- **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)**

- **UNDRIP**

Todos os direitos da UNDRIP devem ser usufruídos tanto por homens indígenas quanto por mulheres. No entanto, existem disposições que foram elaboradas especificamente para mulheres indígenas.

- **Expressões nacionais e locais da CEDAW**



Antes de ministrar este módulo, determine também quais são as leis e políticas nacionais assim como legislações locais que foram promulgadas e que permitem a aplicação da CEDAW, depois de terem sido ratificado pelo seu país. Nas Filipinas, por exemplo, existem leis aprovadas para concretizar os direitos humanos das mulheres, como exemplo a Lei de Licença Maternidade de 2019 Declaração Ampliada de 105 Dias, Proibição de Discriminação Contra Mulheres, Ato de 2004 Lei Anti- Violência Contra as Mulheres e Seus Filhos, Lei de 1995 Lei Anti-Assédio Sexual, Carta Magna da Mulher, entre outros. Especificamente, revise as implicações dessas leis ou políticas e como elas são implementadas em relação mulheres indígenas.

Discuta brevemente as principais disposições das leis e políticas nacionais ou legislações locais que promovam os direitos das mulheres, especialmente às mulheres indígenas, se existem, em seu país e sua comunidade. Também seria bom garantir cópias destas leis e distribuí-las aos participantes.



#### **Pontos -chave:**

- As mulheres indígenas têm direitos individuais e coletivos.
- A CEDAW é um tratado vinculativo que visa prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as mulheres, incluindo mulheres indígenas. Ele enumera os direitos humanos das mulheres consistentes com outras normas internacionais de direitos humanos.
- A CEDAW promove três princípios fundamentais: obrigação do estado, não discriminação, e igualdade substantiva.
- Todos os direitos na UNDRIP devem ser usufruídos tanto por homens indígenas quanto por mulheres indígenas. No entanto, existem disposições específicas para as mulheres indígenas.
- Os Estados Partes têm a obrigação de tornar a CEDAW real e que funcione para as mulheres por meio de promulgação, implementação plena e efetiva de leis e políticas consistentes com a CEDAW.

## Sessão III: MECANISMOS DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES INDÍGENAS

Esta sessão destaca a ONU e os órgãos governamentais nacionais que asseguram a implementação efetiva da CEDAW, a qual pode ser engajada por mulheres indígenas para o reconhecimento e proteção de seus direitos humanos e coletivos. Serão apresentados os trabalhos das mulheres indígenas a nível nacional, regional e internacional que participam em atividades para a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres indígenas. Também nesta sessão os participantes identificarão os sistemas de apoio disponíveis nas comunidades indígenas que promovem os direitos das mulheres indígenas e tratam a desigualdade de gênero.

**Duração da sessão:** 1 hora e 30 minutos.

**Materiais:** Apresentação em PowerPoint sobre os mecanismos de promoção dos direitos humanos das mulheres indígenas, atividades.



### **Comitê para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)**

- O **Comitê CEDAW**, formado por 23 especialistas, é o órgão de especialistas que monitoram a implementação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.
  - » As mulheres indígenas, suas organizações e apoiadores podem escrever e apresentar um relatório alternativo ou paralelo<sup>18</sup> quando o Estado parte estiver relatando ou deveria estar relatando. Como as mulheres indígenas podem interagir com o Comitê é ilustrado no Anexo 3.
- Quando o Estado Parte tiver ratificado o Protocolo Opcional da CEDAW, há dois procedimentos que podem ser usados para lidar com as violações:
  - » Procedimento de comunicações. Uma reclamação chamada comunicações pode ser submetida ao Comitê detalhando a violação e solicitando a atenção do Comitê em aconselhar o governo sobre como abordar uma violação cometida.
  - » **Procedimento de consulta.** Se o Comitê determinar que existem violações graves e sistêmicas da CEDAW ocorrendo dentro de um Estado, pode solicitar ao Estado Parte em questão que se comunique com o Comitê sobre as questões que estão sendo levantadas e pode solicitar informações adicionais aos governos, ONGs e indivíduos. Uma eventual visita ao Estado, onde as audiências estão ocorrendo, pode fazer parte do inquérito.
  - » **Outros:** Outros instrumentos internacionais de direitos humanos, como a Convenção sobre a Eliminação da Discriminação Racial, a Convenção sobre os Direitos da Criança, Convenção sobre Direitos Civis e Políticos e Convenção sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, seus mecanismos e processos também podem ser maximizados pelas mulheres indígenas.

## ATIVIDADE 4

**Exibição do Filme Sobre a Implementação e Relatório do Cedaw**

4

**Duração:** 20 minutos.

Você pode mostrar este vídeo aos participantes simulando que eles pretendem enviar um relatório ao CEDAW.

**Materiais:**

1. Laptop
2. CEDAW Implementation and Reporting: Training Tool 2 video, accessible at [https://www.youtube.com/watch?v=P\\_HDB7mB7IE](https://www.youtube.com/watch?v=P_HDB7mB7IE).

**Procedimentos especiais**

- Os procedimentos especiais são estabelecidos pelo Conselho de Direitos Humanos para abordar questões temáticas ou situações específicas de países, como violência contra mulheres e pessoas indígenas.
  - » Os povos indígenas podem se comunicar com Relatores Especiais que são nomeados pelo Conselho de Direitos Humanos. As mulheres indígenas podem escrever uma carta ao Relator do Conselho Especial sobre os Direitos dos Povos Indígenas, ao Relator Especial sobre a Violência contra a Mulher, suas Causas e Consequências, ao Relator especial do Conselho sobre Tráfico de Pessoas, Especialmente de Mulheres e Crianças, entre outros relatores que podem receber comunicações relacionadas aos seus mandatos.

**Outros Mecanismos**

- A ONU Mulheres, com sede em Nova York, EUA, se dedica à igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres. Apoia os Estados Membros da ONU conforme eles estabelecem padrões para alcançar a igualdade de gênero. Trabalha com os governos e a sociedade civil para elaborar leis, políticas, programas e serviços necessários para garantir que os padrões sejam efetivamente implementados e que realmente beneficiem mulheres e meninas em todo o mundo.<sup>19</sup>
- A **Comissão das Nações Unidas sobre a Condição Feminina (CSW)** é a principal autoridade global inter-governamental, é um órgão exclusivamente dedicado à promoção da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres.

- » As mulheres indígenas podem participar das sessões anuais da CSW, apresentar relatórios para sua consideração, apresentar recomendações, fazer intervenções sobre o plenárias, realizar eventos paralelos, entre outros.
- **O Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas (UNPFII)**, instituído em 28 de julho de 2000, é um órgão consultivo de alto nível para a economia e conselho social. Seu mandato é lidar com questões indígenas relacionadas com a economia e desenvolvimento social, cultura, meio ambiente, educação, saúde e direitos humanos.
  - » As mulheres indígenas podem participar das convenções dos povos indígenas e de mulheres indígenas, realizados em eventos paralelos, submetendo suas recomendações ao Fórum, e engajando-se com os membros do Fórum durante sua sessão anual em Nova York, EUA.
- **O Mecanismo de Peritos em Direitos dos Povos Indígenas (EMRIP)** estabelecido em 2007 como órgão subsidiário do Conselho de Direitos Humanos. Ele fornece HRC com experiência e assessoria sobre os direitos dos povos indígenas, conforme estabelecido no UNDRIP. Auxilia os Estados-Membros, mediante pedido, a alcançar os fins da Declaração por meio da promoção, proteção e cumprimento dos direitos das pessoas indígenas.
  - » As mulheres indígenas podem submeter suas pesquisas aos estudos temáticos sendo feito regularmente pelo órgão correspondente e podem participar da sessão anual em Genebra, Suíça.
- Existem também comissões nacionais e regionais de direitos humanos que podem ser usados para promover os direitos das mulheres indígenas. Nos países pertencentes à Associação de Nação do Sudeste Asiático, há a Comissão da ASEAN sobre o Promoção e Proteção dos Direitos das Mulheres e das Crianças.



### **Conquistas de Mulheres Indígenas no engajamento dos mecanismos e procedimentos da ONU.**

- O Comitê repetidamente emitiu Recomendações Gerais significativas com base em casos e recomendações apresentadas por e para mulheres indígenas. Os esforços conjuntos, incluindo pesquisa e documentação, lobby e o desenvolvimento das capacidades de mulheres indígenas e suas organizações, e dos defensores, apoiadores e defensores dos direitos humanos das mulheres indígenas são cruciais para influenciar a adoção dessas recomendações.
- Da mesma forma, devido à incessante defesa e lobby das mulheres indígenas, a CSW, em muitas ocasiões, teve Conclusões Acordadas e adotaram resoluções relacionados às mulheres indígenas.



Você pode mostrar um exemplo de uma observação final da CEDAW e CSW sobre conclusões acordadas que estão o Anexo 4. Você pode consultar as

Recomendações e Observações Finais da CEDAW específicas para o país dos participantes no documento *Realizing Indigenous Women's Rights: A Handbook on the CEDAW* por Eleanor Diction-Bang-oa e Helen Tugendhat, que pode ser acessado em [www.tebtebba.org](http://www.tebtebba.org) e [www.asianindigenouswomen.org](http://www.asianindigenouswomen.org).



### **Mecanismos nacionais para a promoção dos direitos humanos das mulheres indígenas**



Antes do treinamento, determine os mecanismos a nível nacional que promovem os direitos das mulheres, especialmente das mulheres indígenas, se houver, que elas possam acessar e interagir. Determine as funções específicas, programas e como eles podem ser engajados pelas mulheres indígenas.



### **Mecanismos Nacionais e Internacionais de Apoio às Mulheres Indígenas**



Forneça mais informações sobre as organizações globais e regionais de mulheres nos sites indicados na tabela. Forneça informações (história, metas, objetivos, foco/ programas, contatos) para a federação ou rede de nível nacional de organizações de mulheres indígenas no país que as mulheres indígenas podem se envolver ou já estão trabalhando.

| <b>Cobertura</b> | <b>Organização</b>                                                                                                                                                                    |
|------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Global           | International Indigenous Women's Forum (IIWF)/Foro Internacional de Mujeres Indígenas (FIMI)<br><a href="https://www.fimi-iiwf.org/#">https://www.fimi-iiwf.org/#</a>                 |
| Regional         | Asian Indigenous Women's Network (AIWN)<br><a href="http://www.asianindigenouswomen.org/">http://www.asianindigenouswomen.org/</a>                                                    |
|                  | Continental Network of Indigenous Women of the Americas/ Enlace Continental de Mujeres Indígenas de las Americas (ECMIA)<br><a href="http://www.ecmia.org/">http://www.ecmia.org/</a> |
|                  | The African Indigenous Women's Organization (AIWO)<br><a href="http://indigenouswomen-africa.org/">http://indigenouswomen-africa.org/</a>                                             |
|                  | Alianza de Mujeres Indígenas de Centroamérica y México<br><a href="http://alianzami.org/">http://alianzami.org/</a>                                                                   |
| National         |                                                                                                                                                                                       |



Para enfatizar os sistemas de apoio predominantes, particularmente dentro e entre as comunidades indígenas, conduzir a Atividade 5.

## 5

## ATIVIDADE 5

## Círculo de Apoio

**Duração:** 30 minutos.

**Objetivo:** Ao final da atividade, os participantes mapeiam os sistemas de apoio em suas comunidades para a realização dos direitos humanos das mulheres indígenas.

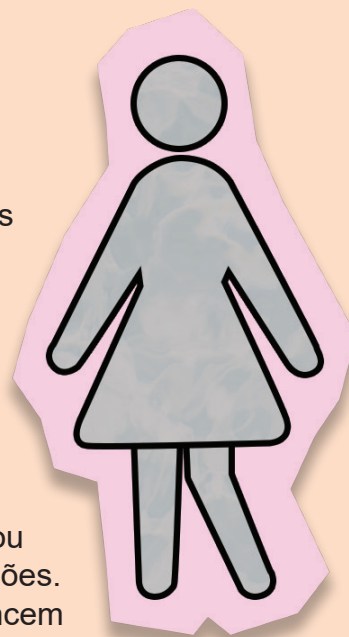
**Materiais:** Papéis coloridos circulares (pelo menos 4" de diâmetro), caneta para escrever, fita adesiva, contorno de uma mulher no meio de uma folha grande usando como modelo a ilustração.

**Instruções:**

1. Se os participantes vierem de diferentes aldeias ou cidades, dividi-los de acordo com suas aldeias ou regiões. Ou, se eles vêm da mesma aldeia ou cidade, mas pertencem a diferentes grupos indígenas, dividi-los de acordo com sua grupos ou tribos.
2. Cada grupo discutirá os fatores de impulso ou sistemas de suporte predominantes dentro suas comunidades para a realização dos direitos humanos das mulheres indígenas.

Abaixo estão as perguntas guia para a discussão em grupo:

- a. *Que práticas você tem que apoiam as mulheres indígenas em seus papéis produtivos e reprodutivos*
  - b. *Quais são os mecanismos indígenas na sua comunidade que abordam ou impedem a violência contra as mulheres indígenas?*
  - c. *Que instituições indígenas vocês têm que apoiam as mulheres indígenas?*
  - d. *Existem organizações de povos indígenas ou grupos de mulheres indígenas? Há organizações que trabalham para a realização dos direitos humanos das mulheres indígenas na sua comunidade?*
  - e. *Quais agências governamentais estão apoiando as mulheres indígenas na sua comunidade?*
  - f. *Existem organizações não governamentais ou organizações da sociedade civil promovendo os direitos e apoiando as mulheres indígenas na sua comunidade?*
3. Nos papéis circulares coloridos, os participantes escreverão os mecanismos,



instituições e práticas que promovem os direitos das mulheres indígenas e abordam questões de gênero e desigualdade.

4. Forneça a cada grupo uma folha grande de papel pardo ou cartolina com um esboço de uma mulher no meio. Ao redor da mulher, eles colarão os papéis coloridos.
5. Peça a cada grupo para compartilhar três informações/mensagens importantes de seu cartaz.
6. Sintetize.



#### **Pontos-chave:**

1. Existem órgãos e mecanismos da ONU e do governo nacional para a promoção e realização dos direitos humanos das mulheres indígenas. As mulheres indígenas podem acessar e engajar esses órgãos e mecanismos, através de várias maneiras, para promover seus direitos e abordar a violência de gênero.
2. As mulheres indígenas, com suas várias formações e estratégias em diferentes níveis, são atores ativos para o avanço de seus direitos humanos
3. Diversos fatores impulsionadores estão presentes nas comunidades indígenas. Esses fatores garantem que os direitos das mulheres indígenas sejam reconhecidos, respeitados, protegidos e realizados.

## Sessão IV: INTEGRAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS INDÍGENAS

Esta sessão enfatiza a importância de integrar as mulheres indígenas e seus direitos humanos nos planos, programas e atividades de desenvolvimento de suas comunidades e/ou organizações e seus meios coletivos para fazê-los.

**Duração da sessão:** 1 hora

**Materiais:** apresentação em PowerPoint, materiais de atividades.



### **As mulheres indígenas são agentes fundamentais para o desenvolvimento sustentável**

- As mulheres indígenas têm direitos humanos básicos que precisam ser integrados com todas as agendas de desenvolvimento sustentável. Elas têm o direito, acima de tudo, de ter participação significativa e efetiva em todos os assuntos (de desenvolvimento sustentável) que afetam a elas e as suas comunidades, levando em consideração os seus múltiplos papéis, que incluem todas as iniciativas de desenvolvimento. As mulheres indígenas são portadoras e guardiãs de saberes tradicionais ancestrais, cultivadoras de recursos naturais em suas terras e territórios, cuidadoras e curandeiras de suas famílias, professoras, provedoras de alimentos, líderes espirituais, e assim por diante.
- As mulheres indígenas, ao longo de anos de luta contra a discriminação e violência de gênero, são agentes de câmbio. Elas foram e continuam sendo fundamentais para mudar o panorama dos direitos humanos, contribuindo significativamente para a adoção e implementação da UNDRIP, no avanço da Plataforma de Ação de Beijing, e em tornar a CEDAW responsável às realidades das mulheres no território. Na UNFCCC, as mulheres indígenas ajudaram a pressionar pelo reconhecimento dos conhecimentos tradicionais e dos direitos dos povos indígenas.
- Inclusão e participação de mulheres indígenas em iniciativas de desenvolvimento econômico e desenvolvimento social contribuem para a redução da pobreza e da fome na população indígena comunidades, devido ao seu vasto conhecimento e habilidades sobre sustentabilidade indígena, subsistência, agricultura tradicional, sementes, banco de sementes, pesca, silvicultura, artes e artesanato e cuidados com a saúde, entre outros.
- Os atores, embora em situação de vulnerabilidade, são mulheres indígenas empoderadas que são bases sólidas para lidar com as desigualdades e trazer mudanças em suas comunidades. Deve-se ampliar as oportunidades para sua inclusão e participação não apenas na tomada de decisões, mas em todas as ações que fortalecem os impulsos de suas comunidades para desenvolvimento sustentável.

## ATIVIDADE 6

**As Melhores Práticas de Participação e Inclusão das Mulheres Indígenas na Agenda de Desenvolvimento Sustentável**

6

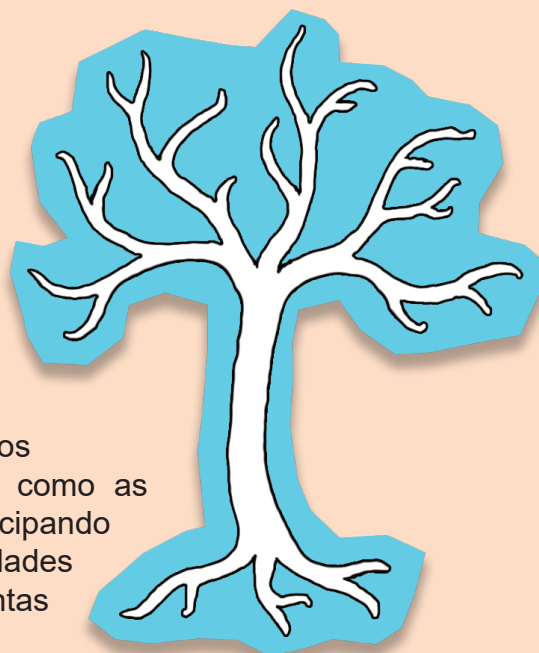
**Duração:** 30 minutos.

**Objetivo:** Ao final da atividade, os participantes deverão ser capazes de relacionar as melhores práticas de suas comunidades para garantir a inclusão significativa e participação das mulheres indígenas na agenda de desenvolvimento sustentável de suas comunidades.

**Materiais:** Recortes de papel de folhas, flores e frutas, uma folha grande de papel pardo, caneta e giz de cera

**Instruções:**

1. Divida os participantes de acordo com os grupos indígenas, tribos ou aldeias.
2. Forneça a cada grupo um conjunto de materiais.
3. Em uma folha de papel pardo eles desenharam uma árvore - sem folhas, sem flores e sem frutas como na ilustração.
4. Nas raízes e galhos das árvores, os participantes escreverão em frases curtas como as mulheres indígenas estão integradas e participando de projetos, programas ou quaisquer atividades de desenvolvimento. Abaixo estão as perguntas norteadoras para a discussão:
  - a. *Como as mulheres indígenas são integradas em projetos/programas de desenvolvimento?*
  - b. *Quais são os envolvimento particulares ou posições das mulheres indígenas nas intervenções ou projetos que estão sendo implementado? Elas são co-implementadores? Ou apenas destinatárias?*
  - c. *Em que parte específica elas estão participando e se beneficiando? As iniciativas contribuem para a igualdade de gênero ou para a eliminação de discriminação?*
5. Nos recortes de papel de folhas, frutas e flores, os participantes indicarão os impactos que os projetos e programas ou quaisquer atividades de desenvolvimento têm sobre as mulheres que participaram deles. Assim, vão colar os recortes de papéis na árvore para fazer a árvore completa.



6. Houveram desafios? Se sim, os participantes podem ilustrar desenhando um roedor, um pássaro bicando, ou qualquer coisa que simbolize os desafios.
7. Os pôsteres serão afixados na parede antes da discussão plenária.
8. Dê a cada grupo 5 minutos para compartilhar um resumo da sua ilustração. Questões abaixo podem orientá-los em sua apresentação:
  - a. *Quais foram as melhores práticas para garantir a participação, de forma significativa e com eficácia, das mulheres indígenas na agenda de desenvolvimento sustentável da comunidade ou da organização?*
  - b. *Quais foram os resultados?*
  - c. *Quais foram os desafios?*
9. Sintetize após as apresentações.



Se houverem atividades iniciais pertencentes à agenda de desenvolvimento sustentável da comunidade, estes podem ser usados como pontos de partida para a atividade.



## POLÍTICA DE GÊNERO

A fim de garantir que as mulheres indígenas e seus direitos humanos individuais e coletivos sejam integrados, e que seus desafios específicos sejam abordados na agenda de desenvolvimento, existem ações coletivas que podem ser realizadas, tais como, mas não limitado ao seguinte:

- formulação e implementação de políticas ou protocolos de igualdade de gênero,
- diálogo aberto entre mulheres e líderes,
- educação para aumentar a conscientização sobre os direitos humanos das mulheres indígenas, e
- treinamento em sensibilidade de gênero.



Pergunte aos participantes se suas comunidades têm leis consuetudinárias ou se suas organizações têm protocolos ou políticas de igualdade de gênero que garantam a participação e inclusão das mulheres indígenas em quaisquer ações de desenvolvimento nas comunidades. Caso houverem, durante a discussão peça-lhes que compartilhem sobre tais esforços.

Além do que pode ser compartilhado pelos participantes, apresente uma amostra de uma política (como a Política de Gênero Tebtebba (março de 2016) com seu resumo no Anexo 5).

Resuma a sessão revisando os tópicos abordados no módulo. Destaque os pontos-chave do módulo encontrados abaixo.

**Pontos-chave:**

- O fortalecimento e o desenvolvimento da comunidade podem ser realizados com a participação significativa e efetiva e, também, com a inclusão das mulheres indígenas em todos os vários níveis das iniciativas (desenvolvimento sustentável).
- O desenvolvimento sustentável também é possível quando os papéis, contribuições e direitos das mulheres indígenas são integrados e quando os desafios que enfrentam são contemplados nos planos de desenvolvimento de suas comunidades.
- A realização dos direitos humanos das mulheres indígenas requer intervenções holísticas que abordem a desigualdade de gênero e as aproximem ao desenvolvimento sustentável. Existem ferramentas que garantem melhores práticas e experiências para que as mulheres indígenas possam participar de forma significativa e eficaz em todos os ciclos de fortalecimento da comunidade e de seu desenvolvimento.

## Outras referências

Tauli-Corpuz, V. (2015, August 6). Report of the Special Rapporteur on the rights of indigenous peoples, Victoria Tauli Corpuz. <https://www.undocs.org/A/HRC/30/41>.

Dictaan-Bang-ao, E. and Tugendhat, H. (2013). Realizing indigenous women's rights: A handbook on the CEDAW. Baguio City: Tebtebba Foundation.

Kambel, E. (2014, January). A guide to indigenous women's rights under the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women. <https://www.forestpeoples.org/sites/default/files/publication/2010/10/cedawguidejan04eng.pdf>.

Tebtebba. (2016, March). Gender Policy. Unpublished.

## Fontes fotográficas:

1. Problem Tree Analysis @ <https://www.brighthubpm.com/project-planning/118441-problemtree-a-comprehensive-analysis-tool/>
2. Activity 5 Female Illustration @ <https://www.istockphoto.com>

## Anexo 1: Atividades alternativas para a atividade 1

### 1. Usando a arte para destacar a situação das mulheres indígenas

**Duração: 45 minutos**

#### Instruções:

- a. Divida os participantes em três (3) grupos.
- b. Cada grupo selecionará 2 principais desafios que as mulheres indígenas enfrentam em suas comunidades e vão discutir brevemente as causas e impactos sobre as mulheres, durante 15 minutos.
- c. Forneça a cada grupo opções para apresentar o resultado de sua breve discussão usando a arte: um grupo através da mímica, um grupo através do cartaz, um grupo através do drama. Durante 15 minutos, eles praticarão ou desenharão o pôster, caso fizerem um desenho da apresentação.
- d. Cada grupo terá cinco minutos para se apresentar e/ou exibir seu pôster aos participantes.
- e. Enquanto os participantes estiverem apresentando ou exibindo o pôster, observe os desafios que apresentaram.

## 2. Análise da árvore de problemas usando uma árvore

**Duração:** 20 minutos

### Instruções:

- a. Antes da Sessão 1, desenhe uma grande árvore em uma folha larga de papel pardo.
- b. Coloque-o em uma parede resistente.
- c. Divida os participantes em três (3) grupos.
- d. Distribua metacartões (metacards) de três cores diferentes para os grupos; portanto, haverá um grupo verde, grupo vermelho e grupo amarelo - ou quaisquer cores disponíveis.
- e. Cada grupo responderá às seguintes perguntas em seus metacartões (metacards) e postará cada destes nas partes indicadas da árvore:
  - *Grupo Verde, nos galhos: Quais são as questões e os problemas que as mulheres indígenas enfrentam em suas comunidades?*
  - *Grupo Vermelho, no tronco: Quais são as causas dessas questões e problemas?*
  - *Grupo Amarelo, na raiz: Como essas questões e problemas afetam as mulheres?*



Enquanto você processa os dados nos metacartões (metacards) peça aos participantes que expliquem suas respostas. A árvore de problemas ficaria como a figura ao lado da página.

## Anexo 2: Resumo das disposições da CEDAW e UNRIP sobre mulheres indígenas.

### Resumo da CEDAW<sup>20</sup>:

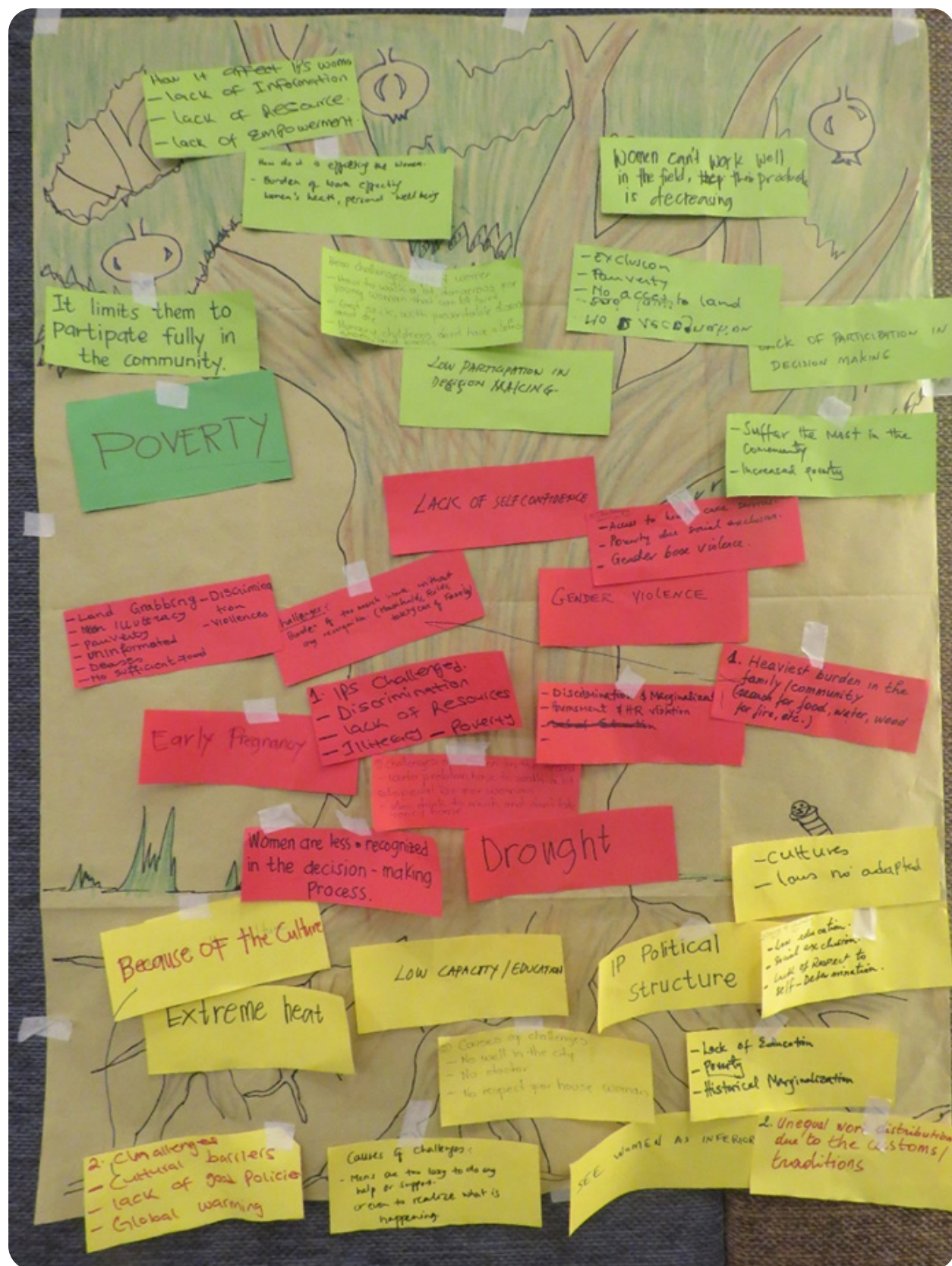
Artigo 1 Definição de Discriminação.

Artigo 2 Os governos devem tomar medidas concretas para eliminar a discriminação contra as mulheres.

Artigo 3 Os governos tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar que as mulheres possam desfrutar de direitos humanos e liberdades fundamentais.

Artigo 4 Os governos podem adotar medidas especiais temporárias para acelerar a igualdade para as mulheres, ou seja, uma ação afirmativa.

Artigo 5 Os governos devem tomar as medidas apropriadas para eliminar os estereótipos sexistas.



Artigo 6 Os governos tomarão todas as medidas para impedir o tráfico e a exploração de mulheres para prostituição.

Artigo 7 Direito das mulheres de votar, de participar na formação e implementação das políticas de governo e ingressar em organizações públicas e políticas.

Artigo 8. Direito da mulher a representar o país a nível internacional.

Artigo 9. Direitos iguais aos dos homens para manter e mudar a sua nacionalidade e para conceder a sua nacionalidade aos seus filhos.

Artigo 10 As mulheres e meninas devem receber orientação profissional e vocacional e ter acesso às oportunidades de educação à par que os homens ou meninos.

Artigo 11 As mulheres têm o mesmo direito de trabalho que os homens, o que inclui remuneração, promoções, treinamento, saúde e segurança.

Artigo 12 As mulheres têm direito aos serviços de planejamento familiar.

Artigo 13 As mulheres têm direito a benefícios familiares, empréstimos bancários, hipotecas e outras formas de crédito financeiro.

Artigo 14 Os governos devem comprometer-se a eliminar a discriminação contra as mulheres nas áreas rurais para que elas possam participar e serem beneficiadas do desenvolvimento rural.

Artigo 15 As mulheres são iguais perante a lei.

Artigo 16. As mulheres têm os mesmos direitos que os maridos no casamento, na guarda dos filhos e na vida familiar.

### **Referências da UNDRIP às mulheres indígenas<sup>21</sup>:**

Artigo 21: Bem-estar econômico e social

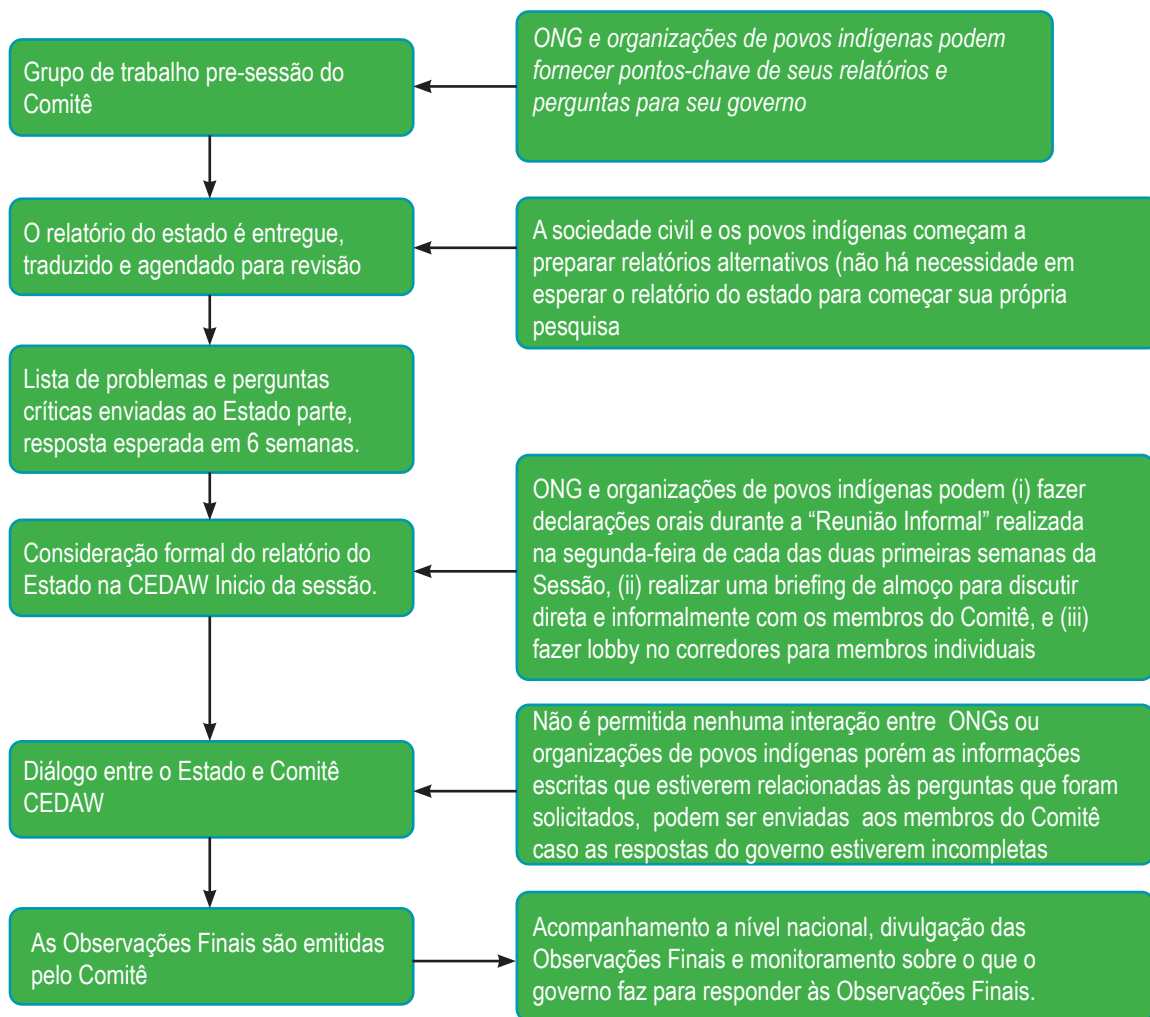
Os povos indígenas têm o direito de melhorar seu bem-estar econômico e social, e os governos tomarão medidas para ajudar os povos indígenas a fazê-lo, com atenção especial aos direitos dos idosos indígenas, mulheres, jovens, crianças e pessoas com deficiência.

Artigo 22: Idosos indígenas, mulheres, jovens, crianças e pessoas com deficiência

Os governos, com a devida consulta aos povos indígenas, garantirão aos anciãos indígenas, mulheres, jovens, crianças e pessoas com deficiência que seus direitos sejam respeitados. Os governos irão garantir que as mulheres e crianças indígenas estejam livres de todas as formas de violência e discriminação.

### Anexo 3: Diagrama<sup>22</sup> demonstrando como as mulheres indígenas podem interagir com o Comitê.

#### ONGs e organizações de povos indígenas: Formas de interagir com o Comitê



*Este diagrama é adaptado de materiais publicados pela International Women's Rights and Action Watch-Asia Pacific em 2005.*

## **Anexo 4: Recomendação da CEDAW ao Governo do Nepal e à CSW Sobre a conclusão acordada.**

### **Nepal: CEDAW/C/NPL/CO/4-5, 29 de Julho de 2011**

23. O Comitê saúda a representação de 33% de mulheres na Assembleia Constituinte. No entanto, o Comitê está profundamente preocupado com a representação muito baixa de mulheres, em particular mulheres Dalit e indígenas, em cargos de decisão de alto nível, o serviço público, o judiciário e o serviço diplomático, na Comissão Nacional de Direitos Humanos e a nível local.

24. O Comitê recomenda que:

(a) O sistema de cotas para a representação feminina na Assembleia Constituinte para que em um futuro seja aumentado no Parlamento; e

(b) O Estado Parte utilizará integralmente a recomendação geral nº 23 do Comitê e adotará medidas especiais temporárias, de acordo com o artigo 4, parágrafo 1, da Convenção e da Recomendação geral do Comitê nº 25, a fim de acelerar a participação plena e igualitária das mulheres na vida pública e política. Para tanto, o Comitê recomenda ao Estado Parte que:

(i) Estabelecimento de metas e cronogramas concretos para acelerar o aumento da representatividade de mulheres, incluindo Dalit e mulheres indígenas, em todas as áreas da vida pública em nível local desde órgãos eleitos e nomeados, como no Comitê de Desenvolvimento da Aldeia, até o nível nacional e níveis diplomáticos; e

(ii) Implementação de atividades de sensibilização sobre a importância da participação das mulheres na tomada de decisão para a sociedade como um todo e desenvolvimento programas de treinamento e orientação direcionados às mulheres candidatas e mulheres eleitas para cargos públicos, bem como programas sobre liderança e habilidades de negociação para mulheres líderes atuais e futuras.

28. O Comitê insta o Estado Parte a melhorar sua compatibilidade com o artigo 10 da Convenção para aumentar a conscientização sobre a importância da educação como um direito humano e como base para o empoderamento das mulheres. Para tanto, insta o Estado Parte a:

(a) Fortalecer seus esforços para alcançar a princípio universal de educação de qualidade para meninas em cada nível do sistema educacional nas áreas urbanas, rurais e remotas, proporcionando acesso à educação para meninas com deficiência através da melhoria das infra-estruturas e disponibilização de sistemas de apoio, com especial atenção às meninas de Dalit, indígenas e outros grupos desfavorecidos; [...]

29. Embora exista a proibição do chamado trabalho em regime de servidão, o Comitê está preocupado com relatos sobre a tal prática que ainda existe entre o grupo indígena do povo Tharu. O Comitê está ainda mais preocupado com a alta taxa de trabalho infantil, com um nível particularmente alto entre meninas de 8 a 14 anos de idade que estão expostas a esta prática; a alta proporção de mulheres no setor informal e a prevalência de assédio sexual no local de trabalho. O Comitê observa com preocupação que o projeto de lei sobre assédio sexual está pendente no Parlamento desde 2009.

39. O Comitê está profundamente preocupado com as múltiplas formas de discriminação contra grupos desfavorecidos de mulheres, incluindo Dalit e mulheres indígenas, viúvas e mulheres

com deficiências.

### **Conclusão aprovada pela Comissão sobre o Status da Mulher, 2019**

25. A Comissão observa a importância vital do registro de nascimento para a realização de todos os direitos humanos direitos, incluindo o direito à segurança social, bem como o acesso a sistemas de proteção social, e expressa preocupação com os baixos níveis de registro de nascimento entre algumas mulheres indígenas e meninas, mulheres e meninas com deficiência, mulheres e meninas migrantes e mulheres e meninas em áreas rurais áreas, e ainda expressa preocupação de que todas as pessoas sem registro de nascimento possam ser mais vulneráveis à marginalização, exclusão, discriminação, violência, apátrida, exploração e abuso.

(s) Promoção e proteção dos direitos das mulheres e meninas indígenas que vivem em áreas rurais e remotas abordando as formas de discriminação múltiplas e que se cruzam e também as barreiras que elas enfrentam, incluindo a violência, a fim de garantir o acesso à educação de qualidade e inclusiva, cuidados de saúde, serviços públicos, recursos econômicos, incluindo à terra e recursos naturais, o acesso das mulheres ao trabalho decente, e promovendo a participação significativa na economia e nos processos de tomada de decisão em todos os níveis e em todas as áreas, respeitando e protegendo os seus saberes tradicionais e ancestrais, reconhecendo que as mulheres e meninas indígenas que vivem em áreas rurais e remotas, independentemente da idade, muitas vezes enfrentam violência e têm taxas mais altas de pobreza, acesso limitado a serviços de saúde, informação e tecnologias de comunicação, infraestrutura, serviços financeiros, educação e emprego, ao mesmo tempo, reconhecer suas contribuições culturais, sociais, econômicas, políticas e ambientais, inclusive para mitigação e adaptação às mudanças climáticas;

## **Anexo 5: Resumo da Política de Gênero de Tebtebba.**

### **Estratégias:**

- Respeitar os diferentes papéis, responsabilidades, obrigações, conhecimentos e habilidades dos homens e mulheres envolvidas ou afetadas por programas e projetos;
- Aplicar abordagens culturalmente sensíveis ao tratar questões de gênero especificamente as necessidades e circunstâncias das mulheres indígenas que afetam sua participação plena e efetiva;
- Aplicar as perspectivas de gênero através de meios como:
  - » Aplicar uma análise de gênero no ciclo do projeto desde o planejamento, implementação, monitoramento, avaliação, apreciação do impacto e compartilhamento dos benefícios, incluindo a participação de mulheres indígenas no desenvolvimento do projeto;
  - » Assegurar a desagregação por sexo em toda a coleta/gestão e reporte de dados;
  - » Formular indicadores e metas de gênero mensuráveis durante a avaliação, gerando oportunidades para aumentar o empoderamento das mulheres indígenas e, ao mesmo tempo, reduzir iniquidades/desigualdades de gênero;

- » Tomar medidas especiais para oferecer às mulheres espaços e oportunidades se articular e serem ouvidas diretamente em todas as atividades e programas;
- Analisar as leis, políticas, programas e instituições nacionais, regionais e globais significativos para as mulheres indígenas e/ou seu impacto na igualdade/equidade de gênero enquanto explora as possibilidades de usá-los para o avanço e o bem-estar das mulheres indígenas e suas comunidades;
- Institucionalizar a defesa do respeito, proteção e cumprimento dos direitos das mulheres indígenas;
- Inculcar e cultivar a consciência e sensibilidade de gênero entre as comunidades parceiras nas várias atividades de capacitação para reconhecer e abordar as situações particulares das mulheres indígenas;
- Envolver os homens em atividades relacionadas com a igualdade de gênero e dos direitos das mulheres;
- Contratar pessoal com sensibilidade de gênero e manter equilíbrio de gênero; e
- Tolerância zero com a violência de gênero e com todas as formas de discriminação contra as mulheres em e entre os parceiros da comunidade.



# MÓDULO

## 4

## Abordagem-Baseada no Conhecimento e Abordagem Intercultural

*Os povos indígenas têm o direito de praticar e vivenciar a sua cultura e tradições.*

- UNDRIP Artigo 27

**Duração do Módulo:** 5 horas.

**Introdução:** Ao final deste módulo, espera-se que os participantes sejam capazes de:

1. Valorizar melhor o conhecimento dos povos indígenas e sua importância na IPSSDD;
2. Compreender e apreciar os desafios que os povos indígenas enfrentam na prática efetiva e na promoção de seus conhecimentos tradicionais;
3. Desenvolver formas de respeitar, proteger e promover o conhecimento tradicional dos povos indígenas inclusive assegurando a transmissão inter-geracional e abordagem intercultural do desenvolvimento; e
4. Afirmar o direito dos povos indígenas à cultura e conhecimento e a adoção de abordagens culturalmente apropriadas com base no conhecimento, em instrumentos e processos à escala global e nacional.

## Sessão I: CULTURA, DIVERSIDADE CULTURAL E CONHECIMENTO DOS POVOS INDÍGENAS

Esta sessão apresenta os conceitos de cultura, diversidade cultural e conhecimento dos povos indígenas ou conhecimento tradicional.



Seja cauteloso na discussão, pois o relativismo cultural pode ser usado contra os povos indígenas.

**Duração da sessão:** 1 hora

**Materiais:** apresentação em PowerPoint, materiais de atividades.



### ATIVIDADE 1

#### Dê o Nome na sua Língua Indígena

**Duração:** 30 - 45 minutos

**Objetivos da Atividade:** No final da atividade, os participantes deverão ser capazes de:

1. Evocar perspectivas sobre o que é cultura e diversidade cultural; e
2. Compreender que os povos indígenas são portadores de diversas culturas e perspectivas/visões de mundo/conhecimentos e práticas.

**Materiais:** lista de perguntas

**Instruções:**

1. Divida os participantes de acordo com sua origem (por exemplo, por região, sub-região, província, cidade ou comunidade, etc.).
2. Cada grupo ficará em fila (um grupo, uma fila).
3. Leia as perguntas listadas abaixo. Quem tiver uma resposta para as perguntas vai avançar (um passo à frente para cada pergunta respondida).
4. Repita o processo até que todas as perguntas sejam feitas.



Sinta-se à vontade para fazer acréscimos à lista de perguntas, dependendo do histórico dos participantes.

### Lista de perguntas

Suas comunidades têm suas próprias línguas indígenas que se referem a:

- Diferentes dias da semana e meses do ano?
- Sistema de contagem (1, 2, 3 ou sistema de contagem de feixes de arroz, número de animais, etc.)?
- Diferentes estações e ciclos de produção do ano (estação chuvosa, estação seca, época de plantio, época de colheita, época de caça, etc.)?
- Parentes (filho, mãe, pai, avó, avô, cunhada/cunhado, irmão mais velho, irmã mais velha, primo, tio, tia, etc.)?
- Nome dos instrumentos musicais tradicionais usados para danças/canções/e atividades culturais?
- Nome dos rituais praticados nas várias fases da vida (nascimento dos filhos, crescimento casamento, namoro, casamento, doença, morte, etc.)?
- Nome dos meios de subsistência tradicionais praticados (agricultura, caça, artesanato, pastoreio, etc.)?
- Nome de ferramentas/implementos importantes que suas comunidades usam para vários meios de subsistência (por exemplo, para agricultura, ferreiro, processamento de produtos agrícolas, etc.)?
- Nomes de vários usos ou classificações da terra (áreas sagradas, áreas protegidas ou primárias florestas, agro florestas, áreas de produção agrícola (campos úmidos ou secos), pastagens, área residencial, etc.)?



### Processando a atividade:

1. Pergunte ao grupo que ficou para trás por que eles acham que avançaram menos. Será que eles não têm o termo indígena, eles não conhecem os termos, ou esqueceram?
2. Pergunte ao grupo mais avançado por que eles acham que avançaram mais. Como eles conhecem os termos indígenas? De quem aprenderam os termos indígenas?
3. Pergunte também àqueles que avançaram no meio do caminho. Por que eles acham que não avançaram mais?



## **Cultura, Diversidade Cultural e Conhecimento dos Povos Indígenas**

- Cultura são os padrões compartilhados de comportamentos e interações, construções cognitivas e compreensão afetiva que são aprendidas através do processo de socialização. Esses padrões compartilhados identificam os membros de um grupo cultural enquanto distinguem os de outro grupo.
- A cultura é dinâmica – ou seja, pode ser aprendida, desaprendida, corroída e revitalizada. Manifesta-se em formas tangíveis e intangíveis, por exemplo, linguagem, artes, culinária, comportamentos, meios de subsistência e é vital porque permite que os membros da comunidade funcionam e se relacionam entre si.
- Os povos indígenas são portadores de diferentes visões/perspectivas de mundo, culturas, línguas, conhecimentos e instituições (políticas, sociais, econômicas, culturais). Sua cultura está ligada à sua identidade e lutas. Os cerca de 370 milhões povos indígenas no mundo representam 5.000 culturas diferentes.
- O Mecanismo de Peritos em Povos Indígenas definiu a cultura dos povos indígenas como manifestações tangíveis e intangíveis de seus modos de vida, conquistas e criatividade, são uma expressão de sua autodeterminação e de sua espiritualidade e relações físicas com suas terras, territórios e recursos. A cultura indígena é um conceito holístico baseado em valores materiais e espirituais comuns e inclui manifestações distintas na linguagem, espiritualidade, associação, arte, literatura, saberes tradicionais, costumes, rituais, cerimônias, métodos de produção, eventos festivos, música, jogos esportivos e tradicionais, comportamento, hábitos, ferramentas, abrigo, roupas, atividades econômicas, moral, sistemas de valores, cosmovisões, leis e atividades como caça, pesca, armadilhas e coleta.<sup>1</sup>
- A Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD) define o conhecimento tradicional (TK) como conhecimentos, inovações e práticas de comunidades indígenas e comunidades locais ao redor do mundo que se desenvolvem a partir da experiência adquirida ao longo dos séculos e que se adaptaram à cultura e ambiente locais. O conhecimento tradicional também é conhecido como sistemas e práticas de conhecimento indígena ou conhecimento dos povos indígenas que é transmitida oralmente de geração em geração.
- O conhecimento tradicional dos povos indígenas é propriedade coletiva e emana principalmente de sua relação com seus territórios e recursos, influenciando-o fortemente.

<sup>1</sup> A/HRC/EMRIP/2012/3, paras. 51-52.

## Sessão II: ALCANCE E VALOR, STATUS E TENDÊNCIAS, RECONHECIMENTO E PROTEÇÃO DOS CONHECIMENTOS DOS POVOS INDÍGENAS

Esta sessão expõe o alcance e valor, status e tendências em relação ao reconhecimento e proteção do conhecimento dos povos indígenas

**Duração da Sessão:** 1 hora.

**Materiais:** apresentação em PowerPoint, materiais de atividades

### ATIVIDADE 2

#### Valor do Conhecimento Tradicional Indígena

2

**Duração:** 30 minutos

**Objetivos da Atividade:** No final da atividade, os participantes deverão ser capazes de:

1. Discutir visões intergeracionais sobre Conhecimento Tradicional e seu valor, bem como a importância de transmissão intergeracional e
2. Identifique ameaças (por exemplo, discriminação) em torno do Conhecimento Tradicional.

**Materiais:** papel pardo, canetões, lista de perguntas

#### Instructions:

1. Divida os participantes em três grupos: mulheres, jovens, idosos ou participantes mais velhos.
2. Cada grupo discutirá suas respostas às seguintes perguntas:
  - a. Quais práticas tradicionais indígenas você mais valoriza e acha que contribuirá para o desenvolvimento da sua comunidade?
  - b. Quais boas práticas tradicionais indígenas a sua comunidade têm que contribuirá para um desenvolvimento sustentável e autodeterminado?
  - c. Dentre as práticas que você mencionou, quais você acha que não são respeitadas ou são discriminadas? Por quem e contra quem estão sendo feitas a discriminação?

3. Each group will list answers on the sheets of craft paper and present these in the plenary.



**Processando a atividade:** Faça referências aos resultados dos grupos e use-os como exemplos para a discussão e retroalimentação.



### **Alcance e valor, status e tendências do conhecimento dos povos indígenas.**

- O alcance do conhecimento dos povos indígenas inclui, entre outros, sua língua, canções, folclore, artesanato e artes, valores culturais, sistemas e práticas agrícolas, práticas de saúde, sistemas de crenças, sistemas de gestão de recursos naturais e ocupações tradicionais.
- Na agricultura, o conhecimento tradicional se expande para cultivo em terraços, manejo de pragas, irrigação em níveis elevados, terrenos baldios e agricultura natural/orgânica/sustentável. Com relação ao meio ambiente, o conhecimento tradicional abrange a gestão de florestas e bacias hidrográficas, abordagem baseada em ecossistemas e práticas de mineração ambientalmente corretas, entre outros. Sobre a saúde, as mulheres indígenas, que são as principais detentoras dos saberes e guardiãs dos saberes tradicionais, ostentam seus conhecimentos sobre sementes, fitoterapia, medicina preventiva, entre outros.
- Há uma valorização crescente das contribuições significativas do conhecimento tradicional dos povos indígenas. É valioso não apenas para detentores do conhecimento tradicional e dos povos indígenas, mas também para a sociedade em geral.
- Com seus conhecimentos tradicionais sobre gestão sustentável, uso e conservação de seus ecossistemas, os remanescentes de florestas tropicais localizados em territórios de povos indígenas estão protegidos. Isso também significa que 80% da biodiversidade da Terra está localizada nos diversos ecossistemas dentro dos territórios dos povos indígenas.
- O conhecimento tradicional dos povos indígenas também é significativo na resposta perante às crises globais, tais como mudanças climáticas, erosão da biodiversidade, crises econômicas entre outras.
- Desde tempos imemoriais até o presente, o conhecimento tradicional dos povos indígenas persistiu. Sobreviveu à colonização e à discriminação histórica. Por ser dinâmico, também está em constante evolução.
- Mais importante ainda, muitos povos indígenas continuam a praticar o seu conhecimento tradicional como uma forma de afirmação de seu direito à autodeterminação. Em meio aos paradigmas econômicos e de desenvolvimento dominantes, os povos indígenas determinam e perseguem o próprio desenvolvimento usando o conhecimento tradicional como ingrediente chave

## Sessão III: DESAFIOS E INICIATIVAS NA PROTEÇÃO DO CONHECIMENTO TRADICIONAL DOS POVOS INDÍGENAS

This session emphasizes current initiatives and challenges on the preservation, revitalization, development, protection, promotion, and intergenerational transmission of indigenous peoples' knowledge.

**Duração da Sessão:** 2 horas

**Materiais:** apresentação em PowerPoint, materiais de atividades.



Pergunte aos participantes sobre as iniciativas atuais de preservação, revitalização, desenvolvimento, proteção, promoção e transmissão do conhecimento dos povos indígenas. Isso pode ser feito por meio da Atividade 4, se houver tempo suficiente para fazê-lo.



### ATIVIDADE 3

#### Valor do Conhecimento Tradicional Indígena

**Duração:** 30 minutos

**Objetivos da Atividade:** Ao final da atividade, os participantes deverão ser capazes de citar exemplos de desafios e iniciativas em suas comunidades em relação à promoção e proteção do conhecimento tradicional e analisar como desenvolver esses esforços.

**Materiais:** papel pardo, canetões, metacartões (metacards), lista de perguntas

#### Instruções:

1. Divida os participantes de acordo com a área de origem (por exemplo, por região, sub-região, província, cidade ou comunidade, etc.).
2. Cada grupo deve discutir suas respostas às seguintes perguntas:
  - a. Quais são os desafios que os povos indígenas enfrentam ao exercitar e praticar seu conhecimento tradicional? Isso pode ser dividido em desafios internos ou externos.
  - b. Quais são as iniciativas que sua comunidade tem quando se trata de promoção e proteção do conhecimento tradicional?
  - c. Que maneiras ou mecanismos envolvem os jovens nessas iniciativas para garantir que o conhecimento tradicional seja transferido dos detentores desses conhecimentos para eles?

3. Cada grupo escreverá suas respostas a essas perguntas em uma folha de papel ofício e/ou em metacartões (metacards)
4. O grupo vai escolher um relator que apresentará os resultados.



**Processando a atividade:** Faça referências aos resultados dos grupos e use-os como exemplos para a discussão e retroalimentação.



### **Desafios e Iniciativas na Proteção e Promoção do Conhecimento dos Povos Indígenas**

- A cultura dos povos indígenas continua sendo o centro de suas lutas. Mesmo com resiliência e em constante evolução, o conhecimento tradicional dos povos indígenas não está isento de ameaças e desafios. Esses desafios incluem a mudança de valores dos povos indígenas, provocada por inúmeras influências e, em alguns casos, devido ao desinteresse dos jovens em aprender com os mais velhos. Por outro lado, também existem casos em que os mais velhos relutam em passar seus conhecimentos para a geração mais jovem. É ainda mais sombrio quando os anciãos falecem sem transmitir seu conhecimento tradicional aos jovens.
- Comportamentos discriminatórios, migração e urbanização, religião, acesso e uso de modernas tecnologias de informação e educação incorreta continuam devido a influência ocidental, são apenas alguns dos vários fatores que ameaçam a vitalidade do conhecimento dos povos indígenas. Um sistema educacional tendencioso, incluindo algumas instituições acadêmicas como museus, pesquisa e publicação, igreja e mídia, promove a discriminação contra crenças e valores indígenas.
- O sistema capitalista dominante também é culpado, pois é instrumento na pirataria de produtos culturais e sua mercantilização.
- Na maioria dos casos, a discriminação classificou os povos indígenas como “atrasados” por acreditarem que sua cultura e conhecimento tradicional são “inferiores”, justificando políticas e programas assimilacionistas e paternalistas. Estereótipos, deturpações e etnocentrismo em diferentes formas, e de muitas maneiras, se apresentam como desafios para a prática contínua desses conhecimentos tradicionais.
- Apesar da diversidade, os povos indígenas e seus movimentos se uniram e continuam se unindo para promover seu direito à cultura e ao conhecimento tradicional. Suas iniciativas para proteger e promover seus conhecimentos tradicionais estão avançando da prática para trabalhos de defesa ao nível internacional. Houveram esforços, também, para recuperar artefatos retirados de solos sagrados e domínios ancestrais e afirmar a propriedade sobre expressões culturais que foram apropriadas sem consentimento.

- A interface entre as leis estaduais e as leis consuetudinárias representa tanto uma ameaça quanto uma oportunidade. Existem comunidades como as localizadas na região da Cordilheira das Filipinas que continuam a impor seus sistemas de governança e justiça tradicionais, juntamente com as estruturas e leis estatais. Os mais velhos também garantem que as leis consuetudinárias, além de serem respeitadas e continuamente praticadas, sejam transferidas para a geração mais jovem. Corolário disso, muitos jovens indígenas anseiam aprender os saberes e práticas de seus ancestrais e estão dispostos a saber mais.
- Escolas comunitárias e gestoras da tradição viva, sobre a base da integração de sistemas e práticas indígenas de conhecimento dentro do currículo escolar, uso da língua indígena na educação básica entre outros são iniciativas adicionais para garantir a vitalidade da cultura e do conhecimento tradicional dos povos indígenas.

#### ATIVIDADE 4

#### Documentario Curto

4

**Duração:** 40 minutos

**Objetivos da Atividade:** Ao final da atividade, os participantes deverão ser capazes de apresentar e discutir como os povos indígenas protegem o conhecimento tradicional.

**Materiais:** cópia do vídeo, laptop, projetor e caixa de som.

#### Instruções:

1. Apresente o vídeo. Este pequeno documentário do AIPP fornece um exemplo específico de como os povos indígenas protegem seu conhecimento tradicional do sistema alimentar e da agricultura por meio do banco de sementes.
2. Reproduzir o vídeo “Seeds and Indigenous Peoples” disponível em <https://aippnet.org/aipp-documentary-seeds-and-indigenous-peoples/>



**Processando a atividade:** Pergunte aos participantes sobre seus pensamentos ou impressões sobre o vídeo. As seguintes perguntas também podem ser feitas:

1. Você tem experiências semelhantes em sua comunidade?
2. Como o conhecimento dos povos indígenas é protegido por meio do banco de sementes.



## Reconhecimento do Conhecimento dos Povos Indígenas: Instrumentos e Processos Internacionais Relevantes

Existem instrumentos e mecanismos internacionais que reconhecem, protegem e promovem o conhecimento tradicional dos povos indígenas. Estes incluem o seguinte (Ver Anexo 1 para algumas disposições específicas destes instrumentos.):

- Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP)
- Convenções da UNESCO sobre Patrimônio Cultural, Diversidade Cultural e Expressões Culturais Tradicionais: Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (1972), a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático (2001) e a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003)
- Comitê Intergovernamental da OMPI sobre Recursos Genéticos, Conhecimento Tradicional e Folclore
- Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES)
- Convenção das Nações Unidas sobre o marco das Mudanças Climáticas (Acordo de Paris e outras referências)
- 13 agências da ONU têm trabalhos relacionados a conhecimento tradicional/ conhecimento dos povos indígenas.



Enfatizar instrumentos e mecanismos locais e nacionais que reconheçam, respeitem, protejam e promovam a cultura e o conhecimento tradicional dos povos indígenas em seus países e comunidades específicas. Você também pode pedir aos participantes que compartilhem seus conhecimentos sobre legislações e processos locais e nacionais, mas seria melhor se você pudesse fornecer a eles detalhes específicos, especialmente sobre aqueles com os quais eles podem se relacionar diretamente.

## Sessão IV: Abordagem Intercultural

Sessão IV: ABORDAGEM INTERCULTURAL.

**Duração da Sessão:** 1 hora.

**Materiais:** apresentação em PowerPoint, materiais de atividades sobre abordagem intercultural.



### ATIVIDADE 5

#### Compartilhando a Cultura

**Duração:** 20 minutos

**Objetivos da Atividade:** Ao final da atividade, os participantes deverão ter maior valorização e respeito pela cultura alheia, indígena ou não, sem deixar de praticar seus próprios modos de vida.

#### Instruções:

1. Peça a alguém para ensinar a todos uma dança ou uma música de sua comunidade indígena. Ele/ela também deverá falar sobre o significado da dança ou da música.
2. Incentive aos outros participantes a fazer perguntas, compartilhar, comparar e contrastar suas próprias danças ou canções com o que foi demonstrado e ensinado a eles.
3. Pergunte aos participantes se eles aprenderam algo novo



### Intercultural Approach to Development

- A abordagem intercultural é sobre compreender, apreciar e respeitar as diferenças culturais. Isso não deve ser apenas entre os povos indígenas, mas também com a sociedade em geral, como forma de eliminar a discriminação.
- Isso inclui diálogos abertos, respeitosos e contínuos com os Estados e outras partes interessadas para o desenvolvimento de novos tipos de relações transformadoras entre os povos, entre povos indígenas (PIs), Estados/outras formuladores de políticas e partes interessadas com base no respeito, reconhecimento e aceitação de um sem invalidar o(s) outro(s).



Revise os temas abordados no módulo. Destaque as principais mensagens do módulo encontradas abaixo. Mencione que a discussão sobre o conhecimento dos povos indígenas será ampliada no próximo módulo sobre gestão do território indígena.



### **Pontos-chave:**

- Os povos indígenas, ao longo de gerações, estão contribuindo significativamente para o desenvolvimento sustentável e autodeterminado com sua cultura, conhecimento tradicional, práticas e inovações
- O conhecimento e a cultura dos povos indígenas (PIs) devem ser respeitados, protegidos, promovidos e transmitidos às próximas gerações aprendendo com os detentores do conhecimento, anciãos e mulheres.
- Com o trabalho contínuo de defesa dos Povos Indígenas, há uma crescente valorização das contribuições do conhecimento e da cultura tradicional em vários processos nos níveis local, nacional e global.

### **Referências:**

- iEduNote. (2017). Culture: Definition, functions, characteristics, elements of culture. Retrieved March 17, 2014, from <https://www.iedunote.com/culture>.
- Secretariat of the Convention on Biological Diversity. (n.d.). Traditional knowledge and the Convention on Biological Diversity. <https://www.cbd.int/doc/publications/8j-brochure-en.pdf>.

## **Anexo 1: Disposições específicas do conhecimento tradicional dos povos indígenas.**

### **UNDRIP Artigo 31**

1. Os povos indígenas têm o direito de manter, controlar, proteger e desenvolver seu patrimônio cultural, conhecimento tradicional e expressões culturais tradicionais, assim como as manifestações de suas ciências, tecnologias e culturas, incluindo recursos humanos e genéticos, sementes, medicamentos, conhecimento das propriedades da fauna e da flora, tradições orais, literaturas, desenhos, desportos e jogos tradicionais, artes visuais e performativas. Eles também têm o direito de manter, controlar, proteger e desenvolver sua propriedade intelectual sobre tal patrimônio cultural, conhecimento

tradicional e expressões culturais tradicionais.

2. Em conjunto com os povos indígenas, os Estados devem tomar medidas efetivas para reconhecer e proteger o exercício desses direitos.

### **CBD Artigo 8 (j)**

“Cada Parte contratante deverá, na medida do possível e conforme apropriado:

Estar sujeito à legislação nacional para respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas de comunidades indígenas e locais que incorporam estilos de vida tradicionais relevantes para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica, promover sua aplicação mais ampla com a aprovação e envolvimento dos detentores de tais conhecimentos, inovações e práticas e estimular a repartição equitativa dos benefícios decorrentes da utilização de tais conhecimentos, inovações e práticas”.

### **21ª Conferência das Partes da UNFCCC (Decisão 1/CP.21)**

135. Reconhece a necessidade de fortalecer o conhecimento, as tecnologias, as práticas e os esforços das comunidades locais e dos povos indígenas relacionados ao enfrentamento e resposta às mudanças climáticas e estabelece uma plataforma para o intercâmbio de experiências e compartilhamento de boas práticas de mitigação e adaptação de forma holística e integrada;

Acordo de Paris Artigo 7

5. As Partes reconhecem que a ação de adaptação deve seguir uma abordagem orientada para o país, sensível ao gênero, participativa e totalmente transparente, levando em consideração grupos, comunidades e ecossistemas vulneráveis, e deve ser baseada e guiada pela melhor ciência disponível e conforme ao conhecimento tradicional, conhecimento de povos indígenas e sistemas de conhecimento local, com vistas a integrar a adaptação em políticas e ações socioeconômicas e ambientais relevantes, quando apropriado.

### **Convenção 169 da OIT**

Artigo 2.2. (b) promover a plena realização dos direitos sociais, econômicos e culturais desses povos com respeito por sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições;

Artigo 4.1. Serão adotadas medidas especiais apropriadas para salvaguardar as pessoas, instituições, propriedade, trabalho, culturas e meio ambiente dos povos interessados.

Artigo 13.1. Ao aplicar as disposições desta Parte da Convenção, os governos devem respeitar a importância especial para as culturas e valores espirituais dos povos envolvidos em suas relações com as terras ou territórios, ou ambos conforme aplicável, que ocupam ou usam de outra forma e, em particular, os aspectos coletivos dessa relação.

Artigo 23.1. O artesanato, as indústrias rurais e comunitárias, a economia de subsistência e as

atividades tradicionais dos povos envolvidos, como a caça, a pesca, a captura de animais e a coleta, serão reconhecidos como fatores importantes na manutenção de suas culturas, economia de autossuficiência e desenvolvimento. Os governos devem, com a participação dessas pessoas e sempre que for apropriado, assegurar que essas atividades sejam fortalecidas e promovidas.

Artigo 28.1. As crianças pertencentes aos povos interessados deverão, sempre que possível, ser ensinadas a ler e escrever em sua própria língua indígena ou na língua mais comumente usada pelo grupo a que pertencem. Quando isso não for possível, as autoridades competentes deverão realizar consultas a esses povos com vistas à adoção de medidas para atingir esse objetivo.

Artigo 31. Serão tomadas medidas educativas entre todos os segmentos da comunidade nacional, e particularmente entre aqueles que estão em contato mais direto com os povos interessados, com o objetivo de eliminar os preconceitos que eles possam ter em relação a esses povos. Para isso, devem ser feitos esforços que garantam que os livros de história e outros materiais educacionais forneçam um retrato justo, preciso e informativo das sociedades e culturas desses povos.

# MÓDULO

## 5

## Abordagem dos Sistemas de Gestão Territorial dos Povos Indígenas para IPSSDD

*Todas as coisas estão conectadas, como o sangue que une uma família. ...O que quer que aconteça à terra, acontecerá aos filhos da terra. O homem não teceu a teia da vida, ele é apenas um fio dela. O que quer que ele faça na web, ele faz a si mesmo.*

- 1854 Chefe indígena de Seattle responde ao Grande Chefe Branco de Washington.

**Duração do Módulo:** 7 horas e 45 minutos.

**Objetivos do Módulo:** Ao final do módulo, os participantes deverão ser capazes de:

1. Apreciar os sistemas de gestão territorial dos povos indígenas;
2. Apresentar os desafios e a situação dos sistemas de gestão territorial dos povos indígenas;
3. Criar estratégias para fortalecer seus sistemas de gestão territorial em parceria com governos, ONGs e outros atores relevantes dentro do domínio ancestral; e
4. Compreender como a CDB e a UNFCCC podem apoiar os sistemas de gestão territorial dos povos indígenas

## Sessão I: Sistemas De Gestão Territorial Dos Povos Indígenas

---

Esta sessão dá aos participantes tempo para compartilhar seus sistemas de conhecimento indígena, inovações e práticas na gestão de suas terras, territórios e recursos como uma afirmação do desenvolvimento autodeterminado. Em particular, eles apresentarão sua gestão, proteção, conservação e uso sustentável de seus recursos habituais.

**Duração da Sessão:** 2 horas e 45 minutos

**Materiais:** Apresentação em PowerPoint, materiais de atividades.



### Quais são os sistemas de gestão territorial dos povos indígenas?

Os povos indígenas têm direitos coletivos sobre suas terras, territórios e recursos. Eles têm, por muitas gerações, praticado sua governança consuetudinária e sistemas tradicionais de gestão para o uso sustentável, conservação e proteção de suas terras, territórios e recursos. Eles têm leis consuetudinárias, valores, práticas e mecanismos que regem a repartição de benefícios, proteção e definem os usos da terra e conservação da biodiversidade dentro de seus domínios ancestrais, seja terrestre, costeiro e marinho. Esses sistemas incluem os princípios espirituais e os valores culturais atribuídos às diferentes partes de seu domínio ancestral, os quais são respeitados pelos membros da comunidade

**ATIVIDADE 1****Mapeamento dos Territórios, Recursos, uso da Terra E Sistemas de Gestão dos Povos Indígenas**

**Objetivos da Atividade:** Ao final da atividade, os participantes deverão ser capazes de:

1. Identificar os usos e marcos da terra, incluindo áreas protegidas e recursos encontrados nos ecossistemas particulares; e
2. Articular seus sistemas de gestão territorial.

**Materiais:** lápis para papel pardo, marcador permanente, cray pas (pastel oleoso)

**PARTE 1**

**Duração:** 30 minutos

**Instruções**

1. Os participantes serão agrupados de acordo com o tipo de ecossistema (p.e. floresta, litoral) que corresponde às suas comunidades. Se os participantes pertencerem a comunidades diferentes, agrupe os participantes de acordo com suas comunidades. Cada grupo desenhará seus territórios com base nos diferentes tipos de uso da terra (ou tipos de uso da água nesse caso).
2. Cada grupo desenhará um mapa de seu território retratando os usos e pontos de referência da terra indígenas, incluindo áreas protegidas e recursos encontrados nos ecossistemas e usos da terra específicos. Veja o Anexo 1 para exemplos de mapas.

**PARTE 2**

**Duração:** 1 hora e 45 minutos

**Instruções:**

1. Cada grupo designará um moderador, um documentador e um relator.
  - a. Durante 45 minutos, cada grupo que pertence a um tipo específico de uso da terra (p.e. floresta, agrícola) identificará e discutirá os diferentes recursos dentro do tipo de uso da terra e descreverá os usos dos sistemas indígenas de gestão, incluindo práticas culturais e uso sustentável de recursos, conservação, mecanismos de proteção, práticas e leis consuetudinárias relacionadas. Também destacarão os papéis principais dos homens,

mulheres e jovens nessas práticas de gestão.

2. Nos próximos 45 minutos, os relatores dos grupos compartilharão os destaques de suas discussões no plenário.
3. O facilitador pode resumir as ideias surgidas usando o modelo abaixo:

| Tipo de uso da terra | Recursos/ Benefícios | Sistemas indígenas de gestão territorial (práticas culturais, mecanismos e leis consuetudinárias relacionadas ao uso de recursos, repartição de benefícios, conservação e proteção) |
|----------------------|----------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Florestal            |                      |                                                                                                                                                                                     |
| Agrícola             |                      |                                                                                                                                                                                     |
| Pasto                |                      |                                                                                                                                                                                     |



Palavras-chave como uso sustentável de recursos podem ser vistas nas práticas culturais, leis consuetudinárias, sistemas de crenças, compartilhamento equitativo de recursos e outros encontrados na matriz, certamente aparecerão na síntese da atividade. Enfatize a interconectividade dos diferentes ecossistemas da comunidade. Vincule as palavras-chave à definição da Abordagem de Ecossistemas da CDB.



### Abordagem de ecossistemas

Os sistemas de gestão territorial dos povos indígenas são modelos testados de abordagem de ecossistemas (EA) que respeitam os direitos de posse e as dimensões culturais e espirituais dos povos indígenas. A EA é uma estratégia para a gestão de forma equitativa da terra, a água e os recursos vivos que promove a conservação assim como o uso sustentável dos recursos. Nesta abordagem, as pessoas são os principais atores de seu próprio desenvolvimento.

Em 1995, a Conferência das Partes da CDB da ONU adotou a abordagem dos ecossistemas como a principal estrutura de ação da Convenção.

*“A abordagem ecossistêmica é uma estratégia para a gestão integrada de terra, água e recursos vivos que promove a conservação e o uso sustentável de forma equitativa. Ele reconhece que os humanos, com sua diversidade cultural, são um componente integral de muitos ecossistemas”.*

*“A abordagem ecossistêmica é uma estratégia para a gestão integrada de terra, água e recursos vivos que promove a conservação e o uso sustentável de forma equitativa. Ele reconhece que os humanos, com sua diversidade cultural, são um componente integral de muitos ecossistemas”.*

Não existe uma maneira única de aplicar a abordagem dos ecossistemas. Ademais, garantir os meios de subsistência tem mais a ver com a resiliência do ecossistema para manter a produção de bens e serviços fundamentais.

Antes da adoção da CDB da ONU, os povos indígenas praticavam os conceitos da abordagem de ecossistemas. Assim, a gestão do território indígena é uma abordagem de ecossistemas aplicada.

O reconhecimento de seus direitos fortalece os sistemas de gestão que contribuem para a proteção da biodiversidade e dos recursos naturais.



Você pode compartilhar o caso do Brasil encontrado no Anexo 3.



### **Pontos-chave:**

- Os povos indígenas (como caçadores, coletores de alimentos, agricultores, pescadores, pastores) obtêm seu sustento diretamente das terras, águas e outros recursos naturais. Seu bem-estar está intrinsecamente ligado à biodiversidade e aos diversos ecossistemas de seus territórios.
- Os povos indígenas possuem sistemas de conhecimento e práticas de gestão territorial que sustentam, protegem e conservam as terras, os recursos, a biodiversidade e o ecossistema. Esses saberes e práticas de sustentabilidade, proteção e conservação são potencializados/fortalecidos pela sua cultura, valores e espiritualidade.
- Os sistemas de gestão territorial dos povos indígenas, que persistem ao longo dos anos, contribuíram para uma melhor proteção e conservação das florestas, ecossistemas e biodiversidade e para a detenção da degradação ambiental. Assim, há menos declínio da biodiversidade nos territórios dos povos indígenas.

## Sessão II: Situação E Desafios Para A Gestão Territorial Dos Povos Indígenas

Esta sessão destaca a situação atual e os desafios e ameaças emergentes aos sistemas de gestão territorial dos povos indígenas.

**Duração da Sessão:** 2 horas

**Materiais:** Apresentação em PowerPoint, materiais de atividades

### ATIVIDADE 2

#### Identificando a Situação e os Desafios dos Sistemas de Gestão Territorial dos Povos Indígenas

2

**Objetivos da Atividade:** Ao final da atividade, os participantes deverão ser capazes de reconhecer ou identificar as ameaças e desafios ao domínio ancestral dos povos indígenas e aos seus sistemas de gestão territorial.

#### Parte I: Exibição do filme, Domínio Ancestral (um vídeo AIPP)



A visualização do filme apresenta a atividade principal. Caso haja necessidade de traduzir a conversa para o idioma local para melhor compreensão dos participantes, deverá ser feito.

**Duração:** 5 minutos

#### Instruções:

1. Após a exibição do filme, você poderá fazer as seguintes perguntas:
  - a. Qual a importância dos domínios ancestrais dos povos indígenas, conforme o que foi mostrado no filme?
  - b. Quais são as ameaças e desafios aos domínios ancestrais mostrados no vídeo?

**Alternativa Parte I: Leitura Porque os Povos Indígenas e o Conhecimento Tradicional são Vitais para Proteger a Biodiversidade Global do Futuro.**

**Duração:** 10 minutos

**Instruções:**

1. Forneça uma cópia do material de leitura anexo no Anexo 4.
2. Após a leitura, você poderá fazer as seguintes perguntas:
  - a. Quais são as práticas de gestão dos recursos naturais mencionadas no artigo?
  - b. Quais são os impactos ou contribuições dos povos indígenas para o controle e gestão de suas terras, territórios e recursos, conforme indicado no artigo?
  - c. Quais são as ameaças e desafios na prática dos saberes tradicionais dos povos indígenas na gestão de seus territórios e recursos mencionados no artigo?

**Parte II: MAPA**

**Duração:** 30 minutos

**Materiais:** Mapas da Sessão 1, cartões coloridos de cerca de 1,5 polegadas de largura, capa de celofane transparente

**Instruções:**

1. O mesmo grupo trabalhará no mesmo mapa que desenharam na Sessão I.
2. Eles discutirão a situação, bem como as ameaças e desafios à gestão territorial dos povos indígenas.
3. Nos cartões eles escreverão, em frases curtas, a situação, as ameaças e os desafios à gestão territorial dos povos indígenas. Se possível, eles vão colar os cartões nas diferentes partes do mapa ou onde acharem apropriado.

Se houver celofane transparente disponível, cada grupo cobrirá com o material transparente o seu mapa e fará marcas nas partes do domínio ancestral ameaçadas e desafiadas.

Ver exemplos de mapas no Anexo 2.

4. Um relator destacará os principais pontos da discussão.



Tome nota dos status, ameaças, desafios comuns e diferentes para o encerramento. Se o tempo for suficiente, permita uma discussão aprofundada sobre algumas questões, como ecoturismo, interesses comerciais, direitos de propriedade e entre outros.

**Pontos-chave:**

- Os povos indígenas têm direitos coletivos sobre suas terras, territórios e recursos. O reconhecimento desses direitos é fundamental para a continuidade do exercício de seus sistemas de gestão territorial que contribuem para o uso sustentável dos recursos naturais, para a conservação da biodiversidade e para o desenvolvimento sustentável das comunidades.
- Os povos indígenas enfrentam múltiplas ameaças e desafios sobre suas terras, florestas, territórios e recursos por parte de atores internos e externos, bem como da natureza. Isso inclui modernização, mudança climática, pressões sociopolíticas e econômicas.
- As condições dos sistemas de gestão territorial dos povos indígenas variam devido a diversos fatores que os fortalecem ou ameaçam.

## Sessão III: Alianças Para Apoiar/Fortalecer Os Sistemas De Gestão Territorial Dos Povos Indígenas

---

Esta sessão destaca as parcerias atuais e potenciais dos povos indígenas com diferentes partes interessadas para o fortalecimento desses sistemas de gestão territorial indígena.

**Duração da Sessão:** 1 hora e 30 minutos

**Materiais:** Apresentação em PowerPoint, materiais de atividades.



## ATIVIDADE 3

**Mapeamento das Partes Interessadas**

**Duração:** 1 hora

**Objective of the Activity:** At the end of the activity, the participants should be able to map various stakeholders within and outside their communities who are supporting them as they strengthen their territorial management systems.

**Materials:** sheet of craft paper, pen, colors

**Instruções:**

1. Forme grupos com os participantes por aldeia, se vierem de aldeias diferentes. Caso contrário, agrupe-os em grupos de três (3).
2. Cada grupo discutirá e mapeará os atores, dentro e fora de suas comunidades, que atualmente os apoiam e que são potenciais parceiros no fortalecimento de suas práticas de gestão territorial. Consulte o Anexo 4 para obter um exemplo.
3. Cada grupo terá um relator de compartilhará o mapa no plenário.
4. No resumo, você pode destacar o seguinte: com quem ou qual instituição as comunidades mais se relacionam e com quem ou qual menos e/ou sem nenhuma ligação com as comunidades.



Ao processar os resultados da atividade, pergunte aos grupos como as partes interessadas ou atores, incluindo os próprios povos indígenas, estão lidando com a crise da mudança climática. Enfatize que a mudança climática também tem causado mudanças dinâmicas e exige ajustes em seus sistemas de conhecimento indígena para a gestão de seus territórios e recursos.

Afirme que as coisas feitas na primeira atividade até este ponto, ou seja, mapear as partes interessadas, fazem parte do planejamento:

- O primeiro passo é uma escaneamento ambiental, “O que há na comunidade?”, o que estabelece as informações básicas, recursos disponíveis e como estão sendo usados e mantidos.
- A segunda etapa é identificar as ameaças e analisá-las (através de análises das partes interessadas e dos problemas).

- A terceira etapa, que é significativa, é determinar o que pode ser feito, quais recursos adicionais são necessários e como os recursos necessários podem ser gerados.

Se os participantes tiverem suficientes conhecimento e experiência em gestão territorial, desenvolvimento comunitário, gestão ambiental ou planejamento de projetos, o facilitador pode revisá-los brevemente durante a programação da atividade. Caso não tenham experiência, é prudente apresentar-lhes os princípios básicos de planejamento e/ou gestão de territórios, mas isso pode ser feito em outra oficina em outro momento.



### **Pontos-chave:**

Considerando o estado atual e as ameaças e desafios emergentes aos sistemas de gestão territorial dos povos indígenas, é imperativo manter parcerias e criar novas parcerias com atores amigos. Estes podem ser outras organizações de povos indígenas (PIs), acadêmicos, agências governamentais, OSCs, ONGs, igrejas e agências da ONU.

## **Sessão IV: Mecanismos De Apoio Aos Sistemas De Gestão Territorial Dos Povos Indígenas**

Esta sessão apresenta os diferentes mecanismos e acordos internacionais que apoiam e fortalecem os sistemas de gestão territorial dos povos indígenas, no que diz respeito aos direitos de posse da terra e sistemas de conhecimento tradicional.

**Duração da Sessão:** 1 hora e 30 minutos

**Materiais:** Apresentação em PowerPoint, materiais de atividades.



### **1. Convenção da ONU sobre Diversidade Biológica (UNCBD)**

#### ***Abordagem Ecosistêmica***

Na COP V, as Partes adotaram a abordagem ecossistêmica como a principal estrutura de ação no âmbito da Convenção.

Na COP V, as Partes adotaram a abordagem ecossistêmica como a principal estrutura de ação no âmbito da Convenção.

Annex 4 contains specific provisions on the EA.

### **a. Artigos 8j e 10c**

O Artigo 8(j) exige que os Estados “respeitem, preservem e mantenham o conhecimento, as inovações e as práticas das comunidades indígenas e locais que incorporam estilos de vida tradicionais relevantes para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica, promovam sua aplicação mais ampla com a aprovação e envolvimento dos detentores de tais conhecimentos, inovações e práticas e encorajem a partilha equitativa dos benefícios decorrentes da utilização de tais inovações e práticas de conhecimento”.

Além disso, o Artigo 10(c) exorta os Estados a “proteger e encorajar o uso consuetudinário dos recursos biológicos de acordo com as práticas culturais tradicionais que são compatíveis com os requisitos de conservação ou uso sustentável”.

### **b. Planos de Ação Estratégicos Nacionais de Biodiversidade (NBSAPs)**

A CDB também obriga os Estados a desenvolver estratégias, planos ou programas nacionais para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica ou para adaptar estratégias, planos ou programas existentes que reflitam as medidas estabelecidas na Convenção.

O Anexo 5 contém disposições específicas sobre esta medida.



Se possível e disponível, compartilhe os Planos de Ação Estratégicos Nacionais de Biodiversidade (NBSAPs) do país com os participantes. Ajude-os a apreciar a importância dos NBSAPs e como os principais administradores de seus ecossistemas. Deixe-os perceber o quanto são importantes na implementação das NBSAPs no governo.

Além disso, verifique a Decisão X/2 que vincula a importância das metas e prioridades nacionais nas NBSAPs em relação ao Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020.

### **c. Painel Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES)**

O Painel Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES) é o órgão intergovernamental, que avalia o estado da biodiversidade e os serviços ecossistêmicos prestados à sociedade, em resposta a solicitações feitas aos tomadores de decisão. Também reconhece que os povos indígenas e as comunidades locais possuem conhecimento detalhado sobre a biodiversidade e as tendências dos ecossistemas, as que muitas vezes estão em melhor posição do que os cientistas para fornecer informações detalhadas sobre a biodiversidade local e as mudanças ambientais, e são importantes contribuições para a governança da biodiversidade a nível local ao global. Possui uma força-tarefa sobre conhecimento indígena e local que está dedicada a

aprimorar o reconhecimento do conhecimento indígena e local e trabalhar com sistemas de conhecimento indígena.

O IPBES concluiu, em sua avaliação global de 2019, que a natureza administrada pelos povos indígenas e comunidades locais está diminuindo com menos rapidez.

*A natureza administrada por povos indígenas e comunidades locais está sob pressão crescente. A natureza geralmente está declinando menos rapidamente nas terras dos povos indígenas do que em outras terras, mas está em declínio, assim como o conhecimento de como administrá-la. Pelo menos um quarto da área de terra global é tradicionalmente possuído, administrado<sup>1</sup>, usado ou ocupado por povos indígenas. Essas áreas incluem aproximadamente 35% da área formalmente protegida e aproximadamente 35% de todas as áreas terrestres remanescentes com baixíssima intervenção humana. Além disso, uma gama diversificada de comunidades locais, incluindo agricultores, pescadores, pastores, caçadores, fazendeiros e usuários da floresta, administram áreas significativas sob vários regimes de propriedade e acesso. Entre os indicadores locais desenvolvidos e usados pelos povos indígenas e comunidades locais, 72% mostram tendências negativas na natureza que sustentam os meios de subsistência e o bem-estar locais. As áreas geridas (sob vários tipos de posse e regimes de acesso) por povos indígenas e comunidades locais enfrentam a crescente extração de recursos, produção de commodities, mineração, transporte e infraestrutura energética, com várias consequências para os meios de subsistência e saúde locais. Alguns programas de mitigação da mudança climática tiveram impactos negativos sobre os povos indígenas e comunidades locais. Os impactos negativos de todas essas pressões incluem a perda contínua de subsistência e meios de subsistência tradicionais resultantes do desmatamento contínuo, perda de zonas úmidas, mineração, disseminação de agricultura insustentável, práticas florestais e pesqueiras com impactos na saúde e bem-estar da poluição ademais de insegurança hídrica. Esses impactos também desafiam a gestão tradicional, a transmissão do conhecimento indígena e local, o potencial do compartilhamento de benefícios decorrentes ao uso da – e a capacidade dos povos indígenas e comunidades locais de conservar e administrar de forma sustentável – biodiversidade selvagem e domesticada que também são relevantes à sociedade mais ampla.*

Reference: IPBES (2019): Summary for policymakers of the global assessment report on biodiversity and ecosystem services of the Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services. S. Díaz, J. Settele, E. S. Brondízio E.S., H. T. M. Guèze, J. Agard, A. Arneth, P. Balvanera, K. A. Brauman, S. H. M. Butchart, K. M. A. Chan, L. A. Garibaldi, K. Ichii, J. Liu, S. M. Subramanian, G. F. Midgley, P. Miloslavich, Z. Molnár, D. Obura, A. Pfaff, S. Polasky, A. Purvis, J. Razzaque, B. Reyers, R. Roy Chowdhury, Y. J. Shin, I. J. Visseren-Hamakers, K. J. Willis, and C. N. Zayas (eds.). IPBES secretariat, Bonn, Germany. 56 pages.

<sup>1</sup> Essas fontes de dados definem a gestão da terra como o processo de determinar o uso, desenvolvimento e cuidado dos recursos da terra de maneira a atender às necessidades culturais materiais e imateriais, incluindo atividades de subsistência como caça, pesca, coleta, colheita de recursos, pastoreio e agricultura e horticultura em pequena escala.

## 2. Marco da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC)

- a. O Acordo de Paris (Preâmbulo) reconheceu que a mudança climática é uma preocupação comum do mundo e conclama os Estados a respeitar, promover e considerar suas obrigações em relação aos direitos humanos, incluindo os direitos dos povos indígenas, ao tomar medidas para lidar com a mudança climática.
- b. O Acordo de Paris (Decisão V, Partes interessadas que não são Partes parágrafo 135) também estabeleceu uma plataforma para comunidades locais e povos indígenas que se destina à troca de experiências e compartilhamento de melhores práticas de mitigação e adaptação de forma holística e integrada. Isso reconhece a necessidade de fortalecer o conhecimento, as tecnologias, as práticas e os esforços das comunidades locais e dos povos indígenas dirigidos ao enfrentamento e resposta às mudanças climáticas.
- c. O Acordo de Paris (artigo 7, parágrafo 5) reconheceu ainda que o conhecimento tradicional, o conhecimento dos povos indígenas e os sistemas de conhecimento local são a base e o guia na ação de adaptação que deve ser conduzida pelo país, sensível ao gênero, de forma participativa e totalmente transparente.
- d. Além disso, o Acordo de Paris (Artigo 11, parágrafo 1) enfatizou que a capacitação “deve aumentar a capacidade e habilidade das Partes nos países em desenvolvimento, em particular países com menos capacidade, tais como os países menos desenvolvidos, e aqueles que são particularmente vulneráveis a os efeitos adversos da mudança climática, tais como pequenos Estados insulares em desenvolvimento (SIDS), para tomar as medidas efetivas para combater as mudanças climáticas, incluindo, entre outras, implementar ações de adaptação e mitigação, facilitar o desenvolvimento, disseminação e a implantação de tecnologia, acesso ao financiamento climático, aspectos relevantes de educação, treinamento e conscientização pública, e a comunicação transparente, oportuna e precisa de informações.” Sendo os povos indígenas são os mais vulneráveis aos impactos da mudança climática, devem de se beneficiar dessa disposição específica do acordo.
- e. Em relação às contribuições nacionais determinadas (NDCs), que são o compromisso por país sobre a redução de emissões abaixo de 1,5-2 graus, também devem incluir o respeito aos direitos humanos, integrando os direitos dos povos indígenas e o apoio às suas contribuições.
- f. Os Planos Nacionais de Adaptação (PANs) (artigos 4 e 9 da COP16) concordaram em aprimorar as ações de adaptação às mudanças climáticas. Isso deve ser realizado de acordo com a UNFCCC e deve ser sensível ao gênero, participativo e transparente, levando em consideração os grupos de ecossistemas e as comunidades vulneráveis, incluindo povos indígenas. Os Planos Nacionais de Adaptação (PANs) devem ser baseados e guiados pela melhor ciência disponível,

pelo conhecimento tradicional e indígena, e por enfoques sensíveis ao gênero, com vistas a integrar a adaptação em políticas e ações sociais, econômicas e ambientais relevantes, quando apropriado.

- g. A CDB adotou as Diretrizes Voluntárias para o Desenho e Implementação Efetiva das Abordagens Ecosistêmicas para Adaptação às Mudanças Climáticas e Redução do Risco de Desastres por meio da Decisão XIV/5 da COP.

Abordagens baseadas em ecossistemas para adaptação às mudanças climáticas (EbA) e redução do risco de desastres (Eco-DRR) usam a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos para ajudar as pessoas a se adaptarem aos impactos das mudanças climáticas e reduzir o risco de desastres por meio da gestão sustentável, conservação e restauração dos ecossistemas. Tanto a EbA quanto a Eco-DRR dão ênfase especial aos direitos dos povos indígenas e comunidades locais e seus costumes, culturas e relação com o meio ambiente.

“A adaptação baseada em ecossistemas (EbA) é o uso da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos como parte de uma estratégia geral de adaptação para ajudar as pessoas a se adaptarem aos efeitos adversos das mudanças climáticas.”<sup>23</sup>

Ecosystem-based disaster risk reduction (Eco-DRR) is “sustainable management, conservation and restoration of ecosystems to reduce disaster risk, with the aim of achieving sustainable and resilient development.”<sup>24</sup>



### Pontos-chave:

- Afirmar, sustentar e inovar os vários aspectos dos sistemas de gestão de territórios indígenas e adotar a abordagem de ecossistemas contribuirá para que o Acordo de Paris e as múltiplas metas dos objetivos estratégicos da Biodiversidade de Aichi e da Agenda 2030/Objetivos de Desenvolvimento Sustentável possam ser atingidos.
- Os povos indígenas agora são reconhecidos perante os mecanismos internacionais como guardiões da biodiversidade que promovem a sustentabilidade dos ecossistemas. Carregar tal identidade não é apenas um legado benéfico para as futuras gerações de comunidades indígenas, mas também para a sociedade em geral.



Se houver longas pausas após este módulo, você pode exibir o vídeo de 15 minutos do AIPP, Conservação da floresta: uma mensagem de mulheres indígenas, acessível no [vimeo.com/74175570](https://vimeo.com/74175570). Ou você pode escolher outro material relevante para o tópico.

## Referências:

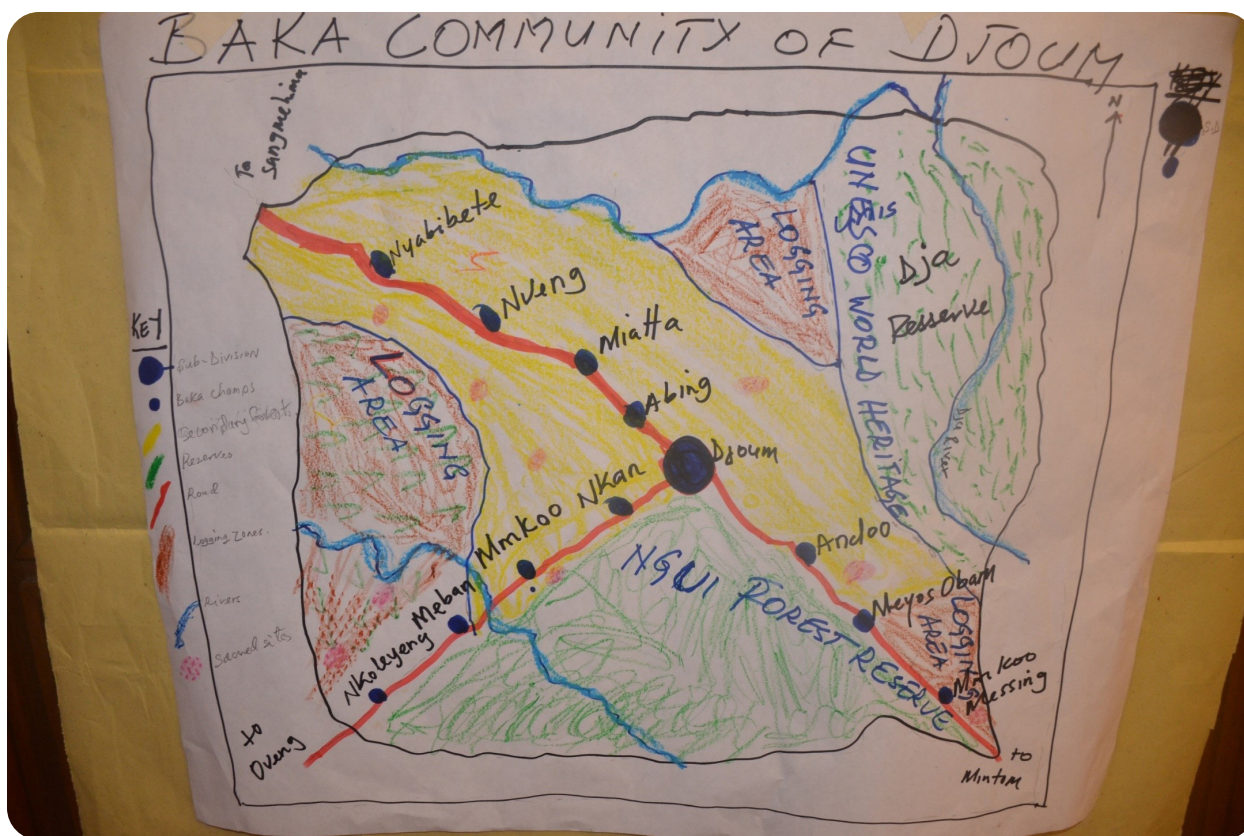
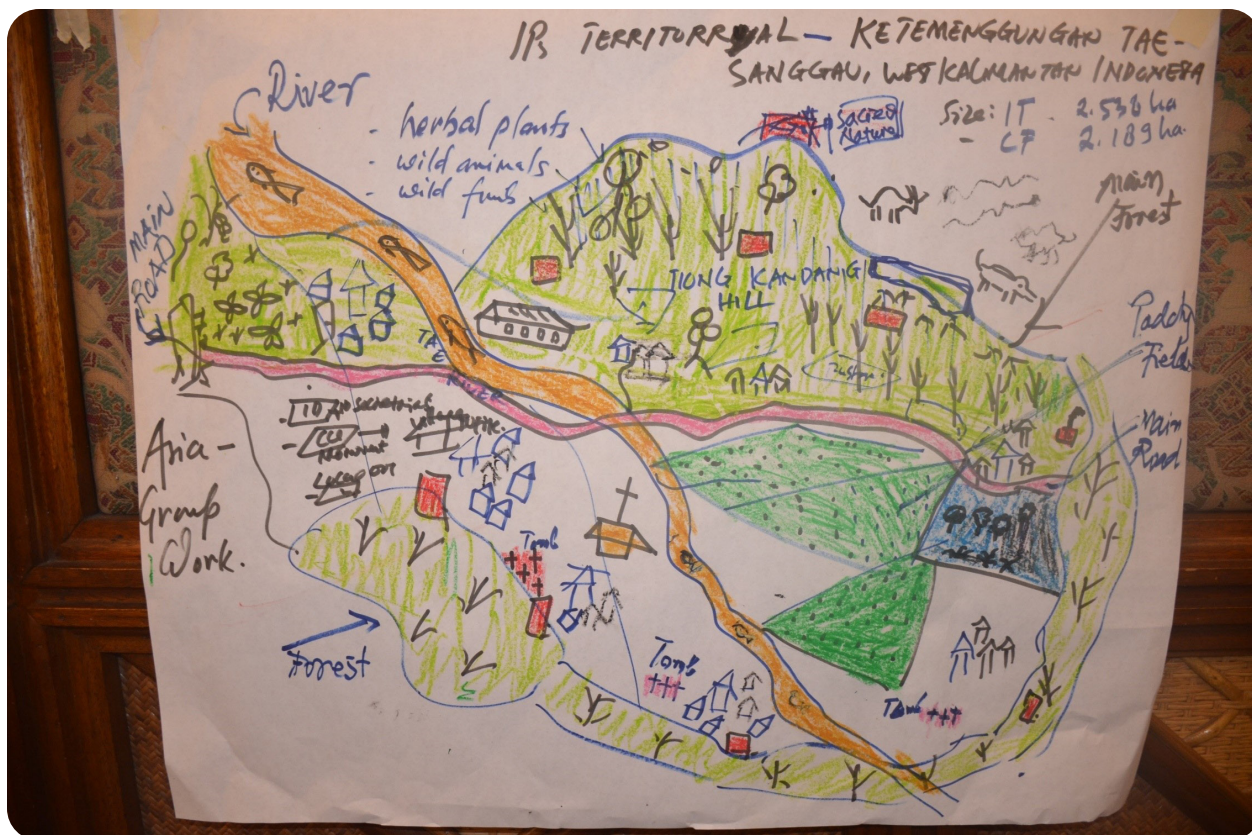
*Ecosystem approach sourcebook*. (2009, December 4). Retrieved from <https://cbd.int/ecosystem/sourcebook/>.

Secretariat of the Convention on Biological Diversity. (2004). CBD guidelines: The ecosystem approach. Quebec, Canada: CBD. Retrieved March 27, 2014, from <https://www.cbd.int/doc/publications/ea-text-en.pdf>. UNFCCC. (2015). Paris agreement. Bonn:

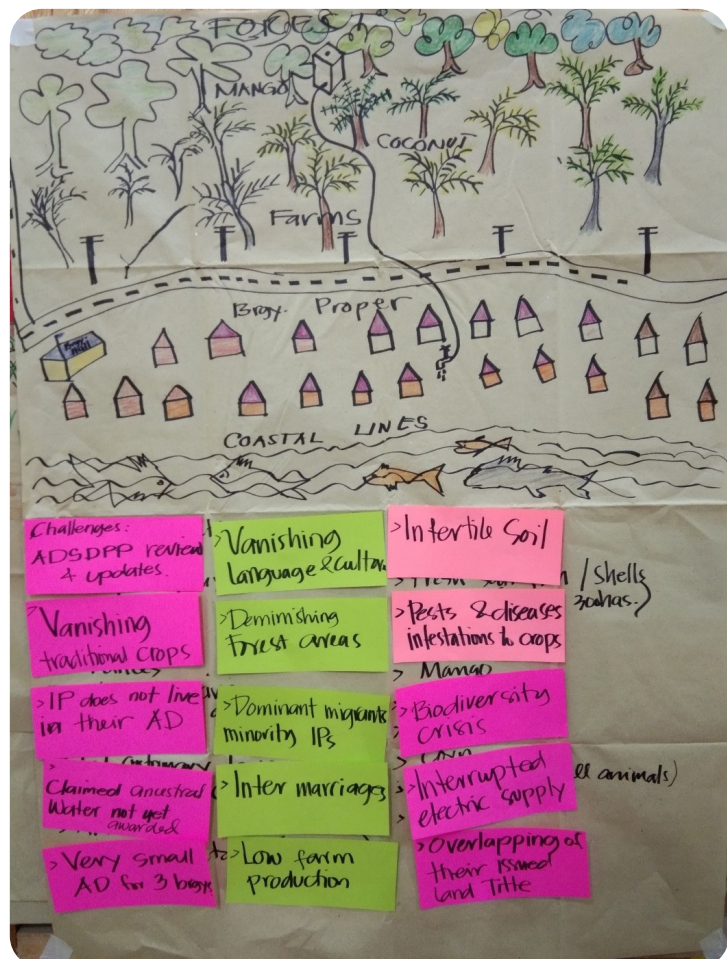
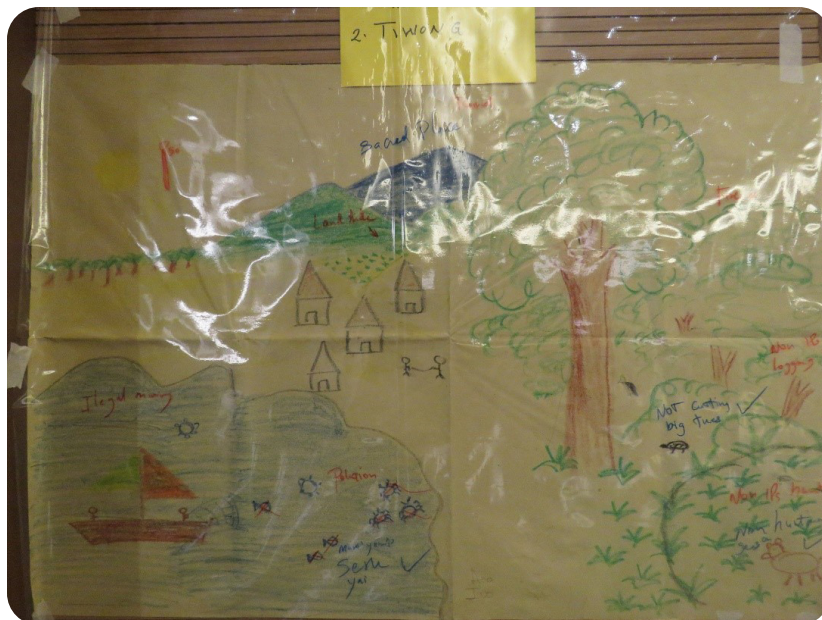
UNFCCC. Retrieved March 28, 2014, from [https://unfccc.int/files/meetings/paris\\_nov\\_2015/application/pdf/paris\\_agreement\\_english\\_.pdf](https://unfccc.int/files/meetings/paris_nov_2015/application/pdf/paris_agreement_english_.pdf).

## Anexo 1: Mapas dos domínios ancestrais dos Povos Indígenas





## Anexo 2: Ameaças e desafios os domínios ancestrais dos Povos Indígenas e à gestão do Território Indígena.



**Algumas Ameaças e Desafios:**

- mudança climática
- migração de jovens das aldeias
- erosão da cultura
- mestres culturais morrem sem transmissão para a próxima geração
- falta de oportunidades para os jovens aprenderem sua cultura
- introdução do governo de variedades não tradicionais de sementes e uso de fertilizantes sintéticos e pesticidas
- turismo
- deslocamento
- diminuição do interesse entre os jovens
- intervenção da educação regular e nova religião
- extração ilegal de madeira e negócios de lenha
- monocultura como plantação de dendezeiros
- presença de mentalidade individualista cria conflito e liderança fraca na governança consuetudinária
- dinâmica dos governantes
- proibição da prática de ocupações tradicionais (por exemplo, caça, roça)
- garimpo
- não reconhecimento dos direitos indígenas
- militarização.

**Anexo 3: Leitura: Direitos essenciais para proteger a biodiversidade e as culturas indígenas pela Universidade de East Anglia**

Uma nova pesquisa argumenta que os grandes territórios legalmente protegidos no Brasil são cruciais para proteger a biodiversidade e fornecem condições essenciais para as populações indígenas manterem seus meios de subsistência tradicionais.

Pesquisadores da Universidade de East Anglia (UEA), no Reino Unido, mostram como várias alterações legislativas, em debate, no Congresso brasileiro – apoiadas pelos lobbies agrícolas e mineiros, bem financiados e coordenados, combinadas com uma política executiva anti-indígena — afetaria a viabilidade etno-cultural e ambiental de longa data das Terras Indígenas. Isso inclui

mudanças no status de proteção e/ou abertura à exploração econômica dos territórios.

As Terras Indígenas brasileiras compreendem 13,5% do território nacional e são ocupadas por cerca de 515 mil índios que falam cerca de 280 línguas diferentes. Quase um quinto de todas as populações de animais e plantas da Amazônia vive nesses territórios, que retêm cerca de 25,5% de todos os estoques de carbono do Brasil e têm um papel fundamental na mitigação das mudanças climáticas.

Os pesquisadores descobriram que quase 90% de todos os territórios indígenas mantêm uma proporção maior de cobertura vegetal nativa do que seus arredores, protegendo mais de 100 milhões de hectares de florestas, savanas e pradarias. Além disso, territórios relativamente intactos abrigam cerca de 54% de todos os povos indígenas que vivem em Terras Indígenas.

No entanto, mesmo antes da disseminação cada vez mais perigosa do COVID-19 para os povos indígenas e suas terras, Rodrigo Begotti e Carlos Peres, da Faculdade de Ciências Ambientais da UEA, afirmam que os povos indígenas foram expostos a outras pressões sem precedentes.

Essas ameaças, que incluem invasões de muitas Terras Indígenas por garimpeiros, madeireiros e posseiros ilegais, tornaram-se cada vez mais frequentes e mais intensas, porém têm sido cada vez mais toleradas pelas agências governamentais no que os autores dizem ser uma “expansão fortuita da fronteira” e um “uso predatório altamente degradante da terra”.

Comentando sobre suas descobertas, publicadas na revista intitulada Land Use Policy, o professor Peres disse: “Esses resultados mostram a importância fundamental de proteger legalmente territórios indígenas suficientemente grandes. As populações indígenas maiores ocupam, principalmente, vastos territórios e essas terras são determinantes se o Brasil quiser cumprir seus compromissos internacionais de proteger a biodiversidade tropical e mitigar as mudanças climáticas”.

“Nossas descobertas rejeitam o argumento repetidamente usado no Brasil de que há ‘terra demais para poucos índios’ como justificativa contra novas demarcações de Terras Indígenas. Também descobrimos que os meios de subsistência tradicionais dos nativos brasileiros estão intrinsecamente ligados as condições ambientais saudáveis, e que as Terras Indígenas ainda são eficientes em impedir o desmatamento”.

Os autores usaram dados do censo de populações indígenas e não indígenas e mapas de uso da terra para retratar o contexto geográfico e o desempenho de conservação de todos os 587 territórios indígenas do Brasil e seus arredores.

Eles compararam a densidade populacional indígena dentro das Terras Indígenas e as populações não indígenas dominantes fora, e descobriram que a densidade populacional é maior dentro do que fora em quase metade (295) de todos os territórios fisicamente demarcados. Os resultados também mostram que densidades populacionais relativamente baixas, típicas de sociedades tradicionais de caçadores-coletores, seminômades e horticultores, foram encontradas em apenas 208 Terras Indígenas brasileiras.

A densidade populacional indígena é 50 vezes maior onde a cobertura vegetal é reduzida a 30% ou menos de qualquer território. Por isso, manter a rica diversidade etno-cultural de cerca

de 300 grupos indígenas no Brasil requer territórios extensos e esparsamente demarcados e homologados pelo governo federal.

Os autores também levantaram preocupações sobre a eficácia da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão federal responsável por novas demarcações e proteção de Terras Indígenas, incluindo grupos isolados e sem contatos. A FUNAI passou por severos cortes orçamentários e, mais recentemente, pelo desmantelamento de sua administração pelo que eles descrevem como mudanças ideológicas em direção a uma clara política anti-indígena.

Dr. Begotti disse: “Para os povos indígenas garantir os seus direitos à terra é fundamental para manter sua identidade coletiva e autodeterminação. Infelizmente, o atual cenário legislativo do Brasil, juntamente com um executivo federal hostil, apenas alimentou os conflitos de terra e a violência rural contra os povos indígenas e aumentou as taxas de desmatamento dentro das Terras Indígenas.

“Existe hoje uma forte pressão política para integrar os povos indígenas à economia de mercado por meio do estabelecimento de culturas agrícolas, de commodities e do desencadeamento da atividade mineradora dentro das Terras Indígenas. A justificativa é que os povos indígenas querem ter acesso a bens de consumo e devem gerar receitas monetárias, independentemente dos riscos à sua diversidade etno-cultural e conhecimento tradicional.”

“No entanto, um grande conjunto de evidências aponta para os impactos altamente prejudiciais do rebaixamento do atual status de proteção das Terras Indígenas, cujo status legislativo foi duramente conquistado ao longo de muitos anos. Esperamos que as administrações executivas atuais e futuras do Brasil e o Congresso Nacional considerem explicitamente tanto o bem-estar indígena quanto os múltiplos benefícios insubstituíveis decorrentes das Terras Indígenas.”

Fonte: Universidade de East Anglia. (2020, 13 de maio). Direitos à terra essenciais para proteger a biodiversidade e as culturas indígenas. <https://www.sciencedaily.com/releases/2020/05/200513121649.htm>

#### Anexo 4: Exemplo da matriz de análise dos Partes Interessadas.

| Partes interessadas<br>(pessoas, grupos,<br>instituições) | Nível de Apoio                                                                                                      | Benefícios (B) ou Riscos (R)<br>para o Fortalecimento da<br>Gestão Territorial de Povos<br>Indígenas | Possíveis estratégias<br>para engajar as partes<br>interessadas |
|-----------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|
|                                                           | 5 - Apoia ativamente<br>4 - Apoia um pouco<br>3 - Neutro/Indeciso<br>2 - Opõe-se um pouco<br>1 - Opõe-se ativamente |                                                                                                      |                                                                 |

|                         |   |                                                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                                     |
|-------------------------|---|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Governo local           | 4 | B) Aprovou uma portaria reconhecendo os territórios dos povos indígenas sob sua jurisdição<br><br>(R) Assinou um acordo com uma plantação de óleo de palma e empresas de ecoturismo cujos projetos propostos abrangem as terras dos Povos Indígenas | Apresentar uma carta de posição ao prefeito e conselho da cidade; Exigir diálogos ou consultas com o prefeito e o conselho da cidade                |
| Universidade local      | 4 | (B) Instituição de pesquisa está realizando pesquisas sobre saberes e práticas tradicionais dos Povos Indígenas com alunos indígenas<br><br>(B) Realiza anualmente a comemoração do Dia dos Povos Indígenas                                         | Ser parceiro de pesquisa da faculdade na condução e publicação de pesquisas específicas sobre os sistemas de gestão territorial dos povos indígenas |
| Câmara de turismo local | 3 | (R) Promove negócios turísticos em terras indígenas sem consulta prévia aos Povos Indígenas potencialmente afetados                                                                                                                                 | Apresentar carta de posicionamento ao conselho;<br><br>Manter diálogo ou consulta com o conselho                                                    |
| Órgão agrícola local    | 3 | R) Promove sementes híbridas e fertilizantes e pesticidas sintéticos<br><br>(R) Promove a titulação individual de terras agrícolas<br><br>(R) Promove a monocultura                                                                                 | Enviar carta sobre o posicionamento ao órgão;<br><br>Conduzir diálogo ou consulta                                                                   |

## Anexo 5: Disposições específicas

### 1. Convenção sobre Diversidade Biológica

#### *COP Decisão V/6, parágrafo 2*

Exorta as Partes, outros governos e organizações internacionais a aplicar, conforme apropriado, a abordagem ecossistêmica, levando em consideração os princípios e orientações contidos no anexo da presente decisão, e a desenvolver expressões práticas da abordagem de políticas e legislações nacionais e das atividades de implementação adequadas, com adaptação às condições locais, nacionais e regionais, conforme o caso, em particular no contexto das atividades desenvolvidas nas áreas temáticas da Convenção;

***COP Decisão VII/11, par. 10***

Recomenda que as Partes e outros Governos facilitem a participação plena e efetiva das comunidades indígenas e locais e outras partes interessadas que continuem ou iniciem a implementação da abordagem ecossistêmica, incluindo as diretrizes de implementação e anotações para a fundamentação lógica, conforme descrito no Anexo I da presente decisão, e:

- (a) Fornecer retroalimentação ao Secretário Executivo e a outras Partes sobre suas experiências, inclusive enviar outros estudos de caso registrados e lições aprendidas para serem veiculadas por meio do mecanismo de intermediação;
- (b) Fornecer informações técnicas para o desenvolvimento e teste de campo do livro de consulta (sourcebook);
- (c) Promover a aplicação da abordagem ecossistêmica em todos os setores com impactos potenciais sobre a biodiversidade e os ecossistemas, bem como a integração intersetorial;
- (d) Aprimorar e facilitar o compartilhamento de experiências e conhecimentos por meio de abordagens tais como a realização de oficinas para reunir especialistas e profissionais de diferentes setores e enfoques;
- (e) Empreender atividades e iniciativas focadas na parceria com comunidades indígenas, comunidades locais, setor privado e outras partes interessadas no enquadramento dos vários programas temáticos de trabalho para aprofundar a compreensão e aplicação da abordagem ecossistêmica, quando aplicável; e
- (f) Promover uma melhor compreensão da abordagem ecossistêmica por meio de programas de comunicação, educação e conscientização pública (CEPA);

**Artigo 6**

Cada Parte Contratante deverá, de acordo com suas condições e capacidades particulares:

- (a) Desenvolver estratégias, planos ou programas nacionais para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica ou adaptar para esse fim estratégias, planos ou programas existentes que deverão refletir, entre outras coisas, as medidas estabelecidas nesta Convenção relevantes para a Parte Contratante em questão; e
- (b) Integrar, na medida do possível e apropriado, a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica em planos, programas e políticas setoriais ou intersetoriais relevantes.

***COP Decisão IX/8 atua como elemento orientador para as Partes sobre NBSAPs:***

Parágrafo. 8, exorta as Partes a desenvolver, implementar e revisar suas estratégias e planos de ação nacionais e regionais, quando apropriado, sobre biodiversidade e instrumentos equivalentes na implementação dos três objetivos da Convenção, para (entre outros objetivos):

- levar em conta abordagem de ecossistema (parágrafo 8(h));
- destacar a contribuição da biodiversidade, incluindo, serviços ecossistêmicos para a

erradicação da pobreza, desenvolvimento nacional e bem-estar humano, bem como os valores econômicos, sociais, culturais e outros valores da biodiversidade, conforme foi enfatizado na Convenção sobre Diversidade Biológica, ao fazer uso das metodologias e estrutura conceitual da Avaliação do Ecossistema do Milênio , (parágrafo 8(i), quando apropriado;

- envolver as comunidades indígenas e locais, todos os setores e partes interessadas relevantes que tenham um impacto significativo, incluindo os representantes da sociedade e da economia, sobre os benefícios ou usos da biodiversidade e seus serviços ecossistêmicos relacionados (parágrafo 8(m);
- respeitar, preservar e manter o conhecimento tradicional, inovações e práticas de comunidades indígenas e locais consistentes com Artigo 8(j) (par. 8(n); e
- promover e apoiar a ação local para a implementação de estratégias e planos de ação nacionais de biodiversidade ao integrar as considerações de biodiversidade nos processos de planejamento e avaliações de nível subnacional e local, assim como no desenvolvimento de planos, estratégias e/ou ações subnacionais e locais de biodiversidade consistentes com estratégias nacionais e planos de ação (parágrafo 8(s).

## **2. COP10 Decisão X/2: Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020**

(Texto Preambular não incluído.)

*Integração dos relatórios do estudo sobre a Economia dos Ecossistemas e Biodiversidade,*

1. Adere o Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020, com as Metas de Aichi, anexas à presente decisão;
2. Toma nota da justificativa técnica provisória, possíveis indicadores e marcos sugeridos para as Metas de Aichi para a biodiversidade biológica contidas na nota do Secretário Executivo (UNEP/CBD/COP/10/9);
3. Exorta as Partes e outros Governos, com o apoio de organizações intergovernamentais e outras organizações, conforme for apropriado, a implementar o Plano Estratégico para a Diversidade Biológica 2011-2020 e, em particular, a:
  - (a) Permitir a participação, em todos os níveis, para promover as contribuições plenas e efetivas das mulheres, comunidades indígenas e locais, organizações da sociedade civil, setor privado e partes interessadas e de todos os outros setores na implementação dos objetivos da Convenção e do Plano Estratégico;
  - (b). Desenvolver metas nacionais e regionais, usando o Plano Estratégico e as Metas de Aichi, como uma estrutura flexível, de acordo com as prioridades e capacidades nacionais levando em conta tanto as metas globais quanto a situação e tendências da diversidade biológica no país como também os recursos fornecidos através da estratégia de mobilização de recursos, com vistas a contribuir com os esforços coletivos globais, para atingir as metas globais e informar sobre isso à Conferência das Partes em sua décima primeira reunião;
  - (c). Revisar, conforme a atualização e verificação das estratégias, os planos de ação

nacionais de biodiversidade, de acordo com o Plano Estratégico e a orientação adotada na decisão IX/9, integrando as estratégias e planos de ação nacionais sobre biodiversidade às metas nacionais, ao adotar como um instrumento de política normativa e relatar sobre isso à Conferência das Partes em sua décima primeira ou décima segunda reunião.

- (d). Usar as estratégias e planos de ação nacionais, revisados e atualizados, como instrumentos eficazes para a integração das metas relativas à diversidade biológica alinhadas às políticas e estratégias nacionais de desenvolvimento e redução da pobreza, contabilidade nacional, setores econômicos e processos de planejamento espacial, pelo Governo e pelo setor privado em todos os níveis;
  - (e). Monitorar e revisar a implementação de suas estratégias e planos de ação nacionais de biodiversidade, de acordo com o Plano Estratégico e suas metas nacionais, usando o conjunto de indicadores desenvolvidos para o Plano Estratégico como uma estrutura flexível, e relatar à Conferência das Partes por meio de suas quinto e sexto relatórios nacionais e por qualquer outro meio decidido pela Conferência das Partes;
  - (f). Apoiar a atualização das estratégias e planos de ação nacionais de biodiversidade como instrumentos eficazes para promover a implementação do Plano Estratégico e a integração da biodiversidade no nível nacional, levando em conta as sinergias entre as convenções relacionadas à biodiversidade, de forma consistente com seus respectivos mandatos;
  - (g). Promover a geração e o uso de informações científicas, desenvolver metodologias e iniciativas para monitorar o estado e as tendências da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, compartilhar dados, desenvolver indicadores e medidas e realizar avaliações periódicas e oportunas, para apoiar a nova proposta de política científica intergovernamental plataforma sobre biodiversidade e serviços ecossistêmicos (IPBES) e um efetivo Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico, Técnico e Tecnológico para fortalecer a interface ciência-política, melhorando assim a implementação do Plano Estratégico para a Diversidade Biológica 2011-2020;
- 4. Convida as Partes a tomarem nota da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas na implementação do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020, conforme e de acordo com a legislação nacional;
  - 5. Exorta as organizações regionais a considerarem o desenvolvimento ou atualização de estratégias regionais de biodiversidade inclusive pactuando metas regionais, como forma de complementar e apoiar ações nacionais e contribuir para a implementação do Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020, conforme for apropriado;
  - 6. Destaca a necessidade de atividades de capacitação e compartilhamento de conhecimento efetivo e consistente com as decisões VIII/8, IX/8 e com outras decisões relevantes da Conferência das Partes, a fim de apoiar todos os países, especialmente os países em desenvolvimento, em particular aos países menos desenvolvidos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países ambientalmente mais vulneráveis, bem como os países com economias em transição e as comunidades indígenas e locais, na implementação do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020;
  - 7. Destaca que o aumento do conhecimento sobre biodiversidade e serviços ecossistêmicos

e sua aplicação é uma ferramenta importante para comunicar e integrar a biodiversidade, convida as Partes e a outros Governos a fazer uso das conclusões do estudo sobre a Economia dos Ecossistemas e Biodiversidade e outros estudos relevantes para defender o investimento em biodiversidade e serviços ecossistêmicos e a fortalecer o compromisso político no mais alto nível com a biodiversidade;

8. Remarca a decisão IX/8, que pedia a integração de gênero nas estratégias e planos de ação nacionais sobre biodiversidade, e a decisão IX/24, na qual a Conferência das Partes aprovou o plano de ação de gênero para a Convenção que, entre outras coisas, solicita às Partes que integrem uma perspectiva de gênero na implementação da Convenção e que promovam a igualdade de gênero para alcançar seus três objetivos. Solicita às Partes que integrem as considerações de gênero na implementação do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020 e suas metas associadas as Metas de Aichi e seus indicadores;
9. Evoca a “Estrutura de quatro anos de prioridades do programa relacionadas à utilização de recursos do GEF para a biodiversidade para o período de 2010 a 2014” a qual foi proposta na decisão IX/31 e observa que o objetivo 5 da Estratégia da Área Focal de Biodiversidade do GEF-5 é “Integrar as obrigações da CDB nos processos de planejamento nacional por meio de atividades facilitadoras”, pelo qual solicita ao Fundo Global para o Meio Ambiente que forneça apoio de maneira expedita às Partes elegíveis para revisar suas estratégias nacionais de biodiversidade e planos de ação de acordo com o Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020;
10. Insta as Partes, em particular as Partes - países desenvolvidos, e convida outros governos e instituições financeiras internacionais, bancos regionais de desenvolvimento e outras instituições financeiras multilaterais a fornecer apoio financeiro adequado, previsível e oportuno às Partes - países em desenvolvimento, em particular países menos desenvolvidos, pequenas Estados insulares em desenvolvimento e os países ambientalmente mais vulneráveis, bem como países com economias em transição, para permitir a plena implementação do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020 e reitera que até que ponto os países em desenvolvimento Partes efetivamente implementam seus compromissos sob esta Convenção dependerá sobre a implementação efetiva pelos países Partes desenvolvidos de seus compromissos sob esta Convenção relacionados a recursos financeiros e transferência de tecnologia; ;
11. Solicita ao Fundo Global para o Meio Ambiente que forneça apoio financeiro adequado, oportuno e previsível aos países elegíveis para permitir a implementação do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020;
12. Remarca a estratégia para mobilização de recursos em apoio à realização dos três objetivos da Convenção (decisão IX/11B, anexo), convida as Partes e organizações relevantes, incluindo membros do Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas, Banco Mundial, bancos de desenvolvimento regional e outros órgãos internacionais e regionais relevantes, juntamente com organizações não governamentais e entidades do setor empresarial , a disponibilizar os recursos necessários para a implementação do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020, especialmente pelos países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, bem como países com economias em transição;
13. Decide que a quarta edição do Panorama da Biodiversidade Global deve ser preparada

para fornecer uma revisão intermediária do progresso em direção às Metas de Aichi para a Diversidade Biológica, incluindo uma análise de como a implementação da Convenção e do Plano Estratégico contribuíram para as metas de 2015 dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio;

14. Remarca que o papel da Conferência das Partes é manter a implementação da Convenção sob revisão, decide que futuras reuniões da Conferência das Partes serão revisadas o progresso na implementação do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020 ao compartilhar experiências relevantes para a implementação e fornecer orientação sobre os meios para lidar com os obstáculos encontrados;
15. Decide considerar ,em sua décima primeira reunião, a necessidade e o possível desenvolvimento de mecanismos adicionais ou aprimoramentos dos mecanismos existentes tais como o Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico, Técnico e Tecnológico e o Grupo de Trabalho Aberto Ad Hoc sobre Revisão da Implementação do Convenção a fim de permitir que as Partes cumpram seus compromissos sob a Convenção e a implementação do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020;
16. *Invites:*
  - (a) *As Partes e outros Governos às próximas reuniões dos órgãos de decisão das outras convenções relacionadas à biodiversidade e outros acordos relevantes para considerar as contribuições apropriadas para a implementação colaborativa do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020 e suas Metas de Aichi;*
  - (b) *O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em particular seus escritórios regionais, bem como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Programa das Nações Unidas para Alimentos e Agricultura, trabalhando em nível de país, para facilitar as atividades de apoio à implementação da Convenção e do Plano Estratégico, em cooperação com outras agências relevantes de implementação;*
  - (c) *O Programa Ambiental das Nações Unidas, a União Internacional para Conservação da Natureza, bem como outras organizações relevantes para desenvolver, manter e fazer uso ativo dos módulos baseados em questões TEMATEA com o intuito de melhorar a implementação coerente das convenções e acordos relacionados à biodiversidade;*
  - (d) *O Grupo de Gestão Ambiental, com base em seu relatório para a décima reunião da Conferência das Partes, a identificar medidas para implementação eficaz e eficiente do Plano Estratégico em todo o sistema das Nações Unidas e fornecer um relatório sobre seu trabalho à Conferência das Partes em sua décima primeira reunião por meio do Grupo de Trabalho de Revisão da Implementação e do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico, Técnico e Tecnológico;*
  - (e) *A Assembleia Geral das Nações Unidas para que considere a adoção dos elementos relevantes do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020 e suas Metas de Aichi como elementos integrantes dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, em particular o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio 7 sobre garantir a sustentabilidade ambiental;*

## 17. Solicita ao Secretário Executivo:

- (a) *Promover e facilitar em parceria com organizações internacionais relevantes, incluindo organizações indígenas e comunitárias locais, atividades para fortalecer a capacidade de implementação do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020, por meio de/ou oficinas (workshops) sub-regionais sobre atualização e revisão dos planos de ação e estratégias nacionais de biodiversidade, integração da biodiversidade, aprimoramento do mecanismo de intermediação de informações e mobilização de recursos;*
- (b) *Preparar uma análise/síntese de ações nacionais, regionais e outras, incluindo metas conforme apropriado, estabelecidas de acordo com o Plano Estratégico para permitir que o Grupo de Trabalho sobre Revisão da Implementação da Convenção em sua quarta reunião e a Conferência de Partes em sua décima primeira reunião e subsequentes avaliem a contribuição de tais metas nacionais e regionais às metas globais;*
- (c) *Desenvolver para consideração do Grupo de Trabalho sobre Revisão da Implementação da Convenção em sua quarta reunião opções para o aprimoramento da implementação da Convenção por meio do desenvolvimento de programas de capacitação, parcerias e fortalecimento de sinergias entre Convenções e outros processos internacionais;*
- (d) *Preparar um plano, a ser considerado pelo Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico, Técnico e Tecnológico antes da décima primeira reunião da Conferência das Partes, para a preparação da quarta edição do Global Biodiversity Outlook com base em o quinto relatório nacional, uso de indicadores globais de biodiversidade e outras informações relevantes;*
- e) *Com base nos resultados do estudo Economia dos Ecossistemas e Biodiversidade (The Economics of Ecosystems and Biodiversity) e outros processos cooperar com organizações relevantes, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Banco Mundial e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, com o objetivo de*
  - (i) *aprofundar os aspectos econômicos relacionados aos serviços ecossistêmicos e à biodiversidade;*
  - (ii) *desenvolver ferramentas de implementação para a integração dos aspectos econômicos da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos; e*
  - (iii) *facilitar a implementação e capacitação para tais ferramentas;*
- (f) *Através de oficinas de capacitação apoiar os países no uso dos resultados do estudo Economia dos Ecossistemas e Biodiversidade e na integração dos valores da biodiversidade em políticas, programas e processos de planejamento nacionais e locais relevantes;*
- (g) *Desenvolver ainda mais em preparação para a consideração desta questão pelo Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico, Técnico e Tecnológico em sua*

*décima quinta reunião e o Grupo de Trabalho sobre Revisão da Implementação em sua quarta reunião, as justificativas técnicas e os marcos sugeridos para as Metas de Biodiversidade de Aichi contidas na nota do Secretário Executivo (UNEP/CBD/COP/10/9) levando em consideração os comentários feitos na décima reunião da Conferência das Partes.*

# MÓDULO

## 6

## Economías Locais Sustentáveis e Bem-estar dos Povos Indígenas

*O desenvolvimento autodeterminado para os povos indígenas não é uma grande alternativa genérica e paradigmática ao desenvolvimento convencional. É simplesmente parte de nossa afirmação de nosso direito de autodeterminação e de permanecer como culturas e comunidades diversas e distintas.*

- Victoria Tauli-Corpuz

**Duração do Módulo:** 5 horas

### **Objetivos do Módulo:**

Ao final do módulo, espera-se que os participantes sejam capazes de:

1. Compartilhar perspectivas indígenas e indicadores de bem-estar;
2. Aprofundar o entendimento sobre economias locais sustentáveis e como isso se relaciona com a gestão territorial e do bem-estar dos povos indígenas;
3. Relacionar as economias tradicionais com a abordagem de desenvolvimento sustentável e autodeterminado dos povos indígenas; e
4. Propor formas de abordar questões e desafios enfrentados pelas economias locais sustentáveis e pelo bem-estar dos povos indígenas.



Caso o tempo seja limitado, recomenda-se que sejam priorizadas as sessões sobre os conceitos de bem-estar, a atividade das estações de trem em economias locais sustentáveis e a contribuição sobre a diferença entre a economia dominante e as economias indígenas.

## Sessão I: Perspectivas De Bem-Estar Dos Povos Indígenas

Esta sessão enfatiza as perspectivas dos povos indígenas sobre o bem-estar.

**Duração da Sessão:** 1 hora.

**Materiais:** Apresentação em PowerPoint, materiais de atividades.



### ATIVIDADE 1

#### Compartilhando Conceitos de Bem-Estar

**Duração:** 15 minutos

**Objetivos da Atividade:** No final da atividade, os participantes deverão ser capazes de identificar e explicar os termos locais de bem-estar que eles têm nas suas comunidades locais.

**Materiais:** Canetas, metacartões (metacards), fitas adesivas.

#### Instruções:

1. Dê a cada participante folhas de papel colorido.
2. Peça a eles que escrevam nos metacartões (metacards) os vários termos locais de bem-estar (ou coisas que os deixam felizes, contentes ou satisfeitos) em suas comunidades locais. Deve haver apenas um termo por folha.
3. Deixe-os postar seus metacartões (metacards) no quadro.

Você pode ajudar os participantes a agrupar os metacartões (metacards) de acordo com os conceitos. Por exemplo, os conceitos de bem-estar ou vida feliz são vistos como um mesmo conceito enquanto os conceitos relacionados ao trabalho mútuo seriam agrupados. Os resultados do workshop devem servir de ponto de partida para a discussão. Uma alternativa seria pedir, com antecedência, aos participantes que apresentem casos sobre os conceitos de bem-estar de suas comunidades.



*Para este módulo, seria útil ler Modos de Vida Tradicionais e Povos Indígenas do Pacto dos Povos Indígenas da Ásia (2010).<sup>25</sup>*



## O Bem-estar dos povos indígenas

- As economias locais tradicionais e os sistemas de subsistência dos povos indígenas, baseados no local ou nos ecossistemas, ainda existem. A persistência desses sistemas está diretamente ligada aos esforços dos povos indígenas para proteger seus territórios e ecossistemas. Ainda podemos encontrar tais sistemas econômicos e de subsistência entre os povos indígenas que são capazes de lutar por seus direitos a suas terras, territórios e recursos e por seus conhecimentos tradicionais e sistemas de governança.
- As economias tradicionais teriam desaparecido há muito tempo se esses ecossistemas fossem destruídos ou se os povos indígenas fossem deslocados de seus territórios onde esses ecossistemas são encontrados. A extensão de suas habilidades de adaptação às mudanças ambientais, econômicas, sociais, culturais e políticas também determina a vitalidade desses sistemas econômicos tradicionais.

### Princípios das economias tradicionais

Durante a discussão, você pode consultar os termos de bem-estar afixados na parede. Você pode pedir aos participantes que exponham esses termos.

- As **economias tradicionais são baseadas em valores indígenas e práticas de bem-estar**. Sumak kawsay (Quichua); suma qamaña (Aymara); e buen vivir ou vivir (espanhol) são conceitos tradicionais que refletem os modos de vida e identidades dos povos aimará e quéchua. Existem muitos equivalentes desses conceitos entre outros povos indígenas, como laman laka (Miskitu), minobimaatisiwin (Anishinaabeg, Cree), gawis ay biag (Kankana-ey Igorot). Todas essas são frases usadas para capturar nossos conceitos de “boa vida”, “bem viver”, “viver bem”, “bem-estar”, “vida ao máximo” ou “comunidade”.<sup>26</sup>

A linguagem indígena está baseada em processos relacionados e vinculado ao pensamento cíclico e à dualidade. Assim, sumak kawsay, buen vivir, laman laka ou gawis ay biag - são conceitos cujas traduções mais próximas são “viver bem, viver ao máximo, relacionar-se bem com os outros, compartilhar sua riqueza e boa sorte”. Para muitos povos indígenas, “viver bem”, “bom viver” ou “viver ao máximo” refere-se a manter o equilíbrio entre o bem-estar do coletivo humano e o individual; promover relações de harmonia, reciprocidade e solidariedade com os outros seres humanos, com a natureza e todas as criaturas vivas e não vivas, bem como com os antepassados do passado e as gerações do futuro.

- **É feito no espírito de uma comunidade inclusiva intra-geracional.** Quando falamos de comunidade, não falamos apenas da comunidade atual. Nossa comunidade inclui nossos ancestrais, as gerações visíveis, invisíveis e futuras.<sup>27</sup> Isso também inclui não apenas as pessoas, mas todos na comunidade o que

abrange os elementos e a natureza

- **Perspectiva comunitária sobre reciprocidade e responsabilidade social.** Em seu artigo, Victoria Tauli-Corpuz citou David Choquehanca definindo Buen vivir como “viver bem, mas não melhor do que os outros ou à custa dos outros”. As economias tradicionais, ao contrário do mercado moderno, agora não buscam obter lucro para o indivíduo mas compartilhar com os outros. Lasimbang (2008) diz que “[t]estas comunidades procuram satisfazer as necessidades básicas de todos os seus membros através da partilha de alimentos, trabalho ou utensílios. As relações de gênero e a divisão do trabalho em algumas comunidades são bem definidas e, em geral, o trabalho agrícola é feito de forma coletiva.”



Pergunte aos participantes sobre a compensação do trabalho mútuo em suas comunidades. Ou você pode perguntar a eles quando o trabalho mútuo é praticado.

- **Uso/administração sustentável de recursos.** O uso sustentável de recursos é intrínseco aos sistemas de governança consuetudinários dos povos indígenas. É por isso que se defendem mecanismos reguladores internos, como o conceito de lawa ou tabu em inglês, inayan, que se traduz como “cuidado” ou “não faça isso” e ayyew, que é não desperdiçar nada como comida, água, lenha, etc. É legal poluir as fontes de água, roubar e mentir. É ka-a-ayyew e inayan colher mais frutas do que você pode consumir ou jogar fora alimentos que não pode comer porque já está satisfeito.
- **Igualdade e Justiça.** Os povos indígenas valorizam o tratamento igualitário dos seres humanos e do meio ambiente. O meio ambiente não é considerado apenas como o “doador”, as pessoas também devem “cuidar” do meio ambiente. Em essência, há igualdade e equilíbrio na forma como as economias tradicionais são realizadas. Ao mesmo tempo, a repartição justa e equitativa dos benefícios pode ser vista nas práticas indígenas, como a partilha das lavouras comuns, entre todos os membros da comunidade, sem favorecer apenas a alguns. Justiça refere-se a como o uso dos recursos naturais é gratuito para todos sem comprometer a necessidade das gerações futuras.

## Sessão II: Economias Locais Sustentáveis Dos Povos Indígenas

**This session expounds more on the sustainable local economies of indigenous peoples that are clearly connected to their well-being.**

**Duração da Sessão:** 1 hora

**Materiais:** Apresentação em PowerPoint, materiais de atividades.

### ATIVIDADE 2

#### Estação de Trem

2



Esta atividade tem está direcionada às Sessões II e III. Caso opte pela atividade alternativa abaixo, você realizará esta atividade na Sessão III começando pela Estação 2.

**Duração:** 30 minutos.

**Objetivos da Atividade:** Ao final da atividade, os participantes deverão ser capazes de:

1. Enumerar as economias locais sustentáveis praticadas na comunidade e discutir como elas se relacionam com o bem-estar e a gestão territorial dos povos indígenas;
2. Diferenciar os mercados/economias dominantes nas economias locais sustentáveis;
3. Identificar os desafios e ameaças que os povos indígenas enfrentam nas ocupações tradicionais e economias locais sustentáveis e de onde eles surgem; e
4. Discutir como vários atores podem responder aos desafios que os povos indígenas enfrentam em economias sustentáveis.

**Materiais:** Canetas, papel pardo, fita crepe.

#### Instruções:

1. Forme grupos de 4 com os participantes (4).
2. Em quatro (4) cantos da sala, coloque papéis pardo com títulos como Estação 1 a Estação 4 com as seguintes perguntas:
  - Estação 1: Liste as economias locais sustentáveis que você pratica em sua comunidade

- Estação 2: Como os mercados/economias dominantes diferem das economias locais sustentáveis?
- Estação 3: Identifique os desafios que os povos indígenas enfrentam na prática de suas ocupações tradicionais e economias locais sustentáveis. De onde vêm esses desafios?
- Estação 4: Como diferentes atores poderiam responder aos desafios que os povos indígenas enfrentam na prática de suas economias locais sustentáveis?

## Atividade alternativa 2: O Que São As Economias Locais Sustentáveis?

**Duração:** 30 minutos

**Materiais:** mapa comunidade, canetas coloridas, plástico (para sobreposição do mapa), canetas, fita adesiva

### Instruções:

1. Agrupe os participantes de acordo com o país, região ou aldeia de origem.
2. Encaminhe-os para a apresentação do pôster que eles fizeram e usaram durante a parte introdutória (Módulo I).
3. Usando seu próprio cartaz, cada grupo usará a folha de plástico para mapear as ocupações tradicionais existentes em cada ecossistema ou área.
4. Cada grupo compartilhará seu trabalho na sessão plenária.



### O que são economias locais sustentáveis?

Os meios de subsistência indígenas são caracterizados por uma diversidade de atividades econômicas de pequena escala, juntamente com a regulamentação de territórios, terras e recursos (Lasimbang, 2008). A produção dessas atividades é principalmente para subsistência e o excedente é vendido nos mercados locais. Outros meios de subsistência são trocados por outros bens (isso é comumente conhecido como sistema de troca). Estima-se que cerca de 400 milhões de pessoas em todo o mundo praticam essas economias, juntamente com outras fontes de subsistência (Tauli-Corpuz, s.d.).

O fato de essas economias locais ainda existirem significa que elas são sustentáveis e garantem o bem-estar individual e coletivo e a prosperidade dos povos indígenas. Prosperidade, porém, não significa riqueza financeira, mas abundância que sustente a comunidade e as próximas gerações.

Essas economias estão ligadas à cultura dos povos indígenas, como a prática do trabalho mútuo, trocas e outros.

**Pontos-chave:**

Não existe uma definição única do que são economias locais sustentáveis. Eles podem ser caracterizados por ecossistemas específicos onde são praticados, como são praticados e para onde vão seus produtos.



Mostre a tabela com alguns exemplos de meios de subsistência tradicionais.

**Tabela 1 – Exemplos De Subsistências Tradicionais**

|                                                          |                      |                             |
|----------------------------------------------------------|----------------------|-----------------------------|
| Cultivo itinerante ou agricultura rotativa               | Pastagem             | Captura ou caça e coleta    |
| Pastoralismo e pastoreio                                 | Agrossilvicultura    | Pesca                       |
| Agricultura de alta montanha e agricultura de campo fixo | Criação de animais   | Mineração de pequena escala |
| Tecelagem                                                | Fabricação de contas | Ferraria                    |
| Fabricação de cestos                                     | Etc.                 |                             |



Os sócios ELATIA têm implementado programas e projetos que apoiam as economias locais das comunidades indígenas com as quais trabalham. Você pode acessar as histórias dos materiais publicados no enlace [www.tebtebba.org](http://www.tebtebba.org) e nos sites dos sócios.

## Sessão III: Temas E Desafios Das Economias Locais Sustentáveis E Bem-Estar

Esta sessão destaca os problemas e desafios que os povos indígenas enfrentam quando praticam suas economias baseadas em ecossistemas. As respostas dos participantes nas Estações 2 e 3 da Sessão II servem como referências na discussão

**Duração da Sessão:** 1 hora e 30 minutos.

**Materiais:** Apresentação em PowerPoint, materiais de atividades.



Prepare uma matriz com as informações fornecidas na tabela abaixo. Pergunte aos participantes que adicionem mais informações durante a discussão.



**Tabela 2 Diferenças Entre Economia Dominante E Economias Indígenas**

|                       | Economia dominante                                    | Economias indígenas                                                      |
|-----------------------|-------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------|
| Interesse             | Promoção individual, interesse próprio.               | Interesse pelo bem-estar da comunidade                                   |
| Recurso               | Acumulação sustentada no capital                      | Uso sustentável de recursos                                              |
| Crescimento           | Crescimento infinito                                  | O recurso é limitado e deve ser regulado                                 |
| Relação com os outros | Competitividade                                       | Reciprocidade                                                            |
| Benefícios            | Maximização do lucro                                  | Co-benefícios, trabalho mútuo, compartilhamento de recursos              |
| Tempo                 | Rentabilidade a curto prazo                           | Cuida dos recursos para utilização da próxima geração                    |
| Consumo               | Super exploração dos recursos naturais e hiperconsumo | Garante que leva apenas o que precisa e não desperdiçar recursos (ayyew) |



Peça aos participantes para compartilhar experiências comunitárias ou regionais sobre como o mercado dominante teve impacto em suas comunidades indígenas. As respostas a esta pergunta podem ser usadas como exemplos nas discussões abaixo. Alguns podem dizer mineração, expansão do cultivo comercial de vegetais ou cultivo de biocombustíveis fizeram com que os povos indígenas fossem realocados ou deslocados e violados.

Você pode optar por prosseguir diretamente para a retroalimentação e discussão ou fazer a outra atividade (abaixo) como alternativa. Assim, em vez de obter muitas retroalimentações, a atividade abaixo é uma opção.



## ATIVIDADE 3

## Economias Dominantes e Economias Indígenas

**Duração:** 25 minutos

**Objetivos da Atividade:** Ao final da atividade, os participantes deverão ser capazes de:

1. Identificar atividades econômicas dominantes/convencionais em sua comunidade/região;
2. Discutir como essas atividades afetam a comunidade/região; e
3. Citar os esforços da comunidade para resolver problemas decorrentes de problemas econômicos identificados

**Materiais:** papel pardo, marcador permanente, fitas adesivas

**Instruções:**

1. Forme grupos com os participantes de acordo com as regiões ou comunidades de origem.
2. Deixe-os discutir as perguntas do guia abaixo para compartilhar seus acordos na discussão plenária:
  - Identifique atividades econômicas dominantes/convencionais na sua comunidade ou região.
  - Como essas atividades estão afetando suas economias tradicionais?
  - O que você/ou sua comunidade indígena está fazendo para resolver os problemas?
  - Os participantes podem responder às perguntas fazendo uma tabela como esta:

| Atividade econômica dominante | Impactos nas economias tradicionais sustentáveis dos povos indígenas | O que os povos indígenas estão fazendo para enfrentar o problema? |
|-------------------------------|----------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|
| Large-scale mining            | Destroyed sacred mountains                                           | Dialogues with the mining company                                 |

## Características do Sistema Econômico Dominante

- A característica determinante do sistema econômico dominante é a incessante busca do crescimento econômico através da produção e do consumo livres e desimpedidos de bens e serviços. Para remover ainda mais os obstáculos para economia de mercado do capitalismo global foram prescritos para a maioria dos países maior liberalização, desregulamentação e privatização. A seguir indicamos breves descrições dos desafios que as economias sustentáveis tradicionais estão enfrentando:
  - » **Dupla penalização.** Devido a que as economias indígenas sustentáveis são baseadas em ecossistemas e que, na maioria das vezes, a economia dominante relega aos países em desenvolvimento a sua fonte de matérias-primas, os povos indígenas perdem suas fontes de subsistência e as bases de sua identidade.
  - » **Amplia as diferenças entre gêneros.** A divisão internacional e sexual do trabalho, que relega a mulher à esfera reprodutiva ou a cuidar a economia e às economias de subsistência, tornaram a produção mais eficiente.
  - » **Ação deliberada para minar essas economias.** A economia dominante representada pelo Estado, corporações transnacionais e outras instituições como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, o OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico), e a Organização Mundial do Comércio ajudou a promover políticas neoliberais que minam as economias tradicionais. De fato, muitos povos indígenas são sendo criminalizados em alguns estados por praticar seus meios de subsistência tradicionais.<sup>28</sup>
  - » **Movimento indígena forte, implementação fraca.** As Nações Unidas, com as quais nos envolvemos ativamente e com as quais estamos gratos porque finalmente adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos da Povos Indígenas, de forma geral, ainda é fraco, especialmente em termos de fazer que seus membros cumpram suas obrigações com o direito internacional dos direitos humanos e direito ambiental.
  - » **Fragmentação e desarticulação entre os movimentos sociais, dentro das ONGs, e até mesmo dentro dos órgãos de governo e organizações intergovernamentais.** Não há muita coordenação e trabalho em conjunto entre povos e movimentos sociais no âmbito nacional e global. Tanto os governos como as organizações intergovernamentais estão preocupados, os órgãos que lidam com direitos humanos e questões ambientais também não estão coordenando seus esforços e programas. As agências mais poderosas e mais bem financiadas dos governos são os que promovem a liberalização do investimento e programas e projetos extrativistas. Pessoas envolvidas com direitos humanos e as questões ambientais são fracas e subfinanciadas, para dizer o mínimo.

- **Inúmeras lutas de resistência foram travadas e continuam sendo travadas por nossos ancestrais, por nós e pelas gerações atuais.** A maioria das nossas lutas são principalmente contra as tentativas sistemáticas dos estados e corporações de expropriar nossas terras para seus projetos de desenvolvimento e investimentos e seus esforços para extrair recursos naturais. Isso inclui as lutas por nossos direitos sobre nossas terras, territórios e recursos naturais, campanhas em torno da soberania alimentar e contra os alimentos e sementes geneticamente modificados, hidrelétricas e mineração, extração de madeira e plantações de monocultura, bem como campanhas contra o militarismo.
- Os desafios que enfrentamos são ainda maiores nestes tempos porque as últimas fronteiras onde se encontram os recursos naturais mais cobiçados estão em nossos territórios. Ainda que tenhamos conseguido algumas conquistas como a UNDRIP que se soma aos nossos instrumentos de resistência e reconstrução, há muitas tentativas dos Estados e corporações a desconsiderar ou cooptar essas conquistas. Um exemplo clássico, que já foi vivenciado por povos indígenas em várias partes do mundo, é a forma como os Estados e as corporações distorcem a interpretação e implementação do direito ao consentimento livre, prévio e informado.



Você pode citar os estudos de caso do Equador e da Bolívia (ver Anexo 2).

- O grande desequilíbrio de poder entre nós e os estados-nação e corporações é uma realidade com a qual temos de lidar. Um país desenvolvido ou emergente, que queira ter acesso aos recursos encontrados em nossos territórios, achará isso fácil. A maioria dos governos de nossos países já adotaram leis que enfraqueceram sua capacidade de regular o mercado, liberalizaram as leis de investimento para dar maior propriedade e controle às empresas estrangeiras e privatizaram instituições estatais que prestavam serviços sociais.
- Não há dúvida de que o neoliberalismo facilitou a invasão do Estado e dos interesses corporativos em nossos territórios. Isso se reflete no aumento dos investimentos em mineração, plantações de agronegócios, extração de petróleo e gás, extração de madeira, etc. em nossas comunidades. Leis liberalizadas superaram as leis de direitos dos povos indígenas onde elas existem. Em países onde não há leis de direitos dos povos indígenas, as possibilidades de conseguir tais legislações são cada vez menores.



Após o período de retroalimentação, pergunte aos participantes como eles se sentem sobre esta sessão. Depois que eles compartilharem suas opiniões, encerre a sessão com a citação seguinte:

*Em geral não podemos nos dar ao luxo de ser pessimistas e nos tornar profetas do juízo final. Temos que reconhecer e usar as conquistas que alcançamos em mais de 500 anos de luta contra o colonialismo e o neocolonialismo. O fato de muitos de nós ainda continuarmos a habitar nossos territórios e*

*ecossistemas tradicionais se deve às nossas lutas de resistência. O fato de ainda mantermos e praticarmos alguns de nossos sistemas e culturas sócio-políticas indígenas, bem como mantermos vários de nossos sistemas econômicos e de subsistência, são assuntos dignos de comemoração.*

*(Victoria Tauli-Corpuz, 2010)*

## Sessão IV: Aproveitamento Das Nossas Conquistas

Na sessão de pre-visão, os participantes conheceram os desafios que os Povos Indígenas enfrentam para continuar com suas economias tradicionais sustentáveis. Eles também aprenderam que, apesar desses desafios, as economias tradicionais continuam a florescer porque são capazes de se adaptar a eles. Então, enquanto esses desafios são reconhecidos, não seria certo se desesperar porque os povos indígenas não estão aceitando os desafios de braços cruzados.

Esta sessão destaca as conquistas que o movimento dos povos indígenas alcançou em sua luta contra o colonialismo e o neocolonialismo.



Esta sessão pode ser carregada com entrada, então você pode precisar ter quebra-gelos prontos, apenas por precaução. Você também pode pedir a um dos participantes para facilitar uma atividade estimulante antes da sessão.

**Duração da Sessão:** 1 hora e 30 minutos

**Materiais:** Apresentação em PowerPoint



### Reconhecimento e fortalecimento do papel dos Povos Indígenas e suas comunidades

- 26.3.a. Estabelecimento de um processo para capacitar os povos indígenas e suas comunidades por meio de medidas que incluem:
  - » Adoção ou fortalecimento de políticas e/ou instrumentos jurídicos adequados em nível nacional;
  - » Reconhecimento de que as terras dos Povos Indígenas e suas comunidades devem ser protegidas de atividades que não sejam ambientalmente adequadas ou que os povos indígenas afetados considerem social e culturalmente inadequadas;
  - » Reconhecimento dos seus valores, conhecimentos tradicionais e práticas de gestão de recursos com vista à promoção de um desenvolvimento sustentável e amigável ao ambiente;

- » Reconhecimento de que a dependência tradicional e direta de recursos renováveis e ecossistemas, incluindo a exploração sustentável, continua sendo essencial para o bem-estar cultural, econômico e físico dos povos indígenas e suas comunidades (Agenda 21, Capítulo 26).
- Considerar a ratificação e aplicação das convenções internacionais existentes relevantes para os povos indígenas e suas comunidades (onde isso ainda não foi feito) e apoiar a adoção pela Assembleia Geral de uma declaração sobre os direitos indígenas;
- Adotar ou reforçar políticas apropriadas e/ou instrumentos legais que protejam a propriedade intelectual e cultural indígena e o direito de preservar sistemas e práticas consuetudinárias e administrativas” (Agenda 21, parágrafo 26.4 sob o título “Atividades”).
- Os Povos Indígenas do mundo inteiro têm se organizado desde o nível comunitário até o nível nacional e internacional para articular como eles veem o desenvolvimento distorcido perseguido pelos Estados. Houve um tempo na história em que o desenvolvimento era igualado apenas ao poder econômico. Então os governos perceberam que o desenvolvimento humano, que inclui saúde, educação e segurança, também são indicadores vitais de desenvolvimento. Nesta linha, o movimento dos povos indígenas tem sido lentamente reconhecido em diferentes fóruns.
- Algumas das “conquistas” significativas no reconhecimento das economias tradicionais dos Povos Indígenas são as seguintes:
  - » A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP). Foi adotada em 13 de setembro de 2007, quinze anos após a Agenda 21 e 25 anos de trabalho dos povos indígenas com especialistas e Estados.
  - » A UNDRIP vem sendo lentamente reconhecida como direito consuetudinário internacional, pois várias decisões do Supremo Tribunal de alguns Estados, dos Organismos de Tratados da ONU e de outras organizações intergovernamentais, como a Corte Interamericana de Direitos Humanos, a invocaram nas sentenças proferidas contra favor dos povos indígenas.<sup>29</sup>
  - » Na primeira década do século 21, também foram criados vários órgãos e procedimentos dentro da ONU que tratam dos direitos e questões dos povos indígenas. São o Fórum Permanente da ONU sobre Questões Indígenas, o Relator Especial da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas e o Mecanismo Especializado em Direitos dos Povos Indígenas. A visibilidade e a participação dos povos indígenas nas sessões da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) aumentaram consideravelmente.
  - » Pouco a pouco, os povos indígenas estão aprendendo a usar os órgãos

referidos nos tratados da ONU e vários mecanismos de reclamação de outros órgãos intergovernamentais para apresentar suas queixas contra plantações de dendezeiros, empresas de mineração, petróleo e gás e grandes corporações, projetos de infraestrutura como megabarragens hidrelétricas.

- » Apesar disso, a aplicação da UNDRIP e da Convenção 169 da OIT, bem como de todos os instrumentos de direitos humanos, é fundamental se quisermos garantir a sobrevivência de nossas economias tradicionais e sustentáveis. Da mesma forma, não podemos desistir de nossos esforços para pressionar os Estados a cumprirem suas obrigações sob as convenções ambientais legais, como as acordadas no Rio em 1992: a CDB, a UNFCCC e a Convenção das Nações Unidas sobre Desertificação.



Ao falar sobre esses órgãos da ONU, deve-se referir àqueles que já foram discutidos em sessões anteriores, como a CDB e a UNFCCC.

Além das conquistas em nível internacional, também há histórias reais de como os povos indígenas se movem em nível de base para definir o tipo de desenvolvimento que desejam buscar. Algumas dessas histórias estão listadas no Anexo 1.

Resuma o módulo revisando o que os participantes discutiram na Sessão I. Enfatize o seguinte:



### **Pontos-chave:**

- As perspectivas de bem-estar dos Povos Indígenas são muitas vezes consideradas atrasadas e obsoletas. Por isso, muitas vezes são discriminados ou mesmo criminalizados.
- As economias locais sustentáveis continuam existindo apesar de todos os obstáculos porque são adaptativas e baseadas nos valores e ecossistemas dos povos indígenas.
- As economias locais, meios de subsistência e inovações dos Povos Indígenas, embora totalmente discriminados e não reconhecidos pelos Estados e pela economia dominante, contribuíram muito para o desenvolvimento sustentável.
- As economias locais sustentáveis são o caminho para o verdadeiro desenvolvimento sustentável. Mas isso não pode acontecer sem que movimentos indígenas mais fortes se fortaleçam e colaborem, em parceria com todos os outros setores.
- Muitos mecanismos internacionais reconhecem cada vez mais a contribuição dos povos indígenas para o desenvolvimento sustentável.



Termine o módulo compartilhando esta citação do livro escrito por Victoria Tauli-Corpuz (2008):

*O desenvolvimento autodeterminado para os Povos Indígenas não é uma grande alternativa paradigmática genérica ao desenvolvimento convencional. É simplesmente parte de nossa afirmação de nosso direito à autodeterminação e de permanecer como culturas e comunidades diversas e distintas. Ele coleta a essência de nossas lutas desde a colonização para definir nosso próprio desenvolvimento, no enquadramento dos nossos direitos inerentes e de acordo com a relação que mantemos com a natureza. É nossa tentativa de proteger o que resta dos nossos sistemas e valores culturais, econômicos e políticos indígenas que queremos manter.*

*Esses valores incluem equidade, reciprocidade, solidariedade, harmonia entre nós e a natureza, comunidade e conservação da riqueza natural para a sétima geração, entre outros. Nossos sistemas indígenas -ou partes deles- e nossos modos de vida tradicionais continuam existindo porque resistimos ativa ou passivamente ao desenvolvimento, à modernidade e à violação de nossos direitos humanos. Adaptamo-nos às mudanças que vêm ocorrendo em nossas comunidades e acomodamos alguns aspectos da modernidade. Mas isso não significa que abandonamos totalmente nossos sistemas, visões de mundo e valores. Algumas de nossas perspectivas e valores ressoam com a essência da abordagem de desenvolvimento baseada em direitos humanos (HRBD) e a abordagem de ecossistema. Portanto, somos a favor do uso dessas estruturas para promover o desenvolvimento autodeterminado.*

## Referências:

Lasimbang, J. (2008). Indigenous Peoples and local economic development, (5). Chiang Mai: AIPP. Retrieved March 27, 2014, from <http://pro169.org/res/materials/en/development/IPs%20and%20Local%20Economic%20Development.pdf>.

Tauli-Corpuz, V. (n.d.). Persistence of Indigenous Peoples' traditional local economies and livelihoods: A key achievement for sustainable development.

Tauli-Corpuz, V. (2008). The concept of Indigenous Peoples' self-determined development or development with identity and culture: Challenges and trajectories. Baguio City, Philippines: Tebtebba. Unesco: Paris. Retrieved March 27, 2014, from <http://portal.unesco.org/culture/en/files/37745/12197591975>.

Concept\_paper\_Indigenous\_Peoples\_Development\_with\_Identity.pdf

Concept%2Bpaper%2BIndigenous%2BPeoples%2B%2BDevelopment%2Bwith%2BIdentity.pdf

## **Anexo 1: Histórias de desenvolvimento sustentável autodeterminado dos Povos Indígenas.**

### **1. O Movimento de Empoderamento Pancur Kasih**

O Movimento de Empoderamento Pancur Kasih, também conhecido como Gerakan Pemberdayaan Pancur Kasih (GPPK), surgiu a partir das lutas do povo Dayak, que sofria discriminação e empobrecimento social, econômico e cultural. Tudo começou com reflexões e discussões entre os jovens Dayak na década de 1970. Eles estavam motivados a remover o estigma do Dayak como uma sociedade dependente e atrasada, então eles se concentraram na educação crítica, empoderamento econômico e pesquisas e estudos culturais como os principais programas.<sup>30</sup>

Os primeiros membros do movimento Pancur Kasih reconheceram a necessidade dos jovens Dayak irem à escola para ajudar a si mesmos e a suas famílias, mas enfrentaram muitos problemas em termos de distância geográfica e discriminação cultural. Isso encorajou ainda mais os primeiros membros do Pancur Kasih a criar suas próprias escolas.

Eles criaram sua primeira escola em 1981, em seguida um instituto em 1984. A escola foi a primeira grande conquista. Depois disso, eles também perceberam a necessidade de revitalizar os valores e a cultura Dayak, que eram discriminados tanto no sistema educacional quanto no político.

Atualmente, além da educação crítica, o movimento Pancur Kasih realiza programas de pesquisa e estudo cultural, defesa e litígios dos recursos naturais, administração e proteção de florestas comunitárias, rádio e televisão comunitária e participação na política estadual. Também criou a Cooperativa de Crédito Pancur Kasih (PKCU), que tem sido fundamental para atender às necessidades sociais e rituais espirituais de seus membros.

A PKCU também facilitou a criação e o desenvolvimento de pelo menos 63 cooperativas de crédito em Kalimantan e outras províncias da Indonésia, atendendo atualmente a pelo menos 400.000 membros.

Duas décadas de movimento cooperativo de crédito em Kalimantan mudaram significativamente a forma como os Dayak se veem, provando que o desenvolvimento independente é possível. Por meio das cooperativas de crédito, eles vivenciam o processo de desenvolvimento que pode empoderá-los e libertá-los da desesperança sem prejudicar sua cultura e identidade como povos indígenas. Uma cooperativa de crédito que defende fielmente os princípios acima e é baseada em uma fundação inspirada na filosofia Dayak a qual reflete fundamentalmente o desenvolvimento social, econômico e cultural único. Ao combinar valores culturais e filosóficos Dayak com sistemas de gestão financeira, o modelo de cooperativa de crédito GPPK tornou-se um meio econômico e cultural capaz de capacitar e libertar ao povo Dayak e outras comunidades marginalizadas dentro de seu contexto, bem como universalmente, pois pode ser facilmente adotado em outro lugar.<sup>31</sup>

## 2. 2. Conhecimento, arte e mulheres indígenas<sup>32</sup>

Esta é uma síntese dos desafios enfrentados pelas mulheres Yanesha e suas experiências na recuperação de parte da identidade de seu povo. Hoje, os Yanesha estão perdendo um enorme legado de conhecimento e sabedoria em um ritmo cada vez maior.

Existem comunidades Yanesha no distrito de Palcazu, Oxapampa, Pasco, que lutam para superar as adversidades e recuperar sua identidade e a memória de seu povo. Organizam-se como associações indígenas comprometidas com a luta pela recuperação de suas práticas tradicionais.

Nesse avanço contra a corrente, as mulheres são as principais protagonistas. Herdeiras e guardiãs de sua cultura que, a cada árvore plantada, cada variedade de algodão recuperada, cada pedaço de tecido tingido, cortado, costurado, remendado e decorado, vêm reinventando e resgatando sua identidade.



Você pode obter mais informações em <http://www.chirapaq.org.pe/nuestra-palabra/cuadernos-para-la-informacion/knowledge-art-and-indigenous-women>.

## Anexo 2: Histórias da Bolívia e do Equador

Vale a pena investigar como os governos de Morales e Correa estão fortalecendo as economias e os meios de subsistência tradicionais dos povos indígenas no âmbito do bem viver e do sumak kawsay. Estamos vendo algumas inconsistências em torno disso. Alguns povos indígenas da Bolívia estão vigilantes para que Morales cumpra seus pronunciamentos, no que diz respeito ao respeito aos direitos dos povos indígenas e aos direitos da Mãe Terra. A longa marcha de 65 dias no final de 2011 dos povos indígenas Yucaré, Moxeño e Chimán, juntamente com outros indígenas amazônicos e andinos, para impedir que Morales construísse uma estrada através de seu território localizado no TIPNIS (Território Indígena e Isiboro Nacional Park Sécure) demonstrou esta vigilância. Parece que nenhum processo foi realizado para obter seu consentimento livre, prévio e informado.

O mais irônico desse projeto da rodovia Cochabamba-Beni é que na verdade faz parte da IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana). Este foi um dos projetos mais difamados e repetidamente denunciados pela Via Campesina e outros movimentos na América do Sul como um projeto que promove o neoliberalismo. O segundo trecho desse projeto, uma rodovia de 306 quilômetros que corta o TIPNIS, será financiada com um empréstimo de cerca de 45 milhões de dólares do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil (BNDES). Isso ajudará a ligar o Brasil ao Oceano Pacífico, permitindo uma exportação mais barata e rápida de produtos brasileiros, como a soja, para a Ásia (Hines 2011). Isso também facilitará a comercialização da folha de coca produzida nas fazendas comerciais de monocultura do Chapare, a base política de Morales (Canessa 2012).



# SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Esta sessão reúne as lições das diferentes sessões e resume todo o Curso IPSSDD.

**Duração da sessão:** 30 minutos



## ATIVIDADE

### Estou Conectado a Tudo

**Duração:** 30 minutos

**Objetivos da Atividade:** No final da atividade, os participantes deverão ser capazes de:

1. Identificar elementos encontrados em seus ecossistemas;
2. Explique como cada elemento está conectado entre si;
3. Discuta como essas conexões afetam os elementos identificados; e
4. Relacionar a atividade com IPSSDD.

**Materiais:** fio (pelo menos 100 metros), metacartões (metacards), canetas pentel, fitas adesivas

### Instruções:

1. Forme dois grupos com os participantes. O primeiro grupo será composto por pelo menos  $\frac{1}{4}$  do total de participantes. O segundo grupo será composto pelos restantes  $\frac{3}{4}$ .
2. O primeiro grupo, Grupo A, pensará nas ocupações tradicionais que exercem em suas comunidades. Cada pessoa representará uma ocupação. Deixe-os escrever sua ocupação em um meta cartão e afixá-lo em seu peito para que outros vejam.
3. O segundo grupo, Grupo B, pensará em qualquer coisa que possa ser vista em

seu ecossistema (como um cervo, uma pedra, um mineral, um pássaro ou uma árvore, etc.). Cada pessoa representará uma coisa/elemento. Deixe-os escrever seu elemento em um metacartão e colocá-lo em seu peito para que outros vejam.

4. Deixe uma pessoa do Grupo A se identificar (ou sua ocupação tradicional).
5. Em seguida, ele escolhe do Grupo B pelo menos três elementos com os quais está conectado. Ele/Ela explica como está conectado com os elementos. (Por exemplo, ele/ela diz: eu sou ferreiro. Estou ligado à árvore porque preciso de carvão quando faço meu trabalho. Carvão é de árvore. Quando eu fabrico um facão ou uma faca também a usamos para cortar árvores. Também estou conectado com a água porque não posso fazer meu trabalho sem a água. Por último, estou conectado com o solo. A matéria-prima que uso na ferraria vem de baixo da terra.)
6. Enquanto conta como ele /ela está conectado/a com os elementos, passe o novelo para esses elementos sem soltar a outra ponta.
7. Você também pode permitir que os membros do Grupo B comecem com isso. A ideia é que ao final da atividade todos os elementos e as ocupações tradicionais estejam todos emaranhados/entrelaçados pelo fio. Veja a foto no Anexo 1.
8. Quando todos terminarem a atividade, você pode tentar cortar partes do fio e ver o que acontece.



### Pontos-chave:

- Quando o fio é cortado, percebemos que o elo entre a ocupação humana e a natureza é afetado. De uma perspectiva mais ampla, o bem-estar de uma pessoa está conectado aos diferentes elementos de seus ecossistemas, que também estão interconectados. Um dano causado a um elemento prejudica todo o sistema, o que pode afetar o bem-estar da pessoa.
- O IPSSDD é mais possível quando todos os seus elementos estão presentes. Todos os princípios, abordagens, estruturas, decisões relevantes da ONU, planos de ação, movimentos de povos indígenas, etc. eles estão todos em sintonia de uma forma ou de outra para lidar com as crises globais e estão interconectadas com as crises que os povos indígenas enfrentam diariamente. No entanto, um deles pode se tornar irrelevante e prejudicial nessa rede se for contra o princípio básico dos direitos humanos e dos povos indígenas.
- Indígenas, jovens, idosos e demais interessados fazem parte de um emaranhado importante e a exclusão de um deles é um retrocesso no IPSSDD.

## Anexo 1: Interconexão FOTO



## QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Nome (opcional): \_\_\_\_\_ Pontuação: \_\_\_\_\_

Instruções: Circule a letra de sua resposta.

### Módulo 1: Compreender a mudança global contemporânea e as múltiplas crises dos Povos Indígenas

1. Os povos indígenas estão passando por crises globais causadas por:
  - a. Falta de oportunidade econômica
  - b. Falta de espaços políticos de participação
  - c. Falta de reconhecimento dos direitos dos Povos Indígenas
  - d. Todas as anteriores
  
2. Os Povos Indígenas são os mais vulneráveis ante as múltiplas crises globais, como mudança climática, pobreza e fome.
  - a. Verdadeiro
  - b. Falso
  - c. Incerto
  - d. Sem resposta
  
3. Um ator político refere-se ao seguinte, exceto um, que é:
  - a. Alguém que faz algo para influenciar a tomada de decisões políticas
  - b. Alguém que reivindica o direito de participar
  - c. Alguém que faz trabalhos importantes para o seu interesse e de poucos
  - d. Alguém que contribui para enfrentar os desafios

- 
4. São consideradas esferas políticas em que a tomada de decisão é realizada em diferentes níveis de governo, espaço geográfico, língua e cultura política, exceto um, que é:
- a. Parlamento
  - b. Assembleia Geral da ONU
  - c. Tribunal Supremo
  - d. Cinema
5. Uma vez que a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas já foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, os Povos Indígenas não precisam participar dos diferentes âmbitos políticos.
- a. verdadeiro
  - b. Falso
  - c. Incerto
  - d. Sem resposta

**Módulo 2: A abordagem baseada em direitos humanos (HRBA)**

1. Uma característica dos direitos humanos que significa que os direitos humanos são os mesmos para todos os seres humanos, independentemente de seu sexo, idade, raça, condição social, origem e nascem iguais em liberdade, dignidade e direitos é:
  - a. inalienável
  - b. indivisível
  - c. universal
  - d. inerente
  
2. O titular do dever que tem a obrigação de respeitar, proteger e cumprir é:
  - a. O estado
  - b. população nativa
  - c. Igreja
  - d. Academia
  
3. Este importante documento elaborado e negociado pelos Povos Indígenas e adotado pela Assembleia Geral da ONU em 2007 é:
  - a. Declaração universal dos direitos humanos
  - b. Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas
  - c. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial
  - d. Convenção 169 da OIT
  
4. Os direitos dos Povos Indígenas não são direitos especiais, mas sim os mesmos direitos humanos que se aplicam a todos, mas diferentes e diferenciados para levar em conta o contexto, a história e os valores dos Povos Indígenas.
  - a. verdadeiro
  - b. Falso
  - c. Incerto
  - d. Sem resposta

5. Os órgãos que podem emitir recomendações e decisões que podem auxiliar os Povos Indígenas na defesa do respeito, proteção e cumprimento de seus direitos são:
- a. Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas
  - b. Relator Especial das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas
  - c. Mecanismo Especializado em Direitos dos Povos Indígenas
  - d. Órgãos de tratados de direitos humanos

**Módulo 3: Integração das mulheres indígenas e seus direitos humanos nas IPSSDD**

1. A declaração internacional dos direitos das mulheres adotada pela Assembleia Geral da ONU em 18 de dezembro de 1979 é a:
  - a. Convenção dos direitos da criança
  - b. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher
  - c. Convenção contra a Discriminação Racial
  - d. Convenção Contra a Tortura
2. Muitas mulheres indígenas não possuem documentos de identificação e isso afeta suas possibilidades de serem beneficiárias de serviços públicos, de adquirir bens ou de ter acesso a empréstimos financeiros.
  - a. verdadeiro
  - b. Falso
  - c. Incerto
  - d. Sem resposta
3. O órgão internacional de especialistas que monitora a implementação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher é:
  - a. Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial
  - b. Relatora Especial das Nações Unidas sobre violência contra a mulher, suas causas e consequências
  - c. Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres
  - d. Mecanismo Especializado em Direitos dos Povos Indígenas
4. Existem muitas recomendações sobre mulheres indígenas adotadas pelo Comitê da CEDAW.
  - a. verdadeiro
  - b. Falso
  - c. Incerto
  - d. Sem resposta

5. A integração das mulheres indígenas nas IPSSDD é possível através das seguintes ações coletivas, exceto uma, que é:

- a. Formulação e implementação de políticas ou protocolos de igualdade de gênero
- b. Educação para conscientizar sobre os direitos humanos das mulheres indígenas
- c. Continuação das práticas patriarcais habituais
- d. Diálogo aberto entre mulheres, idosos e instituições tradicionais do governo

**Módulo 4: Abordagem baseada no conhecimento e abordagem intercultural**

1. O padrão compartilhado de comportamentos e interações, construções cognitivas e compreensão afetiva que são aprendidas por meio de um processo de socialização é:
  - a. conhecimento indígena
  - b. Tradição
  - c. Cultura
  - d. Diversidade cultural
  
2. A cultura dos Povos Indígenas inclui elementos tangíveis e intangíveis, como:
  - a. valores e moral
  - b. música e danças
  - c. artesanato e arte
  - d. tudo o que precede
  
3. A seguir, quais são os desafios na proteção e promoção do conhecimento tradicional dos Povos Indígenas, exceto um, que é:
  - a. Migração e urbanização
  - b. Acesso e uso de tecnologias modernas
  - c. Políticas e leis para a proteção do conhecimento tradicional dos povos indígenas
  - d. A má educação causada pelo currículo ocidentalizado
  
4. Os seguintes são instrumentos e processos internacionais relevantes no reconhecimento do conhecimento indígena, exceto um, que é:
  - a. Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP)
  - b. Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (UNCBD)
  - c. tratados militares
  - d. Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC)

5. Compreender, apreciar e respeitar as diferenças culturais é um/uma

- a. abordagem intercultural
- b. abordagem de diversidade
- c. abordagem intracultural
- d. foco da cultura

## **Módulo 5: Abordagem dos Sistemas de Gestão Territorial dos Povos Indígenas no IPSSDD**

1. Os sistemas de gestão territorial dos Povos Indígenas são exemplos perfeitos e modelos comprovados de:
  - a. Abordagem baseada em direitos humanos
  - b. abordagem de ecossistema
  - c. abordagem integrada
  - d. abordagem intercultural
  
2. Os sistemas de gestão territorial dos Povos Indígenas são regidos por leis, valores, práticas e mecanismos consuetudinários que regulam a distribuição de benefícios, a proteção e têm definido vários usos da terra e a conservação da biodiversidade dentro de seus domínios ancestrais. terrestre, costeiro ou marinho.
  - a. verdadeiro
  - b. Falso
  - c. Incerto
  - d. Sem resposta
  
3. Representar graficamente com quem e com quais instituições uma comunidade tem mais, menos ou nenhuma ligação para apoio como o fortalecimento dos sistemas de gestão territorial dos Povos Indígenas e que é parte importante do planejamento é
  - a. abordagem de ecossistema
  - b. abordagem intercultural
  - c. Mapeamento de partes interessadas
  - d. Sistemas de informação da comunidade

4. A Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica exorta os Estados a respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas de comunidades indígenas e locais que incorporam estilos de vida tradicionais relevantes para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica, conforme especificamente previsto no
- a. Artigo 10(c)
  - b. artigo 3
  - c. Artigo 8, letra j)
  - d. Artigo 8, letra b)
5. A plataforma para comunidades locais e Povos Indígenas, cujo objetivo é trocar experiências e compartilhar boas práticas de mitigação e adaptação de forma holística e integrada, é estabelecida através dos seguintes mecanismos
- a. Rio +21
  - b. Acordo de Copenhague
  - c. Acordo de Cancún
  - d. Acordo de Paris

## **Módulo 6: Economias locais sustentáveis e bem-estar dos povos indígenas**

1. A seguir estão os princípios que regem as economias tradicionais dos Povos Indígenas, exceto um, que é:
  - a. Pratique os valores indígenas
  - b. Orientação para Lucro
  - c. Valores reciprocidade e responsabilidade social
  - d. Uso sustentável e gestão de recursos
  
2. Economias locais sustentáveis são definidas como
  - a. Meios de subsistência indígenas caracterizados por uma diversidade de atividades econômicas de pequena escala, juntamente com a regulamentação de territórios, terras e recursos.
  - b. Os produtos são principalmente para subsistência e o excedente é vendido nos mercados locais.
  - c. Os produtos são trocados por outros bens, o que é comumente conhecido como sistema de escambo.
  - d. Todas as anteriores.
  
3. Os seguintes são exemplos de economias locais sustentáveis, exceto um, que é:
  - a. Pastagem e pecuária
  - b. cestaria
  - c. mineração em larga escala
  - d. marcenaria/carpintaria

4. As economias dominantes em comparação com as economias locais sustentáveis dos povos indígenas têm as seguintes características, exceto uma, que é.
- a. Promova a competitividade no mercado
  - b. Lucro orientado
  - c. Promove o uso sustentável dos recursos
  - d. Promove a superexploração dos recursos naturais
5. As conquistas dos Povos Indígenas em sua luta contra a economia colonial e neocolonial incluem:
- a. Estabelecimento de um processo para empoderar os Povos Indígenas e suas comunidades
  - b. O estabelecimento de órgãos e procedimentos dentro do sistema das Nações Unidas que lidam com os direitos e questões dos Povos Indígenas.
  - c. Adoção UNDRIP
  - d. Todas as anteriores.

## ELATIA Instituto de Formação de Povos Indígenas

### Avaliação de Necessidades de Treinamento

#### Questionário

**Prezado participante:**

Agradecemos seu interesse em participar de nosso treinamento sobre Desenvolvimento Sustentável Autodeterminado dos Povos Indígenas (IPSSDD). Este TNA está sendo administrado para ajudar nossa equipe de treinamento a se preparar melhor e determinar metodologias mais apropriadas que possam tornar o treinamento mais benéfico para ambas as partes.

Obrigado.

#### I. Perfil pessoal

|                                               |  |
|-----------------------------------------------|--|
| Nome (no passaporte)                          |  |
| Sexo                                          |  |
| Idade                                         |  |
| Etnia                                         |  |
| Nível educacional mais alto                   |  |
| Informações de contato                        |  |
| Endereço de e-mail                            |  |
| Número de telefone                            |  |
| Organização                                   |  |
| Endereço da organização                       |  |
| Cargo na organização                          |  |
| Responsabilidades na organização              |  |
| Tempo de Serviço (anos, meses) na Organização |  |

## II. Treinamentos

Por favor, indique os treinamentos que você participou nos últimos três anos

| Título do treinamento | Organizador data, local |
|-----------------------|-------------------------|
|                       |                         |
|                       |                         |
|                       |                         |
|                       |                         |

## III . Nível de Conhecimento em IPSSDD.

**Instrução:** Por favor, avalie o nível de seu conhecimento sobre os itens a seguir com base na escala abaixo e responda às perguntas nas próximas duas colunas.

| Pontuação | Descrição       |
|-----------|-----------------|
| 5         | Excelente       |
| 4         | Acima da média  |
| 3         | Médio           |
| 2         | Abaixo da média |
| 1         | Muito baixo     |

|                                                                                                                               | O nível do seu conhecimento | O que você sabe sobre o tema? | O que você precisa saber mais sobre o tema? |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|-------------------------------|---------------------------------------------|
| Mudanças e desafios que os povos indígenas, incluindo mulheres e crianças, estão enfrentando em suas comunidades              |                             |                               |                                             |
| Inter-relações dos desafios políticos, econômicos, socioculturais e ambientais                                                |                             |                               |                                             |
| Discriminação histórica dos povos indígenas                                                                                   |                             |                               |                                             |
| Povos indígenas, incluindo mulheres indígenas como atores políticos                                                           |                             |                               |                                             |
| Âmbitos políticos em nível internacional                                                                                      |                             |                               |                                             |
| Direitos humanos e suas características                                                                                       |                             |                               |                                             |
| Direitos humanos e as obrigações dos Estados                                                                                  |                             |                               |                                             |
| Direitos humanos dos povos indígenas                                                                                          |                             |                               |                                             |
| Abordagem do desenvolvimento baseada em direitos humanos                                                                      |                             |                               |                                             |
| Ferramentas e mecanismos de direitos humanos                                                                                  |                             |                               |                                             |
| Situação das mulheres e meninas indígenas                                                                                     |                             |                               |                                             |
| Princípios e artigos fundamentais da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) |                             |                               |                                             |
| Organismos e mecanismos da ONU e do governo que promovem os direitos das mulheres indígenas                                   |                             |                               |                                             |
| Promoção e iniciativas para a promoção dos direitos das mulheres indígenas a nível local e internacional                      |                             |                               |                                             |
| Abordagens para o desenvolvimento sustentável para a integração das mulheres indígenas e seus direitos humanos                |                             |                               |                                             |
| Conceitos de cultura, diversidade cultural, práticas e conhecimento dos povos indígenas.                                      |                             |                               |                                             |
| Alcance e valor dos conhecimentos e práticas dos povos indígenas.                                                             |                             |                               |                                             |
| Status e tendências dos conhecimentos e práticas dos povos indígenas                                                          |                             |                               |                                             |
| Instrumentos internacionais para o reconhecimento e proteção dos conhecimentos e práticas dos povos indígenas                 |                             |                               |                                             |
| Desafios e iniciativas para a proteção dos conhecimentos e práticas dos povos indígenas                                       |                             |                               |                                             |
| Abordagem da gestão territorial dos Povos Indígenas                                                                           |                             |                               |                                             |
| Abordagem de ecossistemas                                                                                                     |                             |                               |                                             |
| Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (UNCBD)                                                               |                             |                               |                                             |
| Convenção sobre o marco do cambio climáticos das Nações Unidas (UNFCCC)                                                       |                             |                               |                                             |
| Artigo 8j da CDB da ONU                                                                                                       |                             |                               |                                             |

|                                                                    |  |  |  |
|--------------------------------------------------------------------|--|--|--|
| Perspectivas dos povos indígenas sobre o bem-estar                 |  |  |  |
| Princípios das economias tradicionais                              |  |  |  |
| Economias locais sustentáveis dos povos indígenas                  |  |  |  |
| Desafios para as economias locais sustentáveis dos povos indígenas |  |  |  |
| Desafios para o bem-estar dos Povos Indígenas                      |  |  |  |

1. Além dos tópicos antes relacionados que outras coisas você quer aprender com o treinamento?
2. Quais metodologias de treinamento ajudariam você a maximizar seu aprendizado?
3. Você tem outras preocupações sobre o treinamento que você acha que a equipe de treinamento deveria saber?
4. Quais são suas expectativas para este treinamento?

## Respostas para pré-testes

### Módulo 1: Compreender a mudança global contemporânea e as múltiplas crises dos Povos Indígenas

1. Os povos indígenas estão passando por crises globais causadas por **d. Todo o interior**
2. Os Povos Indígenas são os mais vulneráveis a múltiplas crises globais, como mudança climática, pobreza e fome, mudanças climáticas, pobreza e fome. **a. verdadeiro**
3. Um ator político refere-se ao seguinte, exceto um, que é **c. Alguém que faz trabalhos importantes para o seu interesse e o de alguns poucos.**
4. São consideradas esferas políticas em que a tomada de decisão é realizada em diferentes níveis de governança, espaço geográfico, idioma e cultura política, exceto aquele que é **d. Cinema**
5. Uma vez que a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas já foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, os povos indígenas não precisam participar das diferentes arenas políticas. **b. Falso**

### Módulo 2: A abordagem baseada em direitos humanos (HRBA)

1. Uma característica dos direitos humanos que significa que os direitos humanos são iguais para todos os seres humanos independentemente do seu sexo, idade, raça, condição social, origem e nascem iguais em liberdade, dignidade e direitos é **c. Universal**
2. O titular do dever que tem a obrigação de respeitar, proteger e cumprir é: **a. Estado**
3. Os Povos Indígenas redigiram e negociaram este importante documento que inclui seus direitos e que foi aprovado pela Assembleia Geral da ONU em 2007. **b. Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**
4. Os direitos dos Povos Indígenas não são direitos especiais, mas sim os mesmos direitos humanos que se aplicam a todos, mas são diferentes e diferenciados para levar em conta o contexto, a história e os valores dos Povos Indígenas. **a. verdadeiro**
5. Os órgãos que podem emitir recomendações e decisões que possam ajudar

os Povos Indígenas a advogar pelo respeito, proteção e cumprimento de seus direitos são **d. Órgãos de tratados de direitos humanos**

### **Módulo 3: Integração das mulheres indígenas e seus direitos humanos nas IPSSDD**

1. A lei internacional dos direitos das mulheres adotada pela Assembleia Geral da ONU em 18 de dezembro de 1979 é **b. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher**
2. Muitas mulheres indígenas não possuem documentos de identificação e isso afeta suas possibilidades de serem beneficiárias de serviços públicos, de adquirir bens ou de ter acesso a empréstimos financeiros. **a. verdadeiro**
3. O órgão especializado internacional que monitora a implementação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher é **c. Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres**
4. Existem muitas recomendações sobre mulheres indígenas adotadas pelo Comitê da CEDAW. **a. verdadeiro**
5. A integração das mulheres indígenas nas IPSSDD é possível através das seguintes ações coletivas, exceto uma que é **c. Continuação das práticas patriarcais habituais**

### **Módulo 4: Abordagem baseada no conhecimento e abordagem intercultural**

1. O padrão compartilhado de comportamentos e interações, construtos cognitivos e compreensão afetiva que são aprendidos por meio de um processo de socialização é **c. Cultura**
2. A cultura dos Povos Indígenas inclui elementos tangíveis e intangíveis como **d. Todas as anteriores**
3. A seguir, são desafios na proteção e promoção do conhecimento tradicional dos Povos Indígenas, exceto um, que é **c. Políticas e leis que protegem o conhecimento tradicional dos Povos Indígenas**

4. Os seguintes são instrumentos e processos internacionais relevantes no reconhecimento do conhecimento indígena, exceto um, que é **c. tratados militares**
5. Compreender, apreciar e respeitar as diferenças culturais é **a.abordagem intercultural**

## **Módulo 5: Abordagem dos Sistemas de Gestão Territorial dos Povos Indígenas nas IPSSDD**

1. Os sistemas de gestão territorial dos Povos Indígenas são o exemplo perfeito e modelos comprovados de **b. Abordagem do ecossistema**
2. Os sistemas de gestão territorial dos Povos Indígenas são regidos por leis, valores, práticas e mecanismos consuetudinários que regem a distribuição de benefícios, a proteção e definiram vários usos da terra e a conservação da biodiversidade em seus domínios ancestrais. terrestre, costeiro e marinho. **a. verdadeiro**
3. Ver com quem e com quais instituições uma comunidade tem mais, tem menos ou não tem nenhum vínculo de apoio para fortalecer os sistemas de gestão territorial dos Povos Indígenas e qual é parte importante do planejamento é **c. Mapeamento de partes interessadas**
4. A Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica insta os Estados a respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas de comunidades indígenas e locais que incorporam estilos de vida tradicionais relevantes para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica, conforme especificamente declarado em **c. Artigo 8(j)**
5. A plataforma para comunidades locais e Povos Indígenas, destinada a compartilhar experiências e boas práticas de mitigação e adaptação de forma holística e integrada, é estabelecida por **d. Acordo de Paris**

## **Módulo 6: Economias locais sustentáveis e bem-estar dos povos indígenas**

1. Os seguintes são os princípios que regem as economias tradicionais dos Povos Indígenas, exceto um, que é **b. orientação para o lucro**
2. Economias locais sustentáveis são definidas como **d. Todas as anteriores**

3. Os seguintes são exemplos de economias locais sustentáveis, exceto uma que é **c. mineração em larga escala**
4. As economias dominantes em comparação com as economias locais sustentáveis dos Povos Indígenas têm as seguintes características, exceto uma que é **c. Promover o uso sustentável dos recursos**
5. As conquistas dos Povos Indígenas em sua luta contra a economia colonial e neocolonial incluem **d. Todas as anteriores**

## NOTAS FINAIS

- 1 UNDP. (2014). Human development report 2014: Sustaining human progress: reducing vulnerabilities and building resilience, p.3. <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr14-report-en-1.pdf>.
- 2 FAO. (2018). Global campaign for the empowerment of indigenous women for zero hunger. <https://www.fao.org/3/CA0875EN/ca0875en.pdf>.
- 3 Tauli-Corpuz, V. (2015, August 6). Report of the Special Rapporteur on the rights of indigenous peoples, Victoria Tauli Corpuz. <https://www.undocs.org/A/HRC/30/41>.
- 4 UN Economic and Social Council. (2012, February 12). Combating violence against indigenous women and girls: article 22 of the United Nations Declaration on the Rights of Indigenous Peoples: Report of the international expert group meeting. <https://asianindigenouswomen.org/index.php/violence-against-indigenous-women/74-combating-violence-against-indigenous-women-and-girls-article-22-of-the-united-nations-declaration-on-the-rights-of-indigenous-peoples/file>.
- 5 Ibid.
- 6 Ibid.
- 7 Ibid.
- 8 Ibid.
- 9 Tauli-Corpuz, V. (2015, August 6). Report of the Special Rapporteur on the rights of indigenous peoples, Victoria Tauli Corpuz. <https://www.undocs.org/A/HRC/30/41>.
- 10 Ibid.
- 11 Ibid.
- 12 FAO. (2018). Global campaign for the empowerment of indigenous women for zero hunger. <http://www.fao.org/3/CA0875EN/ca0875en.pdf>.
- 13 UN Women. (2016, December). Strategy for inclusion and visibility of indigenous women. [https://internationalfund.org/wpcontent/uploads/2017/03/un\\_strategy\\_for\\_inclusion\\_and\\_visibility\\_of\\_indigenous\\_women\\_digital-1.pdf](https://internationalfund.org/wpcontent/uploads/2017/03/un_strategy_for_inclusion_and_visibility_of_indigenous_women_digital-1.pdf).
- 14 Veja o status da ratificação em: <https://legal.un.org/avl/ha/cedaw/cedaw.html>.
- 15 Veja <https://cedaw.iwraw-ap.org/cedaw/cedaw-principles/cedaw-principles-overview/> where the three principles are elaborately discussed.
- 16 Ibid.

- 17 Ibid.
- 18 Caso houver necessidade de aprofundar no tema de relatório, veja o procedimento em: Dictaan-Bang-ao, E. and Tugendhat, H. (2013). Realizing indigenous women's rights: A handbook on the CEDAW. Baguio City: Tebtebba Foundation, p.58-72, uma cópia do livro pode ser lida em: (<https://tebtebba.org/index.php/resources-menu/publications-menu/books/71-realizing-indigenous-women-s-rights-a-handbook-on-the-cedaw>), ou or at IWRAW's guideline provided with this module. You can also refer from <https://cedaw.iwraw-ap.org/for-ngos/>.
- 19 Veja mais informações em: <https://www.unwomen.org/en/about-us/about-un-women>.
- 20 Resumo CEDAW. [https://www.hri.global/files/2010/10/28/Summary\\_CEDAW.doc](https://www.hri.global/files/2010/10/28/Summary_CEDAW.doc).
- 21 UNDRIP version for indigenous adolescents which can be read here at Blackstock, C. (2013) Know your rights!:United Nations Declaration on the Rights of Indigenous Peoples for indigenous adolescents. <https://fncaringsociety.com/sites/default/files/un-adolescents-guide2013.pdf>.
- 22 Tirado de: Dictaan-Bang-ao, E. and Tugendhat, H. (2013). Realizing indigenous women's rights: A handbook on the CEDAW. Baguio City: Tebtebba Foundation.
- 23 Tirado de : Secretariat of the Convention on Biological Diversity. (2009). Connecting biodiversity and climate change mitigation and adaptation: Report of the second Ad Hoc technical expert group on biodiversity and climate change. Montreal, Technical Series No. 41, 126 pages. <https://www.cbd.int/doc/publications/cbd-ts-41-en.pdf>.
- 24 Tirado de: Janishevski, L. (no date). Nature-based solutions for water and agriculture : Guidance under the Convention on Biological Diversity. Quebec, Canada: CBD Secretariat
- 25 Veja mais informações em: [https://www.iwgia.org/iwgia\\_files\\_publications\\_files/0663\\_English.pdf](https://www.iwgia.org/iwgia_files_publications_files/0663_English.pdf).
- 26 Myrna Cunningham Kain propõe o uso de “commonweal,” (bem comum) que vai além de apenas consumir coisas, mas desfrutar da vida social em comunidade com produtores e membros associados .
- 27 Mairin Iwanka Raya, 2008 as cited in Tauli-Corpuz (n.d.) Persistence of Indigenous Peoples Traditional Local Economies and Livelihoods: A Key Achievement for Sustainable Development.
- 28 O povo Karen do norte da Tailândia está sendo preso por causa de sua prática de agricultura rotativa, que é vista pelo governo como ilegal.
- 29 Bolívia também adotou como lei nacional a UNDRIP (2008); Several decisions such as the Belize Supreme Court Decision which invoked UNDRIP in Maya vs. Govt. of Belize (Oct. 18, 2007); Inter-American Court on Human Rights Judgement: Saramaka peoples vs. Surinam – (Feb. 2008); Constitutions of Bolivia and Ecuador contain some articles of the UNDRIP.
- 30 Richardus Giring. (2012). History of credit union movement: Moving while learning. In A. R. Mecer, J. Bamba, F.X. Wahono, V. Tauli-orpuz, & E. Nguik (Eds). Pancur Kasih empowerment movement, (pp. 1-42). Baguio City, Philippines: Tebtebba Foundation.
- 31 Ibid.
- 32 Chirapaq, Center for Indigenous Cultures of Peru. (2013). Knowledge, Art and Indigenous Women. Chirapaq, Av.Horacio Urteaga 534-203 Jesus Maria, Lima, 11 Peru. Available from: <http://www.chirapaq.org.pe/nuestra-palabra/cuadernos-para-la-informacion/knowledge-art-and-indigenous-women>.